

ISSN-0103-5576

TRAVESSIA



revista do migrante

Publicação do CEM - Ano XXV, n° 70, Janeiro - Junho/2012

70



Portugal

EMIGRAÇÃO E RETORNO

Parangolé

Estados Unidos

- dossiê -

Música

Espanha

HAITIANOS

- primeiros relatos -

Ventos

TRAVESSIA - Revista do Migrante

Publicação do CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação Internacional dos CEMs J. B. Scalabrini), de natureza interdisciplinar, que visa contribuir para o intercâmbio entre a ampla e diversificada produção do conhecimento e aqueles que atuam em movimentos sociais e pastorais junto aos migrantes.

Diretor do CEM

Paolo Parise

Editor

Dirceu Cutti

CONSELHO CIENTÍFICO

Alfredo José Gonçalves (Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos/Scalabrinianos)

Carlos Bernardo Vainer (IPPUR/UFRJ)

Dulce Maria Tourinho Baptista (PUC/SP)

Francisco Nunes (Casper Líbero)

Giralda Seyferth (Museu Nacional/PPGAS/UFRJ)

José Guilherme Cantor Magnani (USP)

José Jorge Gebara (UNESP)

Lelio Alberto Mármora (Universidad de Buenos Aires)

Lorenzo Prencipe (CSER/Roma)

Marcia Anita Sprandel (Gt. Migrações Internacionais da ABA e CEMI/Unicamp)

Maria Aparecida de Moraes Silva (UNESP)

Oswaldo Mário Serra Truzzi (UFSCar)

Sidney Antonio da Silva (UFAM)

CONSELHO EDITORIAL

Ana Cristina Arantes Nasser (USP)

Heinz Dieter Heidemann (USP)

Helion Póvoa Neto (NIEM e IPPUR/UFRJ)

José Carlos Pereira (SPM e Unicamp)

Léa Francesconi (USP)

Margarida Maria de Andrade (USP)

Marilda Aparecida de Menezes (UFPB)

Odair da Cruz Paiva (UNIFESP)

Sidnei Marco Dornelas (Assessor CNBB)

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

Rua Glicério, 225

Bairro Liberdade

01514-000 São Paulo / SP - Brasil

Fone: (11)3208.6227

cem@missaonspaz.org

www.missaonspaz.org

Capa - Raquel de Moura Peres Venturini

Impressão - Maxprint Editora e Gráfica Ltda (11) 3379-7046

SUMÁRIO

Apresentação	05
<i>Helion Póvoa Neto</i>	

Dossiê - Emigração e Retorno

Migrações e segmentação do mercado de trabalho: O caso da migração brasileira para Portugal	07
---	----

João Peixoto

Catarina Egreja

Crise econômica e retorno dos emigrantes da microrregião de Governador Valadares	27
--	----

Sueli Siqueira

Mauro Augusto Santos

El papel de las redes migratorias en los procesos de reordenación de los flujos de bolivianos entre España y Brasil.....	49
--	----

Luisa Belchior Moskovics

Paloma Moré Corral

Cenas de um encontro desencontrado (crônica)	65
--	----

Dirceu Cutti

O parangolé e a expressão da identidade migrante.....	69
---	----

Vera Horn

Relações familiares - Parentesco, compadrio e migrações na modernidade capitalista no Brasil dos anos 1970: reflexões por meio da história e música.....	81
--	----

Victor H. de Resende

Haitianos - Primeiros relatos

Haitianos em Manaus: Dois anos de imigração - e agora!	91
--	----

Pe. Gelmino A. Costa

Apontamentos sobre o processo de inserção social dos haitianos em Porto Velho	99
---	----

Geraldo Castro Cotinguiba

Marília Lima Pimentel

Só viajar! Haitianos em São Paulo: Um primeiro e vago olhar	107
---	-----

Ana Paula Caffeu

Dirceu Cutti

Resenha.....	115
--------------	-----

Este número de *Travessia – Revista do Migrante* apresenta primeiramente o Dossiê “Emigração e Retorno”, no qual um conjunto de textos situa algumas características do movimento de reversão da tendência emigratória que marcou o Brasil e outros países da América Latina, durante as últimas décadas, rumo aos países ditos desenvolvidos do Hemisfério Norte.

A emigração brasileira para a América do Norte e Europa Ocidental, percebida como tendência clara a partir dos anos 1980 e, com maior aprofundamento, na década seguinte, marcou um novo momento na história das relações do país com as conjunturas migratórias internacionais. Parecia estar clara, nesse sentido, a inserção do Brasil numa situação que envolvia toda a América Latina, como continente formado historicamente pela imigração mas que se voltava, nas décadas finais do século XX, para uma posição de fornecedora de força de trabalho migrante para as economias mais prósperas que dela necessitavam.

A saída de latino-americanos não cessou nestas décadas iniciais do século XXI; manteve-se em alguns movimentos bem definidos que conectam áreas de origem e destino, apoiados fortemente em redes sociais viabilizadoras da migração. Porém, a crise econômica internacional que, desde 2008, afeta fortemente as economias desenvolvidas não poderia deixar de acarretar repercussões importantes para os fluxos migratórios.

Sendo assim, é importante assinalar alguns trabalhos acadêmicos que começam a diagnosticar e analisar um movimento que alguns qualificam como de “reversão”, como se a migração tratasse principalmente de idas e vindas, mas que pode ser mais apropriadamente descrito como de redefinição, em que a reversão é apenas um dos seus momentos.

A contribuição de João Peixoto e Catarina Egreja, baseada em pesquisa recente, analisa padrões de inserção dos brasileiros no mercado de trabalho português e, ao caracterizar os processos de flexibilização e precarização encontrados, oferece condições para uma compreensão adequada tanto da situação atual daqueles trabalhadores quanto das razões para o impulso de retorno que vem sendo detectado.

O artigo de Sueli Siqueira e Mauro Augusto Santos, por sua vez, toma como objeto central justamente a crise econômica dos Estados Unidos e o agravamento de condições de trabalho e vida que motivam o retorno de brasileiros originados da microrregião de Governador Valadares, no estado de Minas Gerais. A conexão com o texto anterior pode ser percebida no fato de que a dita região tornara-se área de origem também para Portugal, desde que os controles migratórios nos Estados Unidos se agravaram a partir do início do século presente. O trabalho trata ainda das dificuldades vivenciadas para a reinserção, em Governador Valadares, dos brasileiros retornados de seu projeto migratório internacional.

O retorno de latino-americanos estabelecidos na Europa é também abordado, de forma instigante, pelo trabalho de Luisa Belchior Moskovics e Paloma Moré Corral que, ao focar a saída de bolivianos afetados pela crise na Espanha e a volta ao seu continente de origem inclui, dentre as possibilidades abertas, a busca por outro destino,

no caso o Brasil. Fortemente apoiado no entendimento das redes como suporte aos movimentos migratórios, o artigo explora a hipótese de que bolivianos retornados estariam se engajando num projeto de reemigração para o Brasil, indicando assim um interessante caso de “triangulação” a envolver diferentes países afetados, cada um a seu modo, pela crise internacional.

A crônica de Dirceu Cutti pode ser lida como coroamento da série de artigos, fotografia pessoal e emocionada de um momento na vida de uma família boliviana que busca se adequar às oportunidades oferecidas pela política brasileira de regularização imigratória. Registro da possibilidade que o acaso, somado a olhos bem atentos, por vezes oferece a quem compreende, na observação de um mero episódio, como os grandes processos repercutem na escala mais diminuta de quem vive a precariedade da migração em terra estrangeira.

O artigo de Vera Horn trata de processos migratórios que desvelam a complexidade da identidade de protagonistas quando enfrentam os ditos “fardos” de estereótipos a desafiar a inserção múltipla de quem tem como referência não só o seu mundo presente como, também, o da sua origem familiar. A forma como esses diferentes contextos se mesclam e se desafiam constantemente, expressa em obras literárias e provocativamente relacionada à criação artística de Helio Oiticica, constitui o percurso a nós proposto pela autora.

O texto de Victor Resende traz, para o contexto brasileiro, o tema das relações familiares no meio rural e de como estas se veem afetadas, nos anos 1970, por processos de modernização e pela construção de grandes projetos que levam à migração de significativos contingentes populacionais. O autor toma, como fonte para sua análise, obras do cancionista popular.

A seguir, a Travessia continua com a apresentação de três casos significativos de acolhimento a migrantes de um novo fluxo que o Brasil vem recebendo nos últimos anos. Trata-se dos haitianos que, desde 2010, vêm ingressando no território brasileiro, principalmente através da fronteira internacional amazônica, movimento ainda merecedor de análise acurada, pelo seu ineditismo, pelo que indica da nova posição continental brasileira e também, infelizmente, pelas incompreensões que vem enfrentando. Nesse sentido, parece especialmente importante a atenção aos depoimentos e à análise de quem vem vivenciando este processo tanto junto à fronteira quanto nas cidades para onde se dirigem os haitianos, na região amazônica e em São Paulo. Os textos do Padre Gelmino Costa, de Geraldo Castro Cotinguiba e Marília Lima Pimentel, de Ana Paula Caffeu e Dirceu Cutti, constituem material a ser devidamente acompanhado e avaliado por estudiosos, por formuladores de políticas, e pelos que atuam junto a esses migrantes.

O número termina com a resenha da obra “O livro da Hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas”, por Sidnei Marco Dernelas.

A *Travessia* – *Revista do Migrante* agradece a sua leitura, a sua apreciação crítica, e convida à submissão de possíveis colaborações aos próximos números.

Helion Póvoa Neto

Migrações e segmentação do mercado de trabalho

O caso da migração brasileira para Portugal

*João Peixoto **
*Catarina Egreja **

O estudo da relação entre migração e mercado de trabalho é decisivo para a compreensão das migrações internacionais na atualidade¹. Grande parte dos migrantes contemporâneos são migrantes económicos, isto é, movem-se por razões económicas e procuram uma inserção laboral no país de destino. Existem múltiplas variantes: uns são mais qualificados e outros menos; uns dirigem-se diretamente para o mercado de trabalho e outros procuram-no depois de uma fase inicial de inatividade (deslocações por reunião familiar, motivos de estudo ou saúde); uns encontram-se em situação legal e outros são irregulares – mas muitos estão disponíveis para a atividade económica. Entre os vários factores explicativos dos movimentos migratórios (ver, por exemplo, PENNINX et al., 2006; HAAS, 2008; CASTLES e MILLER, 2009), a dinâmica do mercado de trabalho nos países de recepção é dos mais relevantes. Em muitos casos, a segmentação do mercado de trabalho leva a que os nacionais de um país rejeitem parte da oferta de emprego e a deixem para os estrangeiros. O corolário deste argumento é que a responsabilidade última pela atracção de migrantes internacionais cabe aos países de recepção, mais do que ao potencial migratório dos países de origem dos migrantes.

Os padrões mais comuns de inserção laboral dos imigrantes nos países desenvolvidos são hoje bem conhecidos. Nas décadas mais recentes, algumas das primeiras referências a uma situação caracterizada por baixos salários,

* *SOCIUS, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, Portugal.*

escassas possibilidades de carreira e poucas recompensas sociais surgem com a teoria dos mercados de trabalho segmentados e a sua aplicação às migrações internacionais (PIORE, 1979). Os estudos de Portes acerca dos diferentes modos de incorporação acrescentaram pontos importantes, ao caracterizarem melhor a inserção no mercado secundário e ao distinguirem-na de outros perfis laborais (PORTES, 1981 e 1999). A transição entre a economia fordista e a pós-fordista, a partir de meados dos anos 1970, agravou aquele tipo de inserção. Com a desregulação progressiva dos mercados de trabalho, a flexibilização das relações laborais tornou-se generalizada (BOYER, 1986; KOVÁCS, 2005). Mas se os aspectos habitualmente considerados mais positivos da flexibilidade, como a maior autonomia individual, ocorrem sobretudo em trabalhadores nativos, os aspectos mais negativos, como a precariedade laboral, incidem relativamente mais sobre imigrantes e outros grupos populacionais, incluindo as mulheres e os jovens (PHIZACKLEA, 2005; KOVÁCS e CASACA, 2007; CASTLES e MILLER, 2009; CASACA e PEIXOTO, 2010).

Pode assim afirmar-se que as condições de trabalho dos imigrantes se agravaram nas últimas décadas. A partir dos anos 1970, tornaram-se vulgares os vínculos contratuais temporários, a ausência ou o desrespeito parcial pelas normas contratuais, os tempos de trabalho flexíveis e a diversificação dos estatutos de emprego (emprego a tempo parcial, trabalho no domicílio e teletrabalho, emprego por conta própria, emprego temporário, *outsourcing*/subcontratação, trabalho *on call*, entre outros) (KOVÁCS, 2005; KOVÁCS e CASACA, 2007). Algumas destas modalidades flexíveis traduzem-se em precariedade laboral, quando os trabalhadores não dispõem de recursos para negociar a sua posição e são particularmente vulneráveis face aos empregadores. Nestes casos, podem conjugar-se ausência ou escassa duração dos contratos, falta de proteção social, escassez de direitos e desemprego frequente. Não espanta que exista uma relação particularmente forte entre estas formas precárias de relação de trabalho e os imigrantes. Face a esta situação, pode ser argumentado que se tornaram mais difíceis as possibilidades de integração nos países de acolhimento.

Neste texto serão revistos os padrões de inserção dos migrantes brasileiros no mercado de trabalho em Portugal, sobretudo no que respeita aos fluxos mais recentes. Com base num inquérito realizado em 2009, será argumentado que as oportunidades laborais disponíveis se encontram, na maior parte dos casos, entre os segmentos menos atrativos do mercado de trabalho português e que predominam situações de precariedade laboral. A concentração naqueles segmentos prejudica as possibilidades de integração plena na sociedade portuguesa. Esta evidência decorre da observação de algumas variáveis relacionadas com o emprego (participação económica, condição de atividade, posição na ocupação, profissão, ramo de atividade e situação contratual) e desemprego. Serão ainda identificadas as características dos imigrantes que mais se relacionam com os diferentes padrões de inserção laboral.

Imigração brasileira e mercado de trabalho em Portugal – estado da arte

Os estudos sobre a imigração brasileira em Portugal são hoje muito numerosos (ver, entre outros, MACHADO, 2006; MALHEIROS, 2007; PADILLA, 2007; XAVIER, 2007; GÓIS et al., 2009). Estes estudos têm contemplado, entre outras dimensões, o volume e as características demográficas dos fluxos; os modos de incorporação no mercado de trabalho; as clivagens associadas ao género; o papel das redes sociais nos trajectos migratórios; os problemas de identidade e representação; e a questão do associativismo e da participação política. O aumento dos estudos tem correspondido a um forte crescimento da imigração brasileira, que hoje é considerada um aspecto estrutural da sociedade portuguesa contemporânea.

As principais tendências da imigração brasileira em Portugal constam do Gráfico 1 (p.18). O aumento do número de cidadãos brasileiros com estatuto legal no país tem sido muito forte: nos anos 1970, o número de brasileiros pouco ultrapassava os três milhares, enquanto em 2009 atingia perto de 116.600 indivíduos². As principais fases de crescimento situaram-se em meados dos anos 1980, no final dos anos 1990 e após meados da primeira década do novo século. O primeiro destes momentos está associado à adesão de Portugal à União Europeia em 1986, que contribuiu para alterar a imagem do país no Brasil (PINHO, 2007). O segundo e o terceiro momentos estão associados a alterações legislativas: o aumento verificado em 2001 resultou da concessão de autorizações de permanência (um título legal que representou, na prática, uma regularização de imigrantes); o crescimento em 2004 e 2005 foi consequência das possibilidades de regularização permitidas pelo acordo bilateral celebrado em 2003 (vulgarmente conhecido por Acordo Lula); e o aumento de 2008 foi resultado das oportunidades de regularização permitidas pela nova lei sobre imigração, em vigor desde 2007. Uma vez que muitas destas mudanças resultam de processos de regularização, pode ser admitido que estamos em presença de um fluxo gradual, cuja principal intensificação data do final dos anos 90 (GÓIS et al., 2009).

Durante a primeira década do novo século, os brasileiros adquiriram a primazia entre todas as nacionalidades estrangeiras em Portugal. Se no final dos anos 1990 eles representavam cerca de 11% do total, dez anos depois, em 2009, atingiam 25,5% da população estrangeira em situação legal no país. Este aumento é ainda mais relevante porque o grande fluxo da imigração brasileira ocorreu numa década de reduzido crescimento económico. De facto, a partir de 2002-2003 o crescimento da economia em Portugal foi baixo, tendo aumentado a divergência com o padrão médio da União Europeia. Dada a relativamente reduzida expansão do emprego, muitos dos outros fluxos migratórios desaceleraram ou mesmo inverteram a sua tendência. Tal, porém, não sucedeu com os brasileiros. As dificuldades associadas a outros potenciais destinos (sobretudo no caso dos Estados Unidos), as possibilidades de regularização, a

acção das redes sociais e a pressão para a emigração poderão explicar os fluxos, apesar da conjuntura menos expansiva do mercado de trabalho (GÓIS et al., 2009). A recente crise económica que atingiu Portugal, em larga parte resultado da recessão económica mundial, teve por efeito, porém, um abrandamento ou mesmo uma possível inversão dos fluxos, com aumento dos níveis de retorno para o Brasil (PEIXOTO e IORIO, 2011).

Tem sido abundante a pesquisa sobre a inserção dos imigrantes brasileiros no mercado de trabalho em Portugal. Em geral, a atividade dos brasileiros corresponde à da maior parte dos imigrantes estrangeiros no país. Sabe-se que a grande maioria dos fluxos migratórios é de tipo económico; que a imigração está relacionada com a segmentação do mercado laboral; que a maioria dos imigrantes ocupa níveis profissionais na base da pirâmide social; e que a inserção laboral se relaciona com a integração na sociedade portuguesa (OCDE, 2008). No caso particular dos brasileiros, têm sido distinguidas algumas “vagas” contrastantes: enquanto até meados dos anos 1990 os imigrantes ocupavam grupos profissionais de topo e apresentavam elevados níveis de qualificação, a partir do final dessa década a situação praticamente inverteu-se. As características da “segunda vaga” da imigração brasileira, iniciada no final dos anos 1990, estão hoje razoavelmente estabelecidas: os migrantes mais recentes inseriram-se majoritariamente nos segmentos mais desqualificados e precários do mercado de trabalho português. Em muitos casos pode falar-se em desqualificação, isto é, imigrantes com qualificações superiores ao tipo de tarefas que desempenham (sobre a imigração brasileira, ver CASA DO BRASIL DE LISBOA, 2004; MALHEIROS, 2007; PEIXOTO e FIGUEIREDO, 2007; GÓIS et al., 2009).

Apesar da investigação disponível, os modos de inserção laboral dos imigrantes brasileiros são ainda insuficientemente conhecidos. Tal resulta da sua grande dinâmica recente, das limitações das estatísticas oficiais (ver OCDE, 2008) e da escassez de pesquisas quantitativas em larga escala. Neste último aspecto, deve ser salientado que, entre os muitos estudos disponíveis, a maior parte se baseia na metodologia de estudos de caso. O principal objectivo deste texto é, precisamente, aprofundar o tema da inserção laboral, utilizando os resultados de um inquérito a uma vasta amostra de imigrantes brasileiros realizado em 2009. Com base neste inquérito serão observados diversos aspectos da imigração brasileira até agora objecto de escassa investigação em Portugal, incluindo algumas variáveis do mercado de trabalho e as características dos imigrantes que se relacionam com os diferentes tipos de inserção laboral.

Emprego e desemprego entre os imigrantes brasileiros

Metodologia

Os dados apresentados nesta secção resultam de um inquérito aplicado a cerca de 1400 indivíduos adultos de nacionalidade brasileira que residiam ou

trabalhavam em Portugal em 2009. O inquérito, que abrangeu todo o território português, foi aplicado entre Janeiro e Junho desse ano. A inquirição ocorreu num período de recessão económica, mas antes de se tornar notória a tendência de retorno ao Brasil a partir do final da década (PEIXOTO e IORIO, 2011). A técnica de amostragem não aleatória utilizada foi a de “bola de neve”, o que se tornou necessário face à inexistência de uma lista que permitisse elaborar uma amostra representativa. A principal desvantagem desta técnica foi a incapacidade para proceder a generalizações para todos os imigrantes brasileiros. Outra consequência foi a captação sobretudo de imigrantes recentes. Tal sucedeu por a aplicação do inquérito ter privilegiado locais de concentração pública, como consulados, o que favoreceu o encontro com indivíduos chegados mais recentemente. Por este motivo, algumas características das “vagas” migratórias tradicionais ficaram ocultadas.

Para minimizar estes inconvenientes, a amostra foi ainda estratificada tendo em conta o sexo e a região de residência, as únicas variáveis conhecidas para o universo dos brasileiros com estatuto legal em Portugal em 2009. A ausência de outra informação sobre os imigrantes legais, incluindo variáveis sócio-económicas, bem como a importância da imigração indocumentada, cuja composição se ignora, impediram um melhor desenho da amostra. Deve notar-se que à data do inquérito se tornou inútil o recurso ao recenseamento de 2001, que permitiria uma melhor caracterização da comunidade brasileira, dadas as mudanças ao longo da década. Apesar destas limitações, e perante a escassez de investigação quantitativa existente neste domínio, podemos admitir que os dados recolhidos possuem uma capacidade de explicação apreciável, sobretudo no que se refere à migração recente.

Participação económica e posição na ocupação

Os níveis de participação na atividade económica dos imigrantes brasileiros têm sido sempre elevados. Os dados do inquérito realizado em 2009 confirmam estas indicações. A taxa de atividade (total de indivíduos economicamente ativos, no conjunto dos brasileiros imigrantes inquiridos) situa-se nos 82,6%³. Entre estes, a grande maioria são ativos com profissão (68%), mas o desemprego é uma realidade bastante expressiva, abrangendo 14,6% dos inquiridos. Dos restantes, 10,7% são inativos (na sua maioria estudantes, mas também domésticas e aposentados) e 6,7% não responderam à questão (ver Gráfico 2, p.18).

Quanto à posição na ocupação, conclui-se que a maioria dos imigrantes é constituída por assalariados (74,3% numa empresa, 1,5% no Estado). Os trabalhadores por conta própria dividem-se entre os empregadores (5,5%) e os autónomos (15%). Outras situações não especificadas representam 3,7% dos casos. A situação de assalariamento é a mais comum entre os imigrantes em Portugal e atinge também a larga maioria dos brasileiros.

Profissão

O Gráfico 3 (p.19) mostra a distribuição atual dos imigrantes pelos quatro grandes grupos profissionais considerados neste trabalho⁴: perto de metade (49,1%) pertence ao grupo dos Técnicos, profissionais de nível intermédio, pessoal administrativo, dos serviços e vendedores, uma categoria intermédia de profissões nos serviços. A segunda percentagem mais expressiva diz respeito aos Trabalhadores não qualificados de todos os setores (21,2%), seguidos dos Operários, operadores, artífices e similares (18%). Apenas 11,6% dos inquiridos são Quadros superiores, dirigentes e especialistas. Tendo em conta que a maior parte dos inquiridos são imigrantes recentes, fica confirmado o padrão de inserção profissional já conhecido dos estudos sobre a “segunda vaga” da imigração brasileira. Por comparação com o perfil da população empregada total em Portugal, existe clara sobre-representação dos brasileiros entre as categorias intermédias dos serviços e os trabalhadores não qualificados, e sub-representação entre os profissionais de topo e as categorias intermédias de operários⁵.

O cruzamento dos grupos profissionais com outras variáveis veio revelar relações significativas com o sexo e as habilitações. A intensidade da relação entre a ocupação profissional e o sexo é moderada, o que parece apontar para alguma segmentação da ocupação segundo o género⁶. O exemplo mais evidente diz respeito ao grupo dos Operários, operadores, artífices e similares: 86,7% são homens. Nos restantes grupos, as mulheres encontram-se em maioria, e não deixa de ser significativo verificar que constituem 67,3% dos Trabalhadores não qualificados. Os grupos ocupacionais diferem também de acordo com as habilitações dos inquiridos⁷, no sentido em que os menos habilitados ocupam tendencialmente profissões menos qualificadas do que os que têm habilitações superiores, e vice-versa, como se pode constatar no Quadro 1 (p.21). No entanto, o grau de desqualificação é significativo, o que confirma o que é conhecido dos estudos disponíveis (MALHEIROS, 2007; OCDE, 2008). Neste aspecto, é eloquente o facto de 68,1% dos trabalhadores brasileiros não qualificados em Portugal terem completado o 2º grau do ensino médio, o ensino superior ou um grau ainda mais elevado.

A análise por anos de chegada⁸ mostra que o peso dos Quadros é maior entre os que chegaram entre 1999 e 2003. Deste modo, os resultados apontam no sentido dos dados revelados por estudos anteriores, que indicam que os imigrantes brasileiros mais antigos vieram ocupar posições sobretudo em cargos qualificados (MALHEIROS, 2007). Nos restantes grupos, tem maior visibilidade quem chegou entre 2004 e 2007, chegando a constituir quase dois terços dos inquiridos que se inseriam no grupo dos Trabalhadores não qualificados no momento da aplicação do questionário (ver Quadro 2, p.21). A diferença entre a “primeira vaga” e as posteriores fica assim clara, bem como a semelhança entre o que se tem designado por “segunda” e “terceira vagas” (GÓIS et al., 2009).

Ramo de atividade

Em termos do ramo económico de atividade atual, o inquirido apresentava 17 categorias que foram posteriormente reduzidas a sete, de forma a facilitar a interpretação dos cruzamentos com outras variáveis⁹. O ramo do Comércio, alojamento e restauração, transportes e similares é o mais representativo (42,7%), seguido de Outras atividades de serviços (16,7%) e Construção (15,3%) (ver Gráfico 4, p.19). Se observarmos as outras categorias com maior presença de brasileiros, incluindo as Atividades pessoais, familiares e domésticas (12,1%) e as Atividades financeiras, serviços às empresas e similares (5,2%), destaca-se a muito forte inserção nas atividades de serviços: mais de 3/4 dos inquiridos estão ligados a este setor. Por comparação com a população empregada total em Portugal, os imigrantes brasileiros estão largamente sobre-representados no Comércio, alojamento e restauração, transportes e similares, nas Atividades pessoais, familiares e domésticas e na Construção – segmentos habituais de inserção de muitos dos imigrantes estrangeiros em Portugal¹⁰, bem como noutros países europeus (PENNINX et al., 2006).

Algumas variáveis estão associadas ao ramo de atividade¹¹. A relação com o sexo mostrou-se estatisticamente significativa, de intensidade média¹², porque existem ramos claramente segmentados, como o das Atividades pessoais, familiares e domésticas (88,9% são mulheres) e o da Construção (94% são homens). O cruzamento da variável em análise com os escalões etários não revelou grandes diferenças entre ramos. Já por habilitações, as diferenças são mais expressivas (e estatisticamente significativas¹³). Os ramos mais escolarizados são os das Atividades financeiras, serviços às empresas e similares e das Outras atividades de serviços. Em contrapartida, os menos escolarizados são os ramos da Construção; Indústria, incluindo energia; e Atividades pessoais, familiares e domésticas.

Situação contratual

Inquiridos sobre a sua situação contratual, 85,7% dos respondentes a que se aplicava tal questão têm um contrato escrito de trabalho. No entanto, esta questão só assume relevância entre os assalariados. Considerando apenas este universo, 92,9% dos trabalhadores declararam ter um contrato escrito. Neste sentido, pode ser admitido que a taxa de informalidade real é diminuta, situando-se nos 7,1%. Este valor é reduzido, face ao que se presume habitualmente ser o peso das relações informais entre os imigrantes (ver, por exemplo, CARVALHO, 2007).

Por grupo profissional, a ocorrência de informalidade é mais frequente entre os Técnicos e quase inexistente entre os Quadros. Todos os ramos de atividade apresentam taxas elevadas de formalidade. Porém, a ausência de contratos escritos, ainda que seja sempre uma situação minoritária, é mais comum nos

ramos do Comércio e da Construção, o que confirma o que tem sido divulgado pela investigação (KOVÁCS, 2005). No sentido oposto, essa situação é quase inexistente no ramo da Indústria.

No que respeita à duração do contrato, entre os que têm um contrato de trabalho, quase um terço possui um contrato permanente (ver Gráfico 5, p.20). No entanto, há que sublinhar o facto de praticamente metade dos inquiridos (48,7%) ter contratos com uma duração entre os 3 e os 12 meses, o que aponta para uma forte precariedade laboral entre os imigrantes brasileiros. Este valor confirma o que tem sido escrito sobre a vulnerabilidade dos imigrantes e, em particular, dos brasileiros, a situações de precariedade, o que está relacionado com a segmentação do mercado de trabalho (PHIZACKLEA, 2005; KOVÁCS e CASACA, 2007; CASACA e PEIXOTO, 2010). Em termos comparativos, a proporção de brasileiros com contratos não permanentes excede em mais de três vezes a dos assalariados em Portugal¹⁴.

Dos cruzamentos realizados, os mais relevantes (ainda que não sejam estatisticamente significativos) dizem respeito ao grupo profissional, ramo de atividade e anos de chegada. Assim, podemos constatar que os Quadros são os que têm maior percentagem de contratos permanentes e de contratos com duração superior a 3 anos. Em oposição, os Trabalhadores não qualificados foram os que mais celebraram, comparativamente, contratos de duração não superior a um ano. Por ramo, é interessante constatar que os contratos permanentes predominam nas Atividades financeiras, serviços às empresas e similares, mas também entre as Atividades pessoais, familiares e domésticas. Por seu lado, os ramos do Comércio e da Construção são os que registam níveis mais elevados de contratos precários. A análise por anos de chegada evidencia a preponderância de contratos permanentes entre os inquiridos que emigraram até 2003, encontrando-se os de duração mais limitada nos que vieram para Portugal entre 2004 e 2008.

Desemprego no percurso em Portugal

Os dados do inquérito aos imigrantes brasileiros confirmam que estes se encontram bastante vulneráveis ao desemprego, uma vez que essa foi uma situação vivida em Portugal por 56,9% dos inquiridos que forneceram uma resposta à questão¹⁵. A vulnerabilidade dos imigrantes ao desemprego é comum a outros contextos europeus (PENNINX et al., 2006; OCDE, 2008).

Procurando identificar a existência de uma associação entre a situação de desemprego em algum momento do processo migratório e outras variáveis, constatou-se uma relação significativa com o tipo de visto de entrada – porém, de fraca intensidade¹⁶. Observando as frequências das respostas, conclui-se que a maioria dos inquiridos que entraram em Portugal com visto de trabalho (56,6%), passaporte português ou de outro país da UE (62,5%), ou ainda outro tipo de documento não explicitado (68,8%), nunca estiveram desempregados

em Portugal. Por outro lado, características como o género, a idade, o grau de habilitações ou os anos de chegada não parecem ser influentes no sentido de evitar essa ocorrência no percurso dos imigrantes, e tão pouco o grupo profissional em que se inseriam no Brasil.

Para os respondentes que deram conta de em algum momento terem vivido uma situação de desemprego, colocou-se a questão da sua duração (em meses). As respostas foram posteriormente agrupadas em sete intervalos, para uma melhor leitura dos dados. Para a maioria, esta fase foi de curta duração: 40,2% precisaram de entre um a dois meses para encontrarem novo trabalho e 4,2% indicaram ter estado em situação de desemprego por menos de um mês. Por outro lado, uma fracção considerável dos inquiridos esteve desempregada durante mais de 6 meses (18,6%) (ver Gráfico 6, p.20). Estes dados confirmam a relativa facilidade de acesso ao emprego por parte dos imigrantes, mesmo quando residindo em situação irregular ou depois de um período de desemprego – o que sugere uma elevada rotação entre postos de trabalho, um indicador de precariedade.

O cruzamento da duração do desemprego com outras variáveis revelou algumas relações estatisticamente significativas. Verifica-se, nomeadamente, que as mulheres referem uma duração de desemprego superior, em média, à dos homens¹⁷, o que confirma a maior vulnerabilidade das mulheres no mercado de trabalho (KOVÁCS e CASACA, 2007; PADILLA, 2007; CASACA e PEIXOTO, 2010); e que a duração do período de desemprego é superior entre os Trabalhadores não qualificados, seguidos dos Quadros.

Desemprego atual

Neste ponto analisar-se-ão em maior profundidade as diferenças existentes entre os imigrantes ativos que exercem uma profissão e os que declararam estar desempregados no momento da aplicação do inquérito. A taxa de desemprego dos inquiridos era então de 17,7% (desempregados em relação aos ativos), valor cuja grandeza se explica por o inquérito ter sido aplicado em plena conjuntura de recessão¹⁸. Executando as mesmas análises mas centrando-as apenas nos imigrantes ativos no presente, os resultados são um pouco mais elucidativos das diferenças entre empregados e desempregados, ainda que, novamente, a idade e as habilitações pareçam não ter qualquer influência na situação.

Por género¹⁹, existe uma grande igualdade entre quem exerce uma profissão; no entanto, as mulheres estão mais presentes no grupo dos desempregados do que os homens (62,4% contra 37,6%). De acordo com o estatuto legal de permanência, é interessante verificar que, mesmo entre os que não têm qualquer tipo de autorização de residência, a taxa de empregabilidade é elevada, situando-se nos 76,4%.

No entanto, por ano de chegada a Portugal as diferenças são agora mais evidentes²⁰. A proporção de desempregados é menor entre os que chegaram até

1998 e maior entre os que vieram no último ano. Parece haver uma tendência para que a taxa de emprego aumente com o número de anos de estadia em Portugal, a par da diminuição do desemprego (ver Quadro 3, p.22). Ou seja, o factor temporal pode ser aqui importante a dois níveis: por um lado, quanto mais tempo tiver passado, maior é a probabilidade de se encontrar emprego; por outro, a crise económica que se tem vindo a sentir na última década torna mais difícil a inserção no mercado de trabalho.

Por fim, o grupo profissional à chegada²¹ e o ramo de atividade à chegada²² parecem ter alguma influência na empregabilidade atual dos indivíduos (ver Quadro 4, p.22). Apenas 5,1% dos inquiridos que se inseriram no grupo dos Quadros à chegada é que, atualmente, se encontram desempregados, contrastando com 21,6% dos Operários e 17,4% dos Trabalhadores não qualificados. Estes dados sugerem que a entrada no mercado pela via desqualificada é um preditor de maior vulnerabilidade laboral futura. Por ramos, o que apresenta uma menor taxa de desemprego atualmente é o das Outras atividades de serviços (8,5%). Em contraste, o ramo da Construção apresenta uma taxa de desemprego de 23% e os das Atividades pessoais, familiares e domésticas, de 20,9%, podendo ser interpretados como os ramos económicos de maior vulnerabilidade ao desemprego.

Conclusão

Os dados apresentados neste texto confirmam que a inserção laboral mais frequente dos migrantes brasileiros em Portugal, sobretudo nos anos mais recentes, ocorre em segmentos medianamente ou pouco qualificados do mercado de trabalho. Quase 90% dos imigrantes inquiridos desempenham uma profissão com qualificação média ou baixa: cerca de metade são Técnicos, profissionais de nível intermédio, pessoal administrativo, dos serviços e vendedores, seguidos de Trabalhadores não qualificados e dos Operários, operadores, artífices e similares. A inserção mais relevante ocorre nos ramos onde a procura de trabalho intensivo é mais elevada: quase 90% dos imigrantes estão ligados ao Comércio, alojamento e restauração, transportes e similares, Outras atividades de serviços, Construção, e Atividades pessoais, familiares e domésticas. Na maior parte destas profissões e ramos os brasileiros estão sobre-representados em relação ao conjunto da população ativa em Portugal.

A concentração em segmentos intensivos em mão de obra, situados a meio ou na base da pirâmide social e, em geral, menos procurados pelos portugueses, ocorre a par de vínculos laborais precários. Na maior parte dos casos o vínculo contratual é precário: apesar de existir uma grande maioria de trabalhos com contrato (apenas 7% dos inquiridos admitiram trabalhar de modo informal), estes são sobretudo temporários. Cerca de metade dos inquiridos detém contratos com duração compreendida entre 3 e 12 meses, proporção muito superior à média em Portugal. A ausência de contratualização

e os vínculos temporários são sobretudo comuns em ramos como o Comércio e similares e Construção.

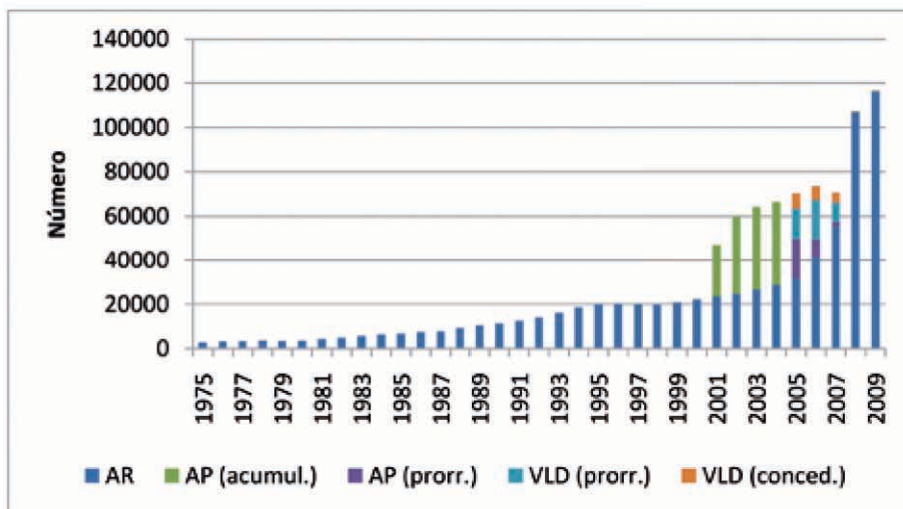
Os imigrantes estão ainda sujeitos a desemprego frequente. Em épocas de crescimento económico, este ocorre por períodos curtos e é quase sempre fácil encontrar novo trabalho, mesmo no caso de imigrantes irregulares. Porém, em épocas de recessão o desemprego tende a ser mais elevado e, provavelmente, de maior duração. A vulnerabilidade ao desemprego, superior à média da população portuguesa, é tanto maior quanto mais forte for a ligação aos segmentos do mercado de trabalho acima enunciados e mais recente for a migração.

Em síntese, a inserção laboral dos imigrantes brasileiros recentes em Portugal é claramente segmentada e sujeita a grande precariedade. Apesar da ligação a alguns sectores profissionais intermédios, todos os outros indicadores estudados confirmam que a inserção ocorre de forma mais desvantajosa do que a média da população. Essa situação é agravada por se verificar uma significativa desqualificação dos brasileiros, sujeitando-se a tarefas abaixo do seu nível de competências. A inserção nos segmentos mais desfavorecidos tem aumentado de intensidade ao longo do tempo, o que se relaciona com o maior volume da migração e a flexibilização crescente do mercado de trabalho (PHIZACKLEA, 2005; KOVÁCS, 2005).

Estes resultados confirmam o que tem sido desenvolvido pela literatura, em particular no que se refere aos fluxos migratórios na era pós-fordista (PORTES, 1999; PHIZACKLEA, 2005; CASTLES e MILLER, 2009). O aprofundamento das lógicas de flexibilização e precarização laboral, que tem dominado as economias contemporâneas nas últimas décadas, é facilitado pela inserção de alguns grupos populacionais nos segmentos menos favorecidos, como sucede com os imigrantes. Esta situação ocorre com particular nitidez em contextos de elevada segmentação do mercado de trabalho, como é o caso de Portugal (KOVÁCS, 2005; KOVÁCS e CASACA, 2007).

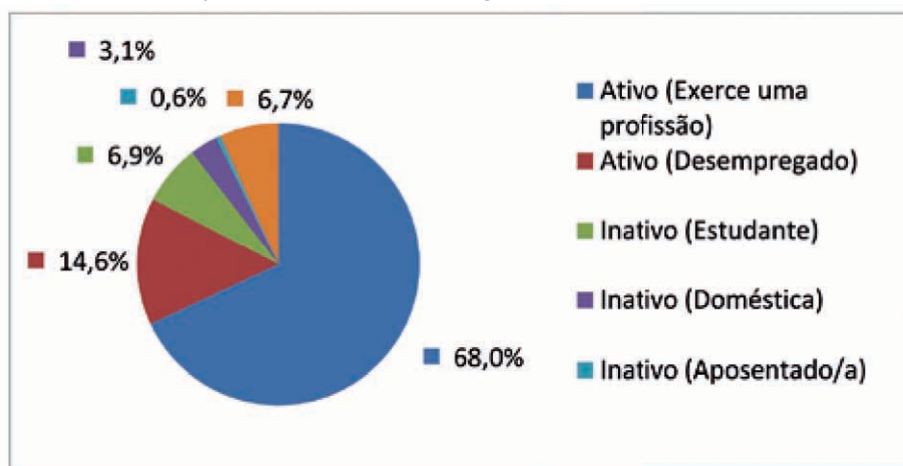
Este tipo de incorporação laboral, que afeta sobretudo as vagas migratórias mais recentes, prejudica as possibilidades de integração plena dos migrantes brasileiros na sociedade portuguesa e inibe as trajetórias de mobilidade social ascendente. Dados recolhidos a partir do mesmo inquérito aos imigrantes utilizado neste texto e tratados noutra local (EGREJA e PEIXOTO, 2011) sugerem, porém, que alguns canais de mobilidade se mantêm abertos. Isto é, verifica-se alguma ascensão na hierarquia profissional e libertação dos ramos de inserção inicial, sobretudo em função do ano de chegada. O aumento da mobilidade com a maior duração da imigração contrasta, porém, com a atual situação de recessão vivida por Portugal e a expansão económica no Brasil, que tem incentivado um maior retorno. Por esta razão, a dinâmica migratória permanece instável e novos estudos deverão ser realizados no futuro.

Gráfico 1 - Brasileiros com estatuto legal em Portugal, 1975-2009



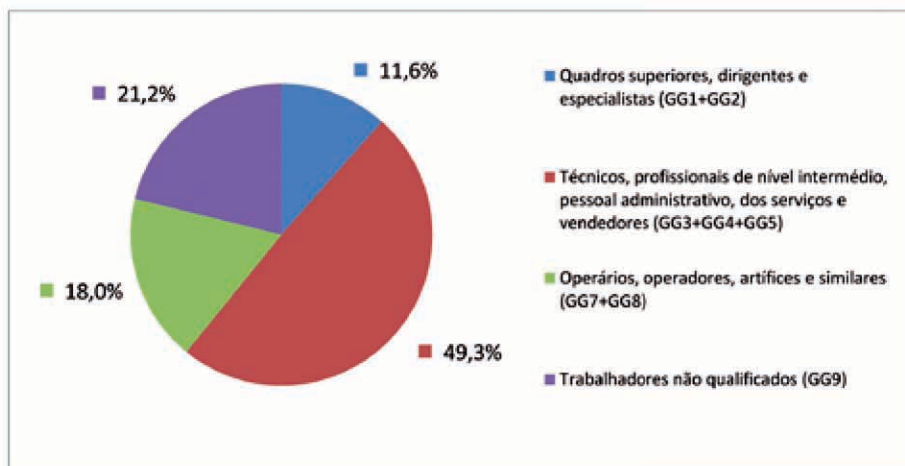
Nota: AR: autorizações de residência; AP: autorizações de permanência (acumuladas e prorrogadas); VLD: vistos de longa duração (prorrogados e concedidos) Fonte: INE/SEF e prorrogadas); VLD: vistos de longa duração (prorrogados e concedidos) Fonte: INE/SEF

Gráfico 2 – Condição de atividade dos imigrantes brasileiros



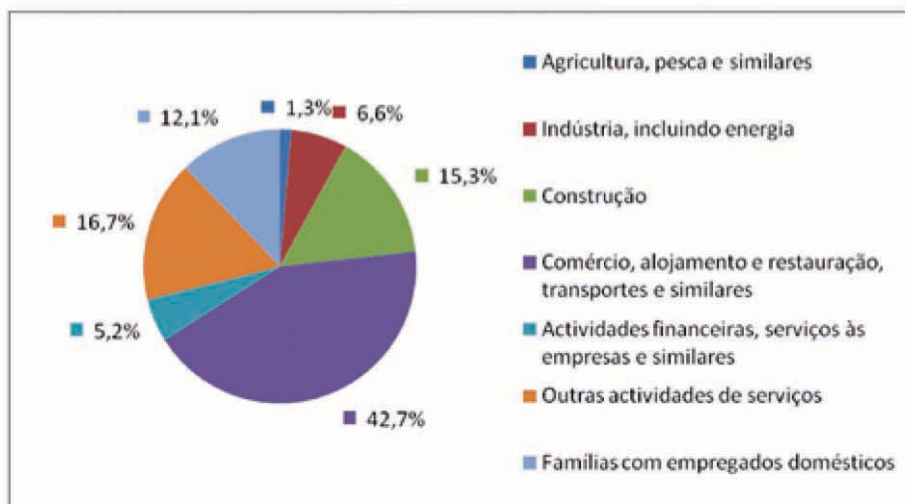
Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

Gráfico 3 - Profissão (grupo profissional) atual dos imigrantes brasileiros



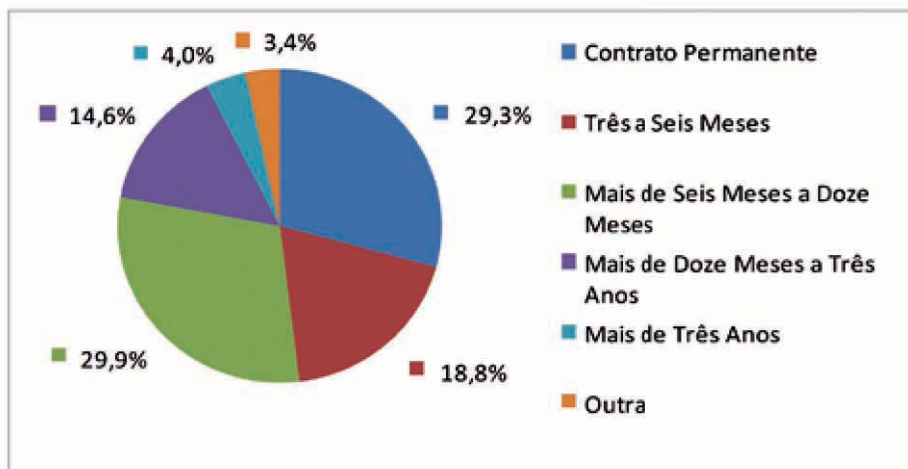
Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

Gráfico 4 – Ramo de atividade atual dos imigrantes brasileiros



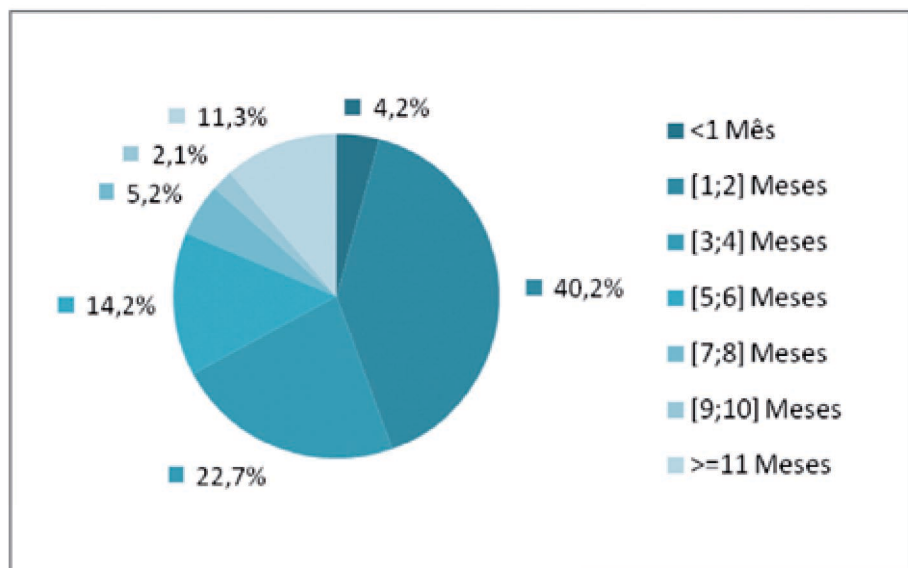
Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

Gráfico 5 – Duração do contrato de trabalho dos imigrantes brasileiros



Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

Gráfico 6 – Duração média da situação de desemprego entre os imigrantes brasileiros em Portugal



Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

Quadro 1 – Grau de habilitações dos imigrantes brasileiros, segundo o grupo profissional atual

		Grupo profissional atual				Total
		Quadros superiores, dirigentes e especialistas (GG1+GG2)	Técnicos, profissionais de nível intermédio, pessoal administrativo, dos serviços e vendedores (GG3+GG4+GG5)	Operários, operadores, artífices e similares (GG7+GG8)	Trabalhadores não qualificados (GG9)	
Habilitações	Ensino Fundamental (1º Grau, até 4ª Série /5º Ano)	2,4%	2,9%	8,8%	13,8%	6,1% (n=42)
	Ensino Médio (1º Grau, 5ª à 8ª Série /9º Ano)	11,8%	14,5%	33,6%	18,1%	18,3% (n=127)
	Ensino Médio (2º Grau /12º Ano)	31,8%	65,5%	52,0%	58,0%	57,4% (n=398)
	Ensino Superior (Licenciatura)	34,1%	13,6%	5,6%	7,2%	13,4% (n=93)
	Pós-Graduação, Mestrado ou Doutorado	20,0%	3,5%	,0%	2,9%	4,8% (n=33)
	Total	100,0% (n=85)	100,0% (n=345)	100,0% (n=125)	100,0% (n=138)	100,0% (n=693)

Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

Quadro 2 – Ano de chegada dos imigrantes brasileiros, segundo o grupo profissional atual

			Grupo profissional atual				Total
			Quadros superiores, dirigentes e especialistas (GG1+GG2)	Técnicos, profissionais de nível intermédio, pessoal administrativo, dos serviços e vendedores (GG3+GG4+GG5)	Operários, operadores, artífices e similares (GG7+GG8)	Trabalhadores não qualificados (GG9)	
Ano de chegada	até 1998	Nº de casos %	16 20,0%	12 3,6%	3 2,6%	1 0,7%	32 4,8%
	1999 a 2003	Nº de casos %	31 38,8%	86 25,9%	46 40,4%	32 23,4%	195 29,4%
	2004 a 2007	Nº de casos %	26 32,5%	170 51,2%	53 46,5%	84 61,3%	333 50,2%
	2008	Nº de casos %	6 7,5%	55 16,6%	10 8,8%	18 13,1%	89 13,4%
	2009	Nº de casos %	1 1,3%	9 2,7%	2 1,8%	2 1,5%	14 2,1%
	Total	Nº de casos %	80 100,0%	332 100,0%	114 100,0%	137 100,0%	663 100,0%

Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

Quadro 3 – Ano de chegada a Portugal dos imigrantes brasileiros, segundo a situação de emprego / desemprego atual

			Ativos		Total
			Desempregado	Exerce uma profissão	
Ano de chegada	até 1998	Nº de casos	5	41	46
		%	10,9%	89,1%	100,0%
	1999 a 2003	Nº de casos	52	243	295
		%	17,6%	82,4%	100,0%
	2004 a 2007	Nº de casos	69	408	477
		%	14,5%	85,5%	100,0%
	2008	Nº de casos	28	115	143
		%	19,6%	80,4%	100,0%
	2009	Nº de casos	17	15	32
		%	53,1%	46,9%	100,0%
	Total	Nº de casos	171	822	993
		%	17,2%	82,8%	100,0%

Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

Quadro 4 – Grupo profissional e ramo de atividade à chegada dos imigrantes brasileiros, segundo a situação de emprego / desemprego atual

		Ativos				Total (100,0%)
		Desempregado		Exerce uma profissão		
		n	%	n	%	
Grupo profissional à chegada	Quadros superiores, dirigentes e especialistas (GG1+GG2)	2	5,1%	37	94,9%	39
	Técnicos, profissionais de nível intermédio, pessoal administrativo, dos serviços e vendedores (GG3+GG4+GG5)	47	11,4%	364	88,6%	411
	Operários, operadores, artífices e similares (GG7+GG8)	36	21,6%	131	78,4%	167
	Trabalhadores não qualificados (GG9)	42	17,4%	199	82,6%	241
Ramo de atividade à chegada	Indústria, incluindo energia	8	13,8%	50	86,2%	58
	Construção	45	23,0%	151	77,0%	196
	Comércio, alojamento e restauração,] transportes e similares	53	13,0%	356	87,0%	409
	Atividades financeiras, serviços às empresas e similares	5	10,0%	45	90,0%	50
	Outras atividades de serviços	11	8,5%	119	91,5%	130
	Atividades pessoais, familiares e domésticas	29	20,9%	110	79,1%	139

Fonte: Inquérito aos Imigrantes Brasileiros, 2009

Notas

1 - Este texto resulta do projeto de investigação “Vagas Atlânticas: a Imigração Brasileira em Portugal”, realizado entre 2008 e 2010 por uma equipa que integrou elementos do SOCIUS, CIES/ISCTE-IUL e CES/Universidade de Coimbra, e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/SDE/68903/2006), Portugal. Os autores agradecem os contributos da restante equipa de investigação (Beatriz Padilla, Filipa Palma, Thais França, José Carlos Marques e Pedro Góis). O texto é dedicado à memória de Maria Ioannis Baganha, que iniciou mas não chegou a concluir o projeto.

2 - Os números inscritos no gráfico dizem respeito aos diferentes estatutos legais que permitem uma residência prolongada em Portugal, geralmente por um período superior a um ano: autorizações de residência, autorizações de permanência (entretanto abolidas) e vistos de longa duração

3 - Neste caso, a taxa de atividade é calculada sobretudo em relação à população em idade ativa, uma vez que o questionário só contemplou pessoas com mais de 16 anos e apenas dez declararam ter 60 anos ou mais.

4 - Para as questões relativas às profissões dos inquiridos, agruparam-se os grandes grupos profissionais da Classificação Nacional de Profissões (CNP) nas seguintes categorias: Quadros (Quadros superiores, dirigentes e especialistas) (GG1+GG2); Técnicos (Técnicos, profissionais de nível intermédio, pessoal administrativo, dos serviços e vendedores) (GG3+GG4+GG5); Operários (Operários, operadores, artífices e similares) (GG7+GG8); e Trabalhadores não qualificados (GG9). Por outro lado, omitiram-se nas análises mais aprofundadas o GG0 (membros das Forças Armadas) e o GG6 (trabalhadores da Agricultura e Pescas), residuais na amostra.

5 - Segundo as Estatísticas do Emprego do Instituto Nacional de Estatística (INE), a distribuição da população empregada total em 2009 pelos agregados de grupos profissionais referidos era a seguinte: Quadros (G1+G2): 16%; Técnicos (G3+G4+G5): 34,7%; Operários (G7+G8): 26%; Trabalhadores não qualificados (G9): 11,7% (INE, *Estatísticas do Emprego*, cálculos dos autores).

6 - $X^2(3) = 105,555$; $p=0,000$; V de Cramer = 0,375

7 - $X^2(12) = 144,050$; $p=0,000$; V de Cramer = 0,263

8 - $X^2(12) = 71,488$; $p=0,000$; V de Cramer = 0,190

9 - Foram utilizados os seguintes ramos: Agricultura (Agricultura, pesca e similares, indústrias extrativas) Indústria (Indústria, incluindo energia), Construção, Comércio (Comércio, alojamento e restauração, transportes e similares), Atividades financeiras (Atividades financeiras, serviços às empresas e similares), Outras atividades de serviços, Atividades pessoais (Atividades pessoais, familiares e domésticas).

10 - Segundo o INE, a distribuição da população empregada em Portugal em 2009 pelos principais ramos de atividade era a seguinte: Agricultura, pesca e similares: 11,5%; Indústria, incluindo energia: 17,9%; Construção: 10%, Comércio, alojamento e restauração, transportes e similares: 24,5%; Atividades financeiras, serviços às empresas e similares: 10,3%; Outras atividades de serviços: 22,9%; Atividades pessoais, familiares e domésticas: 3% (INE, *Estatísticas do Emprego*, cálculos dos autores).

11 - Devido à pouca importância do ramo da Agricultura, pescas e similares (1,3%), este foi retirado destas análises.

12 - $X^2(5) = 189,299$; $p=0,000$; V de Cramer = 0,465

13 - $X^2(20) = 131,415$; $p=0,000$; V de Cramer = 0,201

14 - Em 2009, segundo o INE, os assalariados com um contrato de trabalho sem termo atingiam os 78%, enquanto os que detinham um contrato com termo perfaziam 18% (INE, *Estatísticas do Emprego*, cálculos dos autores).

- 15 - Há que sublinhar que esta variável não faz a distinção entre o momento do desemprego, de forma que podemos estar a falar de algumas situações de desemprego à chegada.
- 16 - $\chi^2(5) = 18,851$; $p=0,002$; V de Cramer = 0,128
- 17 - $M-W=29556,000$; $p=0,026$
- 18 - Em 2009, ano de realização do inquérito, a taxa de desemprego nacional era de 9,5% e a dos estrangeiros provenientes de países exteriores à UE de 17,3% (INE, *Estatísticas do Emprego*). Os dados oficiais não são desagregados por nacionalidades particulares, devido à elevada margem de erro associada.
- 19 - $\chi^2(1) = 7,862$; $p=0,003$; Phi = 0,083
- 20 - $\chi^2(4) = 33,373$; $p=0,000$; V de Cramer = 0,183
- 21 - $\chi^2(3) = 13,947$; $p=0,003$; V de Cramer = 0,127
- 22 - $\chi^2(5) = 19,714$; $p=0,001$; V de Cramer = 0,142

Referências

- BOYER, R. *La Flexibilité du Travail en Europe – Une étude comparative des transformations du rapport salarial dans sept pays de 1973 a 1985*. Paris: Éditions La Découverte, 1986.
- CARVALHO, L. X. *Os Limites da Formalidade e o Trabalho Imigrante em Portugal*. Cadernos OI, nº 1, Lisboa: ACIDI, 2007.
- CASA DO BRASIL DE LISBOA. *A “Segunda Vaga” de Imigração Brasileira para Portugal (1998-2003)*. Lisboa: Casa do Brasil de Lisboa, 2004.
- CASACA, S. F. e PEIXOTO, J. Flessibilità e segmentazione del mercato del lavoro in Portogallo: genere e immigrazione. *Sociologia del Lavoro*, nº 117, p. 116-133, 2010.
- CASTLES, S. e MILLER, M. J. *The Age of Migration - International Population Movements in the Modern World*. 4ª ed. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2009.
- EGREJA, C. e PEIXOTO, J. Caminhos limitados ou mobilidade bloqueada? A mobilidade socioprofissional dos imigrantes brasileiros em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 67, p. 43-64, 2011.
- GÓIS, P. et al. Segunda ou terceira vaga? As características da imigração brasileira recente em Portugal. *Migrações*, nº 5, p. 111-133, out. 2009.
- HAAS, H. Migration and development: a theoretical perspective. *IMI Working Papers*, nº 9, International Migration Institute, University of Oxford, 2008.
- KOVÁCS, I. (org.) *Flexibilidade de Emprego: Riscos e Oportunidades*. Oeiras: Celta, 2005.
- KOVÁCS, I. e CASACA, S. F. Flexibilidad y desigualdad en el trabajo: tendencias y alternativas europeas. *Sociología del Trabajo*, n. 61, p. 99-124, 2007.
- MACHADO, I. (org.) *Um Mar de Identidades. A Imigração Brasileira em Portugal*. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2006.
- MALHEIROS, J. M. (org.) *Imigração Brasileira em Portugal*. Lisboa: ACIME, 2007.
- OCDE *Jobs for Immigrants (vol. 2): Labour Market Integration in Belgium, France, the Netherlands and Portugal*. Paris: OCDE, 2008.
- PADILLA, B. A imigrante brasileira em Portugal: considerando o género na análise. In: MALHEIROS, J. (org.) *Imigração Brasileira em Portugal*. Lisboa: ACIME, 2007, p. 113-134.
- PEIXOTO, J. e FIGUEIREDO, A. Imigrantes brasileiros e mercado de trabalho em Portugal. In: MALHEIROS, J. (org.) *Imigração Brasileira em Portugal*. Lisboa: ACIME, 2007, p. 87-111.
- PEIXOTO, J. e IORIO, J. *Crise, Imigração e Mercado de Trabalho em Portugal: retorno, regulação ou resistência?*. Lisboa: Principia/Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.
- PENNINX, R.; BERGER, M. and KRAAL, K. (eds.) *The Dynamics of International Migration and Settlement in Europe – A State of the Art*. Amsterdam: AUP (Imiscoe Joint Studies), 2006.
- PHIZACKLEA, A. O mercado de trabalho flexível e o trabalho incerto: o caso da migração. In:

- KOVÁCS, I. (org.). *Flexibilidade de emprego - Riscos e Oportunidades*. Oeiras: Celta, 2005, p. 161-177.
- PINHO, F. A imprensa na construção do processo migratório: a constituição de Portugal como destino plausível da emigração brasileira. In: MALHEIROS, J. (org.). *Imigração Brasileira em Portugal*. Lisboa: ACIME, 2007, p. 59-86.
- PIORE, M. J. *Birds of Passage*. Migrant Labor and Industrial Societies. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- PORTES, A. Modes of structural incorporation and present theories of labor immigration. In: Kritz M. M. *et al.*, (ed.). *Global Trends in Migration - Theory and Research on International Population Movements*. Nova Iorque: Center for Migration Studies, 1981, p. 279-297.
- PORTES, A. *Migrações Internacionais: Origens, Tipos e Modos de Incorporação*. Oeiras: Celta Editora, 1999.
- XAVIER, M. *Redescobindo o Brasil – Processos Identitários de Brasileiros em Portugal*. Lisboa: ACIDI, 2007.

RESUMO

Neste texto são revistos os padrões de inserção dos migrantes brasileiros no mercado de trabalho em Portugal. É argumentado que as oportunidades laborais disponíveis se encontram, na maior parte dos casos, entre os segmentos menos atrativos do mercado de trabalho e que predominam situações de precariedade laboral. A concentração naqueles segmentos prejudica as possibilidades de integração plena na sociedade portuguesa. Esta evidência decorre da observação de algumas variáveis relacionadas com o emprego (participação económica, condição de atividade, posição na ocupação, profissão, ramo de atividade e situação contratual) e desemprego. São ainda identificadas as características individuais dos migrantes que mais se relacionam com os diferentes padrões de inserção laboral. A principal base empírica utilizada é um inquérito a migrantes brasileiros em Portugal realizado em 2009.

Palavras-chave: migração brasileira; Portugal; mercado de trabalho.

ABSTRACT

This paper intends to review the main modes of incorporation of Brazilian migrants in the Portuguese labour market. Its main arguments are that labour opportunities are confined, in most of the cases, to less desired segments of the labour market and that flexible labour arrangements predominate. Concentration in those segments harms migrants' prospects of full integration in Portuguese society. These evidences result from the observation of some variables related to employment (economic participation, professional status, occupation, activity sector, contractual situation) and unemployment. Furthermore, individual characteristics of migrants mostly related with different incorporation patterns are identified. The main evidence used in the paper comes from a survey on Brazilian migrants in Portugal carried out in 2009.

Keywords: brazilian migration; Portugal; labour market.

Crise econômica e retorno dos emigrantes da microrregião de Governador Valadares

*Sueli Siqueira **

*Mauro Augusto Santos ***

A questão que norteia este artigo¹ é a crise econômica e sua influência na consolidação do retorno de um grupo significativo de brasileiros a partir do ano de 2006. Nesse ano, a crise na economia americana atinge o mercado de trabalho secundário, principalmente a construção civil, na qual a maioria dos emigrantes brasileiros está inserida. Esta pesquisa busca compreender os aspectos vivenciados pelos emigrantes no país de destino, destacando as dificuldades enfrentadas com a crise que culminaram em um retorno antecipado.

A Microrregião de Governador Valadares² experimentou nos anos de 1960 um movimento populacional *sui generis* no Brasil – A emigração internacional. Os primeiros registros de emigrantes para os Estados Unidos oriundos da cidade de Governador Valadares ocorreram em meados da década de 1960. Inicialmente, eram jovens da classe média que com espírito aventureiro buscavam novas perspectivas de trabalho nas terras do *tio Sam*. Um conjunto de fatores que vão desde a crise na economia brasileira, a existência de um mercado de trabalho atraente no país de destino e a formação de redes sociais, tornavam o projeto de migrar para o exterior acessível para um determinado segmento da população.

* Professora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE. Doutora em Sociologia e Política.

** Professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE. Doutor em Demografia.

Na segunda metade dos anos de 1980, esse movimento toma proporções maiores irradiando-se por toda a Microrregião, configurando os locais de origem e destino (SIQUEIRA, 2008).

O projeto de emigrar passa pelo desejo de ir, fazer poupança, adquirir bens na cidade de origem e retornar em situação socioeconômica mais elevada. Vale lembrar que a forma como é definida a direção do fluxo migratório tem fortes componentes sociais, culturais e históricos (SIQUEIRA, 2009).

A idealização de “conquistar a América”³ é comum na perspectiva do emigrante que busca “ganhar dinheiro”. Destaca-se também que, no país de destino, o emigrante trabalha arduamente com objetivo de acumular dinheiro para adquirir bens no país de origem e retornar, de acordo com o planejado. Entretanto, ocorrem eventos não esperados que determinam o retorno antecipado.

A crise econômica estabelecida nos Estados Unidos em meados de 2006 marca o início de um novo fluxo dentro do fenômeno migratório brasileiro: o dos retornados sem cumprir as metas planejadas. Este estudo tem como objetivos: traçar o perfil socioeconômico desse emigrante; indicar os motivos da emigração; descrever a vida social e a atividade profissional no Brasil antes de emigrar e nos Estados Unidos; destacar a visão do emigrante em relação ao Brasil e ao país de destino; indicar os motivos do retorno; destacar as expectativas do emigrante em relação a sua renda no Brasil; descrever os projetos do emigrante ao retornar; avaliar os efeitos psicológicos do retorno para o emigrante e seus familiares.

O artigo se baseia nos dados da pesquisa realizada na Microrregião de Governador Valadares com emigrantes, maiores de 18 anos, retornados dos Estados Unidos no período de 2006 a 2010. Estes sujeitos foram localizados através da técnica bola de neve, ou seja, após a indicação dos primeiros, esses indicaram outros, que por sua vez, também fizeram outras indicações, até chegar a um número em que as informações e indicações começaram a se repetir. Foram realizadas 237 entrevistas formais nos 25 municípios que compõem a Microrregião. Foram também realizados cinco grupos focais nos seguintes municípios: Governador Valadares, Galileia, Capitão Andrade, Sobrália e Itambacuri. Os participantes dos grupos focais foram selecionados, aleatoriamente, dentre aqueles que aceitaram participar da pesquisa. O grupo focal apresentou a seguinte constituição: 50% homens e 50% mulheres, solteiros e casados, retornados que se encontravam em situação regular e irregular, indivíduos que permaneceram nos Estados Unidos por pelo menos três anos. Cada grupo teve, no mínimo, oito participantes que atendiam de modo igualitário às características definidas. Com base nos dados coletados através desta metodologia, buscamos compreender as condições de retorno dos emigrantes, a realização ou não do projeto que motivou a emigração e sua reinserção no mercado de trabalho no país de origem⁴.

A emigração na microrregião de Governador Valadares

A cidade de Governador Valadares, em Minas Gerais, é a cidade de onde se origina o primeiro ponto de emigração, em maior escala, de brasileiros para o exterior. Na década de 1960, os primeiros trabalhadores valadarenses empreenderam a migração de longa distância, em busca do mercado de trabalho secundário nos Estados Unidos. Ao longo das décadas seguintes, outros seguiram o mesmo percurso, formando uma rede que, na segunda metade dos anos de 1980, se consolida e torna-se um dos maiores fluxos emigratórios de brasileiros para o exterior. Posteriormente, outros municípios passaram a fazer parte desse fluxo e outros países, como Portugal, Itália, Espanha e Inglaterra passaram a também figurar como destino dos brasileiros que emigram.

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010, entre os dez municípios brasileiros com maior número de emigrantes internacionais, Governador Valadares, com uma população de 263.689 habitantes e um total de 8.800 emigrantes no exterior, ocupa a sétima posição. Os municípios de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Goiânia, Curitiba e Salvador, nesta ordem, tiveram um volume de emigrantes maior que o de Governador Valadares. Com menor volume, também ordenados, temos: Brasília, Porto Alegre e Fortaleza. Para se avaliar o impacto da emigração em Governador Valadares, basta ressaltar que este é o município de menor população entre os dez que foram listados. Goiânia, que, depois de Governador Valadares, é o menor município, ainda assim possui uma população cinco vezes maior que a do município mineiro.

Sobre o perfil do emigrante valadarenses no exterior, os dados do último censo demográfico mostram que o percentual de homens (58%) era consideravelmente maior que o de mulheres (42%). Os jovens com idade entre 20 e 29 anos totalizavam 29% desses emigrantes. Já os emigrantes com idade entre 30 e 39 anos totalizavam 31% e os com idade entre 40 e 49, 26%. A maioria estava residindo nos Estados Unidos (66%) ou em Portugal (23%) e teve a última partida para o exterior acontecendo entre os anos de 2005 e 2010 (50%) – outros 33% deixaram o Brasil entre os anos de 2000 e 2004 e 12% entre 1990 e 1999.

Outro dado do Censo Demográfico de 2010 a ser ressaltado, é o de que todos os dez municípios com maior proporção de emigrantes internacionais – considerando o número de imigrantes por grupo de mil habitantes – se localizam nas proximidades de Governador Valadares.

A crise e o retorno

As décadas transcorridas desde o início da emigração marcaram a história dos municípios da Microrregião de Governador Valadares e seus habitantes. A emigração passou a fazer parte do cotidiano da região. Emigrar, ganhar dinheiro e retornar passou a ser um projeto de vida acessível e desejado por muitos.

O *boom* do fluxo emigratório da Microrregião de Governador Valadares

aconteceu na segunda metade dos anos de 1980, coincidindo com o período em que também se intensifica a crise econômica brasileira. Os habitantes dessa região, devido às redes sociais estabelecidas nas duas décadas anteriores, veem como uma possibilidade de fugir da crise a emigração para os EUA. Ao longo dos anos seguintes muitos emigram e retornam, contudo, em meados de 2006 observa-se um retorno mais acentuado. São os fugitivos da forte crise econômica que, desta vez, atingia o país escolhido como destino desses emigrantes.

A crise, que segundo Brussee (2005) teve início na década de 1990, foi provocada pela falta de controle do mercado financeiro americano que atraiu uma grande quantidade de investidores com a promessa de ganhar dinheiro fácil. Entretanto, esses investidores compraram títulos sem a percepção do grande risco associado aos mesmos, pois adquiriram títulos *subprime*.

Subprime são os consumidores que possuem um perfil que não garante crédito nas instituições financeiras, pois não têm renda comprovada, emprego fixo e histórico positivo de crédito. Com a economia em crescimento, estes consumidores possuem renda, geralmente adquirida no mercado informal. Percebendo a existência desse mercado consumidor, as instituições financeiras lançaram títulos com base no poder de compra desses consumidores. Quando o mercado de trabalho secundário foi atingido pela crise, os trabalhadores perderam o poder de compra e, conseqüentemente, não conseguiram efetuar os pagamentos de suas dívidas (CARVALHO, 2008).

Inicialmente instalada no setor imobiliário, a crise agravou-se quando a falta de confiança nos papéis financeiros atingiu o mercado de capitais como um todo. A maioria das instituições financeiras que adquiriu hipotecas *subprime*, neste momento da crise, entrou em insolvência ou falência, atingindo todos os setores da economia americana.

A crise no setor imobiliário atingiu diretamente grande parte dos emigrantes que trabalhavam na construção civil e também aqueles que, encantados pelo crédito fácil, resolveram investir suas economias na aquisição de imóveis naquele país.

A crise provocou a redução das horas de trabalho, a queda do valor pago e, conseqüentemente, a redução dos ganhos e o aumento do custo de vida. Para muitos não houve como permanecer nos Estados Unidos, e o retorno passou a ser a única alternativa. Quem são esses indivíduos que retornam neste contexto? Quais são os impactos desse retorno para o sujeito e o local de origem? As respostas para estas questões é o que buscaremos na análise proposta nas seções seguintes.

Análise dos resultados

Perfil dos entrevistados

Os emigrantes retornados são, em sua maioria, homens (73%). A predominância de homens chama atenção pelo fato de que estudos destacam,

desde o final dos anos de 1990, a igualdade de gênero nos fluxos migratórios (ASSIS, 2007; FUSCO, 1998). O percentual elevado de homens nessa pesquisa é um indicativo de que os homens, em função da crise, retornam com mais intensidade que as mulheres. Tal fato pode ser explicado pelo impacto da crise na construção civil, nas atividades de jardinagem e nas associadas a bares e restaurantes, nichos de trabalho que normalmente são ocupados por indivíduos do sexo masculino. As atividades de faxina, babá e cuidadora de idosos, que têm uma presença maior de mulheres, também sofreram o impacto da crise, mas em menor intensidade.

Considerando o total de casos (n=237), temos que a maioria dos entrevistados emigrou quando tinha uma idade entre 21 e 30 anos (41%). Os que emigraram com idade entre 18 e 20 anos totalizaram 31% da amostra⁵. Com relação à escolaridade, 36% possuíam o ensino fundamental completo, 37% o ensino médio completo e 5% formação superior. Destaca-se, ainda, que 17,3% emigraram na década de 1990 e 34% no início dos anos 2000.

Confirmando dados de pesquisas realizadas na região (SALES, 1999; ASSIS, 2011; SIQUEIRA, 2008), a maioria dos emigrantes (51%) entrou de forma irregular nos Estados Unidos pela fronteira (México ou Canadá)⁶. Os que entraram no país usando documentos falsos totalizaram 10% da amostra. Outros entraram com visto de turista (28%) ou com documento de cidadania italiana (8%). Neste sentido é importante destacar que, ao entrar para o mercado de trabalho, os portadores de visto de turista e cidadania italiana, tornam-se também irregulares. Para buscar o visto de turista existem agências de turismo que organizam a documentação, informam como proceder na hora da entrevista, como se vestir, fazem o agendamento e oferecem transporte terrestre até o consulado. Estes são mecanismos facilitadores que tornam a emigração acessível para os moradores da região (SIQUEIRA, 2009). Os resultados da pesquisa também revelaram que a maioria dos emigrantes entrevistados (89%) retornou ao Brasil na mesma situação em que se encontravam quando chegaram aos Estados Unidos, ou seja, continuavam em situação irregular.

A longa história dos fluxos migratórios na região propiciou o surgimento de outros mecanismos facilitadores para concretização do projeto migratório por meios ilícitos. O agenciador, conhecido como “cônsul”, organiza a viagem para os Estados Unidos via fronteira. Através de um simples telefonema é possível entrar em contato com esses indivíduos que organizam toda a viagem por um custo entre nove a treze mil dólares (SIQUEIRA, 2009). Neste sentido, é interessante ressaltar que 45% dos entrevistados fizeram empréstimos com amigos e parentes para custear o projeto migratório e 26% utilizaram recursos próprios.

Do total de entrevistados, a maioria estava inserida no mercado de trabalho quando emigrou, sendo que 39% recebiam até dois salários mínimos ao mês e 26% acima de dois até cinco salários mínimos. Pesquisas anteriores confirmam estes dados (SALES, 1999, ASSIS, 2011), pois as mesmas demonstram que o perfil dominante entre os emigrantes brasileiros nos Estados Unidos é composto por

jovens que estavam inseridos no mercado de trabalho na época da emigração. A emigração é uma alternativa viável para os moradores da região aumentarem sua renda e adquirirem bens duráveis. Os mecanismos facilitadores disponibilizados⁷ na origem possibilitam a um jovem com pouca ou nenhuma experiência de viagem internacional empreender um projeto de emigração de longa distância. As redes sociais, construídas desde a década de 1960, dão suporte ao projeto e ao deslocamento (SIQUEIRA, 2009; FUSCO, 1998).

É interessante destacar que 42% dos entrevistados informaram possuir bens antes de emigrar. Dentre esses, 22% possuíam casa, 13% automóvel, 13% moto, 3% fazenda e 4% possuíam algum tipo de comércio. Estes dados nos permitem reforçar o que outros estudiosos do fenômeno já afirmaram, ou seja, os emigrantes contemporâneos se distinguem dos primeiros emigrantes do início do século XX exatamente por estas características. Eles não são totalmente desprovidos de bens e emigram em busca, principalmente, de ampliar a renda e de adquirirem bens duráveis (ASSIS, 1995). Eles possuem informações que circulam nas redes sociais e capital humano para processar a mobilidade de longa distância (HALL, 2003).

Segundo o Princípio da Causalidade Cumulativa de Myrdal (1957), alguns processos/mudanças sociais, ao ocorrerem, em vez de provocarem a ação de forças contrárias que atuariam no sentido de restaurar a situação de equilíbrio existente antes do desencadeamento do processo, provocariam novas mudanças que fariam com que o sistema se movimentasse na mesma direção para a qual foi impelido pela mudança inicial. O resultado disso é que, devido a esta causalidade circular, os processos sociais tenderiam a se tornar cumulativos, aumentando gradativamente a sua força. A partir do princípio proposto por Myrdal, vários cientistas sociais têm apontado alguns fatores que explicariam o fato da migração se perpetuar através do tempo, sendo que o papel das redes sociais é um dos mais citados.

Vários autores têm destacado o papel das redes sociais sobre a perpetuação dos movimentos migratórios (HARBISON, 1981; MASSEY, 1990; MASSEY et al., 1987; MASSEY et al., 1993; TAYLOR, 1986; FAWCETT, 1989; SANTOS et al., 2010). Segundo Massey et al. (1993, p. 448), a existência de redes migratórias de trabalho aumenta a probabilidade de sucesso do movimento internacional, pois estas redes “reduzem os custos e riscos do movimento e aumentam a expectativa de retorno com a migração. As redes migratórias constituiriam uma forma de capital social que propiciaria às pessoas terem acesso ao mercado de trabalho no exterior”. A migração se tornaria um processo que se autopropetuar a partir do momento em que a rede de contatos entre duas regiões atingisse um ponto crítico. A partir de então, o volume dos fluxos migratórios entre essas duas regiões não estaria fortemente relacionado a diferenças salariais ou de níveis de emprego, mas, sim, ao crescimento das redes sociais de migrantes. O crescimento das redes teria como efeito a redução gradativa dos custos e dos riscos associados aos movimentos migratórios até atingirem um ponto em que esses movimentos tornam-se independentes dos fatores que os originaram.

Os dados da pesquisa comprovam o papel fundamental das redes sociais, uma vez que todos os entrevistados possuíam pelo menos um parente ou amigo no local de destino e 75% possuíam um parente próximo à cidade para a qual emigrou – tais como primos (43%), tios (18%) e irmãos (10%). As redes sociais unem origem e destino, possibilitando, como já ressaltado acima, a redução dos riscos e constrangimentos. Ter alguém que busque no aeroporto, hospede, indique trabalho e dê as informações necessárias para transitar numa sociedade, da qual em muitos casos não se conhece sequer o idioma, é algo fundamental.

Eu não tinha ideia de onde eu tava, era um mundo [aeroporto de New York], acho que maior que essa cidade [...] tudo muito diferente [...] fiquei meio tonto..., meio bobo [...] quando vi meu primo foi o maior alívio. Se não fosse eles [os amigos e parentes] que me ensinaram tudo, eu não sobrevivia um dia [...] é muito diferente, você não tem ideia [...] (Mauro, 39 anos, Gov. Valadares).

[...] eu fui porque tinha meu irmão lá. Ele arranhou o dinheiro e deu todas as dicas [...] fiquei na casa dele até conseguir meu lugar [...] a gente chega sem saber de nada, parece uma criança boba, eles é que ajudam a gente [...] (Marina, 32 anos, Galileia).

Motivos da emigração e do retorno

O projeto de emigrar passa sempre pelo desejo de fazer poupança e retornar em condições econômicas melhores (SIQUEIRA, 2009). Os dados da pesquisa demonstram exatamente este desejo, pois a principal motivação destacada pelos entrevistados é a possibilidade de ganhar dinheiro (61%) e melhorar de vida (23%) no retorno para sua cidade de origem.

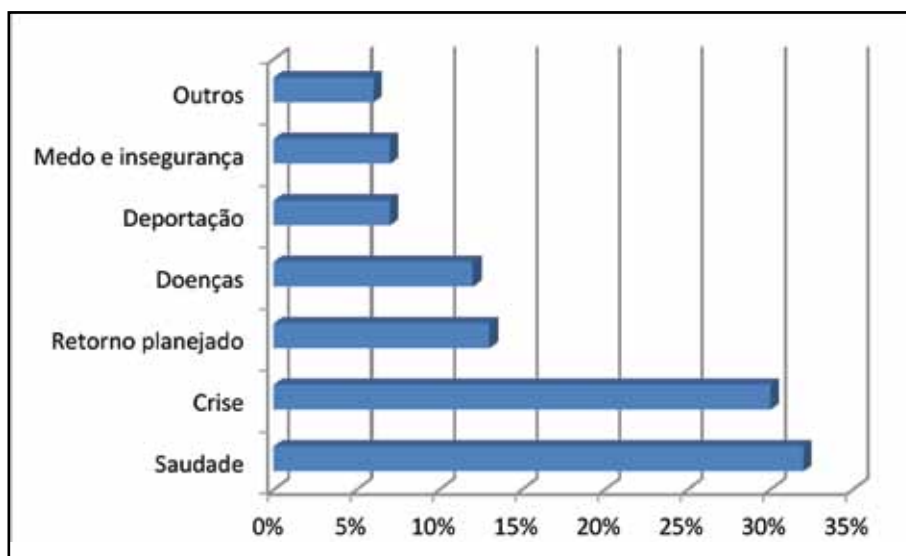
A crise na economia americana atingiu o setor imobiliário provocando uma redução drástica na demanda por mão de obra neste setor e atingindo diretamente os emigrantes que viram seus empregos sumirem (SILVA et al., 2010; TORRES FILHO, 2008). A queda do valor do dólar em relação ao real reduziu ainda mais as vantagens econômicas da emigração.

Como principal motivo para o retorno (gráfico 1), foram citados: saudades da família (32%) e aspectos relacionados à crise econômica (30%), como a queda no valor da hora de trabalho e a dificuldade de conseguir trabalho. Segundo Piore (1979) a demanda por trabalhadores desqualificados no mercado de trabalho no país de destino é uma variável importante para explicar as migrações internacionais. Este mercado de trabalho é considerado pelos trabalhadores nativos de pouco prestígio e de baixa remuneração, contudo, para os emigrantes é atrativo. A atração está, exatamente, na expectativa de trabalhar muito, ganhar dinheiro em pouco tempo, fazer uma poupança e retornar em condições

econômicas melhores. Quando esse atrativo deixa de existir, muitos optam por retornar, mesmo antes de concretizarem seus objetivos. No relato abaixo fica evidente este aspecto que motiva o retorno.

[...] vi que não dava mais, trabalhava todos os dias [...] tinha vez que nem folga tinha [...] depois ficava até quatro dias sem trabalhar [...] quando começou a não dá nem pra mandar dinheiro eu vi que tava na hora de vim [...] (Jorge, 45 anos, Capitão Andrade).

Gráfico 1 – Principais motivos para o retorno ao Brasil



Fonte: Pesquisa de campo, 2011. A questão admitia respostas múltiplas (n=237)

O gráfico 1 mostra também, como motivo de retorno, o fato de já ter alcançado o objetivo econômico do projeto migratório (13%). No relato abaixo temos uma situação que retrata esse fato. Provavelmente, se as condições de ganhos continuassem positivas, esse emigrante, mesmo já tendo alcançado seu objetivo econômico, e levando em consideração a insistência da família para o seu retorno, ficaria por mais algum tempo.

Eu já tinha feito alguma coisinha aqui e lá tava ruim demais [...] a mulher tava sempre falando pra vim [...]. Não valia mais a pena o sofrimento [...] (Bento, 32 anos, Sobrália).

Como já ressaltado anteriormente, o projeto de emigrar compõe-se basicamente de três estágios: ir, ganhar dinheiro e retornar ao país de origem com

condições melhores de vida (SIQUEIRA, 2009). Sendo assim, observou-se através da presente pesquisa, que a variável ganhar dinheiro foi o principal motivo de emigrar, enquanto a queda nos ganhos representa o principal motivo de retorno.

É interessante destacar que o retorno é constitutivo do projeto de emigrar. Contudo, a partir de 2006, com a crise instalada na economia americana e a desvalorização do dólar, as razões para o retorno mudam. Anteriormente, o retorno se dava, na maioria dos casos, depois de se ter alcançado sucesso no projeto, ou seja, após obter uma melhora na qualidade de vida no local de origem do emigrante. Após a crise, conforme apresentado no gráfico 1, o retorno se dá mais em função do custo benefício da emigração não ser mais positivo.

Ainda no gráfico 1, vale ressaltar dois outros motivos apresentados pelos entrevistados: a deportação (7%) e o medo e insegurança devido ao aumento da fiscalização da Imigração (7%). Com o atentado às Torres Gêmeas, em New York em 2001, a Imigração acirrou a fiscalização. As exigências para obter a carteira de motorista, documento indispensável para o trabalhador se locomover, ficaram maiores. Além disso, as *blitze* aumentaram e a conexão da fiscalização rodoviária, em alguns estados americanos, com a polícia de Imigração, tornou possível identificar os motoristas que tivessem algum processo na justiça, identificando os emigrantes irregulares. Por tudo isso, o cotidiano do emigrante irregular tornou-se mais inseguro e o medo da deportação se fez presente mais efetivamente.

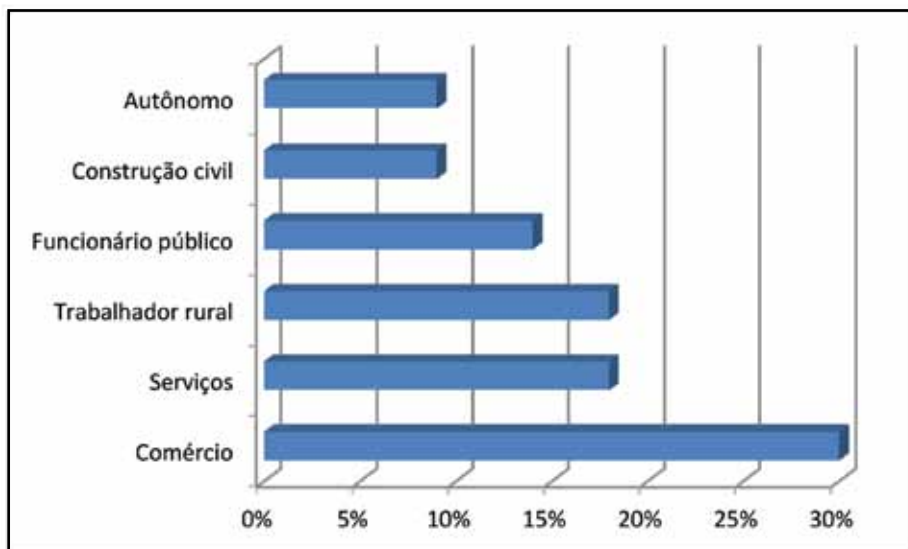
[...] fui deportado, pego numa *blitz* [...] não tinha isso não [...], foi depois do atentado que ficou assim [...]. Fiquei mais de um mês preso [...] (Eduardo, 27 anos, Grupo focal Itambacuri).

Trabalho, projetos e expectativas

Do total de entrevistados, 81% trabalhavam antes de emigrar. Os dados do gráfico 2 demonstram que 30% desses eram comerciários, 18% prestadores de serviços e 18% trabalhadores rurais. A renda da maioria desses trabalhadores era de até dois salários mínimos mensais (53%). Com essa renda, a realização de seus projetos de aquisição da casa própria e o acesso a determinados bens de consumo seria inviável no curto prazo. A emigração seria o meio mais rápido e acessível para os moradores da região realizar seus projetos de consumo.

É interessante destacar, entre os entrevistados, o relativamente alto percentual de trabalhadores rurais (18%). Segundo estudos de Siqueira (2009), a emigração internacional da população rural, principalmente dos moradores dos pequenos municípios da Microrregião de Governador Valadares, que residem nas áreas urbanas, mas exercem suas atividades nas áreas rurais, se intensificou no final dos anos de 1990. São pequenos produtores rurais, meeiros ou lavradores que, se utilizando dos mecanismos facilitadores de crédito, conseguem financiamento e emigram pela via irregular.

Gráfico 2 – Principal ocupação antes de emigrar



Fonte: Pesquisa de campo, 2011 (n=192).

Existe, na região, o imaginário coletivo de que os Estados Unidos são um país de oportunidades onde o acesso ao consumo e a bens duráveis é facilitado. Ao longo dos anos, a visibilidade do sucesso daqueles que retornavam e construíam suas casas, mobiliavam com móveis e eletrodomésticos de última geração, além de adquirirem carro e iniciarem um negócio, instigou cada vez mais o desejo de emigrar daqueles que permaneciam (SIQUEIRA, 2010).

Aqueles emigrantes que conseguiram fazer investimentos na cidade de origem, constroem casas grandes e coloridas, que se destacam das casas da rua onde moram. Essa é uma marca visível das possibilidades da emigração. Os aspectos negativos, como a dor da ausência, a solidão, o trabalho pesado e estafante que rouba a saúde e o medo de viver clandestinamente em um país estrangeiro, não são visíveis. Essa visibilidade foi fator que estimulou a emigração ao longo das últimas cinco décadas.

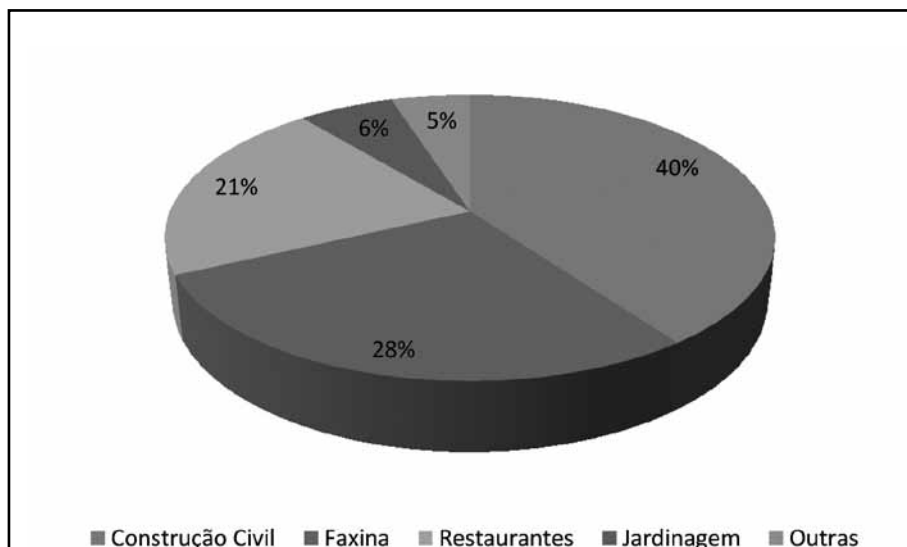
O que foi dito anteriormente pode ser relacionado ao conceito de privação relativa, elaborado pelos Novos Economistas da Migração do Trabalho (STARK & BLOOM, 1985; STARK & TAYLOR, 1989; STARK & TAYLOR, 1991; TAYLOR, 1986). Para estes teóricos, o efeito provocado pelo aumento da renda domiciliar irá depender do contexto socioeconômico em que está inserido o domicílio. Seus moradores avaliariam sua situação de privação, tendo como parâmetro certo padrão de distribuição de renda. Quanto maior o número de domicílios com renda superior, maior será o sentimento de privação relativa. Desta forma, a migração representaria uma possibilidade de melhorar a posição relativa do domicílio,

dentro do seu grupo de referência. Entretanto, haveria o risco de que o indivíduo que emigrou venha a substituir o seu grupo de referência por um grupo do local de destino, o que levaria o domicílio a não reduzir o seu sentimento de privação relativa ou, até mesmo, aumentá-lo (STARK & TAYLOR, 1989). Analisando a relação entre o sentimento de privação relativa e a probabilidade de migrar, Stark & Taylor (1989) concluem que os moradores de um domicílio tenderão a enviar seus membros para locais onde o retorno potencial do movimento migratório seja grande – ou que possibilitem alterar a posição relativa do domicílio na escala de distribuição de renda – e onde o risco de substituição do grupo de referência seja o menor possível.

Ao chegar aos Estados Unidos, os emigrantes se inserem no mercado de trabalho secundário, trabalhando principalmente na construção civil (40%), na faxina (28%), em restaurantes (21%) e em atividades ligadas a jardinagem (gráfico 3). Em média, trabalham 12 horas por dia durante seis dias da semana.

[...] lá a gente só pensa em trabalhar, esquece da vida [...] tudo pra ganhar mais verdinha. Parece que a gente fica meio doido [...]. Eu trabalhava mais de 12 horas todo dia [...] tinha vez que fazia isso semana atrás de semana, sem parar um dia [...] coisa de louco (Ana, 31 anos, Governador Valadares).

Gráfico 3 – Principal atividade nos Estados Unidos



Fonte: Pesquisa de campo, 2011 (n= 237).

Nos Estados Unidos, a maioria (68%) tem uma renda entre 501 e 1.000 dólares semanais. Esta é uma renda que, quando remetida para o Brasil, possibilita

adquirir os bens sonhados. Alguns chegam a ganhar até dois mil dólares por semana, mas para isso precisam trabalhar em dois ou mais empregos, chegando a trabalhar mais de 15 horas por dia.

Tinha dia que chegava em casa e tinha que pensar o que ia fazer [...] comer, tomar banho ou dormir [...] não dava tempo para fazer as três coisas (Rubens, 30 anos, Galileia).

Os projetos giram em torno do desejo de adquirir bens que possibilitem uma melhora na sua posição social na origem. Do total de entrevistados, a maioria (78%) não alcançou esse objetivo, pois enfrentaram a situação de crise na economia americana e retornaram sem adquirir os bens sonhados e mudar sua posição social no município de origem. Dentre os 22% que fizeram investimento no retorno, 55% compraram ou reformaram a casa onde residiam, 17% compraram terras e 15% montaram algum tipo de comércio.

Nas discussões dos grupos focais ficou evidente a decepção dos participantes em relação ao projeto migratório. O fato da maioria não ter conseguido adquirir nenhum bem no retorno deixa a sensação de tempo perdido, conforme pode ser verificado no depoimento a seguir:

A gente volta sem chão, sem lugar [...] perde tudo [...]. Fica mais difícil, voltei pior do que fui [...] (Margarida, 41 anos, Sobrália).

Ganhei dinheiro sim, comprei casa... vivia bem, mas depois foi só perder. Trabalho sumiu e os dólares também, fica até uma semana sem trabalhar [...] perdi a casa e tudo. [...] agora é começar de novo [...] é difícil, muito difícil [...] (Ilzete, 48 anos, Itambacuri).

Qualidade de vida no Brasil e nos Estados Unidos

É interessante observar que, na entrevista formal, 50% dos entrevistados consideraram a vida nos Estados Unidos como sendo boa e outros 30% a consideraram ótima. Apenas 2% consideraram a qualidade de vida nos EUA péssima. Estes dados revelam que, apesar de declarem que trabalham muitas horas, têm pouco lazer e sentem muitas saudades do Brasil, o saldo da experiência migratória é percebido como positivo.

Destaca-se, também, a avaliação que fazem da vida no Brasil depois do retorno. Para 42%, houve uma melhora no padrão de vida e outros 22% consideram que possuem, atualmente, um bom padrão de vida.

Os entrevistados declararam ter poucas atividades de lazer nos Estados Unidos. As atividades mais citadas foram assistir TV e passear nos parques. Contudo, estas atividades são realizadas esporadicamente, como afirmam 35% dos entrevistados. Diferentemente, quando se referem ao lazer no Brasil, eles

destacaram que, antes de emigrar, praticavam esportes, visitavam amigos e frequentavam clubes.

Vivendo a crise nos Estados Unidos

Nunca pensei que num país como aquele podia acontecer isso, achava que era só no Brasil. [...] quando falavam de crise, eu dizia que era coisa de jornal, de gente que queria ver o circo pegar fogo [...] só acreditei quando doeu no meu bolso e eu não consegui pagar minhas contas; a verdade caiu na minha cabeça quando perdi minha casa (Camilo, 42 anos – Governador Valadares).

O depoimento acima representa bem a trajetória de muitos brasileiros. Independente da condição de ser documentados ou não, a publicidade voltada para a aquisição da casa própria, a disponibilidade de uso do cartão de crédito foram tentadoras. Os emigrantes eram classificados como *subprime* e tinham um perfil de crédito de alto risco, pois, não tinham como comprovar renda. Entretanto, esses mesmos indivíduos possuíam renda suficiente para consumir bens e serviços disponíveis no mercado. Este segmento do mercado atraiu o setor imobiliário que passou a oferecer crédito para o mesmo.

Camilo e sua esposa eram típicos *subprime*. Não tinham emprego fixo ou um histórico de crédito positivo, mas tinham renda suficiente para consumir. Atendendo aos constantes anúncios de venda de imóveis, compraram uma casa de duzentos e vinte mil dólares em 2002. A prestação cabia no orçamento, pois ele e a esposa ganhavam mais de quatro mil dólares por mês, trabalhando na construção civil e na faxina, respectivamente. O projeto inicial de retornar foi mudado e a família definiu os Estados Unidos como seu local de residência definitiva. Ampliaram o consumo e deixaram de poupar, usando todo o limite de compras do cartão de crédito. Em 2007, a prestação da casa aumentou e, ao mesmo tempo, a oferta de trabalho e o valor da hora de trabalho caíram, tanto para ele como para a esposa. Não conseguiam pagar a fatura do cartão de crédito e a prestação da casa. Em menos de um ano perderam a casa e avaliaram que já não valia a pena viver nos Estados Unidos. Resolveram, então, retornar para o Brasil.

A ideia que perpassa o imaginário popular dos moradores da Microrregião de Governador Valadares, de que os Estados Unidos seriam um país rico e poderoso onde seria possível ganhar muito dinheiro, desmoronou para muitos que, como Camilo, voltaram para sua terra natal. A redução da oferta de trabalho, a queda do valor da hora de trabalho e a desvalorização do dólar foram fatores concretos que demonstraram para muitos emigrantes que o “custo-benefício” de permanecer nos EUA já não era positivo e o retorno seria uma opção.

Alguns emigrantes permaneceram nos Estados Unidos, mas o projeto mudou, pois já não é possível ganhar muito dinheiro, poupar e investir no Brasil, ou mesmo investir no destino. Como no relato abaixo, o salário já não permite poupar, só manter as despesas.

“[...] lá agora é assim, trabalho pouco e ganho difícil. Viver lá é igual aqui, trabalhar para comer. Pra viver assim, vivo aqui, é melhor” (Ana, Governador Valadares).

Expectativas e projetos no retorno

Projeto de renda no Brasil

Apenas 13% dos entrevistados planejaram o retorno para o Brasil. Para a grande maioria o retorno foi traumático, pois além de não ter sido planejado, significou, para muitos, o fim do sonho de conseguir melhorar o seu padrão de vida no seu município de origem, além do constrangimento de retornar em situação pior da que se encontravam quando emigraram.

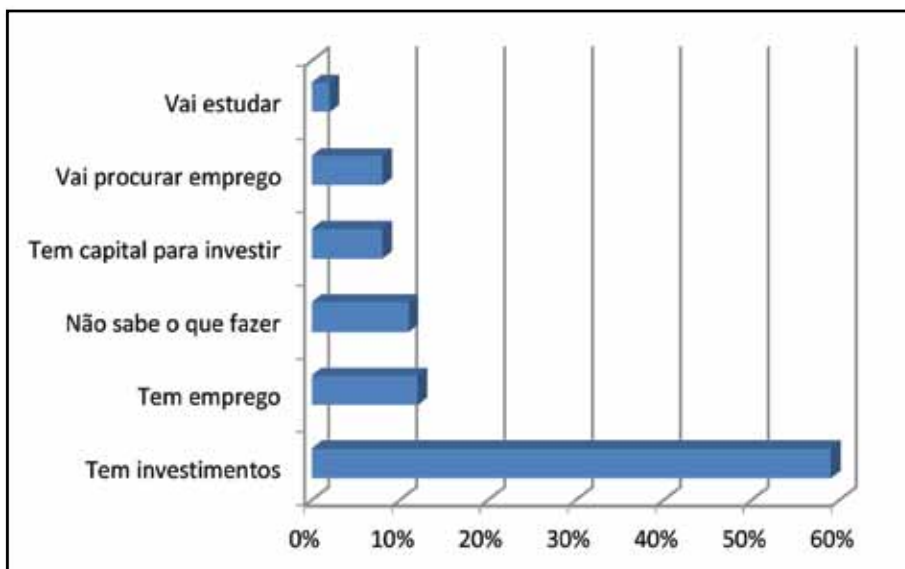
Após o retorno, nessas condições, conseguir obter renda e manter o padrão de vida é a meta de todos. Entretanto, a incerteza e a insegurança estão presentes no cotidiano desses cidadãos. Isso fica evidente nos relatos.

[...] tenho um dinheiro para iniciar alguma coisa, mas não sei por onde começar ... é tudo muito difícil ... fico com medo de perder o pouco que trouxe (Grupo focal Galileia, participante 4).

Tenho os aluguéis que vai dar pra começar, mas vou ter que dar um jeito, a gente está acostumado com uma vida diferente ... não sei não... vou procurar emprego, mas acho que está difícil pra mim [...](Grupo focal Governador Valadares, participante 1).

No gráfico 4 é possível ver que 59% dos entrevistados já possuem investimentos que possibilitam auferir alguma renda, outros 12% possuem emprego e 8% possuem capital para investir. Contudo, 11% ainda não sabem o que fazer e 8% estão procurando emprego.

Gráfico 4 – Como pretendem obter renda no Brasil



Fonte: Pesquisa de campo, 2011 (n= 237).

Estes dados nos levam a refletir sobre as condições de inserção desses retornados no mercado de trabalho em busca de renda para o seu sustento. Durante os anos de emigração eles não se qualificaram para as novas demandas do mercado. As experiências adquiridas no exterior não são comprovadas e assim não integram o currículo, o que os deixa em desvantagem em relação a outros concorrentes. Como empreendedores, não possuem conhecimento e nem experiência sobre administração, na maioria das vezes desconhecendo o mercado no qual desejam entrar ao abrirem seu próprio negócio.

Além disso, a adaptação ao trabalho, a incerteza e o estresse das condições de retorno comprometem o estado psíquico do emigrante, dificultando ainda mais sua inserção no mercado e limitando ainda mais as suas possibilidades de auferir renda.

Estudos realizados na Microrregião de Governador Valadares demonstram que os emigrantes que retornam com capital para investir nem sempre são bem sucedidos. Entre os entrevistados, 15% retornaram com capital e investiram na montagem de algum tipo de comércio. Entretanto, esses emigrantes não possuíam experiência como empreendedores e, durante os anos que estiveram fora do país, não ganharam nenhuma qualificação nessa área, pois trabalharam em atividades fora deste setor. Eles fazem seus investimentos sem conhecimento do mercado e em pouco tempo fecham suas empresas, como demonstrado no estudo de Siqueira (2009).

Destaca-se que 20,7% do total de entrevistados pretendem emigrar novamente. Dentre eles, 82% ainda não sabem para qual país, 13,5% pretendem retornar para os Estados Unidos e 6% pretendem emigrar para a Europa.

Economia brasileira

A gente sempre vê falar que o Brasil está passando de liso pela crise, eu acho que deve estar sim [...] mas pra gente que ficou fora ainda está muito difícil [...], emprego não tem pra mim [...] quando aparece é um salário que dá tristeza [...] pra mim está difícil igual lá [...] só é melhor porque tem a família, os amigos e não tem que ficar com medo da Mimi⁸ [...] (Grupo focal Governador Valadares. Participante 5).

Mesmo avaliando a economia brasileira positivamente – 49% afirmam ter ótimas e, 30%, boas expectativas em relação à economia nacional –, o relato acima demonstra a dificuldade de reintegração do retornado ao mercado de trabalho e as dificuldades desse em garantir o seu sustento. Deve ser destacado que nenhum entrevistado manifestou uma expectativa negativa em relação à economia brasileira, pois acreditam que irão superar as dificuldades e se inserir positivamente no mercado.

Tem oito meses que retornei, trabalhava como motorista de caminhão, vivi 23 anos em Connecticut, sou cidadão, mas a coisa lá está pegando mesmo, resolvi vim para viver aqui, estou cansado e doente [...] preciso descansar [...]. Pra mim viver aqui é muito difícil, não consigo emprego [...] pedem documentos e experiência comprovada, mas os documentos que tenho não valem nada aqui [...]. Aqui tá bom para quem ficou, tem documentos, estudou [...]. Estou fazendo curso para conseguir trabalho [...]. Se fosse hoje eu não tinha ido, ia estudar, tem mais facilidades [...] (Grupo focal Governador Valadares, participante 6).

Este relato demonstra o drama daqueles que retornam em função da crise na economia americana depois de viver por vários anos nos Estados Unidos e sem possuir meios de sobrevivência ou renda no Brasil. Este participante viveu por 23 anos nos Estados Unidos e, mesmo possuindo documentação, sua permanência ficou insustentável e a opção foi retornar.

O drama vivido por este participante vai além da dificuldade de encontrar trabalho. Ele não fez nenhum investimento no Brasil, perdeu a casa que comprou nos Estados Unidos e, mesmo tendo retornado a passeio por várias vezes à cidade de origem, sente-se um estranho no local de origem, completamente deslocado. Ele se encontra em tratamento psiquiátrico, conforme declarou, e considera que fez uma péssima opção ao ter permanecido por longos anos fora do país. Sempre

faz referência ao irmão mais novo que não emigrou, fez curso superior e hoje tem uma ótima posição no mercado de trabalho.

A inserção no mercado de trabalho depois de longos anos de ausência é difícil e exige desses emigrantes retornados paciência e a busca de qualificação. No gráfico 4 vê-se que um pequeno grupo entre os retornados (2%) tem como projeto voltar a estudar para se qualificar.

Efeitos psicológicos do retorno sobre o emigrante em função da crise econômica nos Estados Unidos

Pode-se ressaltar que o retorno do indivíduo para seu município de origem sem conseguir seus objetivos, devido ao insucesso do projeto migratório, desencadeia vários fatores psicossociais, tais como: sentimentos de incapacidade, desilusão e vergonha.

O pior foi encarar todo mundo. Fiquei cinco anos e voltei pior do que fui [...] sem emprego, sem dinheiro e devendo à família [...]. É muito difícil [...] mesmo com apoio da família... é difícil demais (Grupo focal Capitão Andrade, participante 1).

O emigrante do relato acima tem 35 anos. Ele foi preso pela polícia de Imigração numa *blitz* de trânsito, ficou seis meses na cadeia e foi deportado. Vários membros da família emprestaram dinheiro para pagar as despesas com o advogado e a passagem de volta. Foi diagnosticado com síndrome do pânico e faz tratamento psicológico. Esse é um exemplo do que acontece e que apareceu com frequência nos grupos focais.

No gráfico 4 podemos observar que 11% dos entrevistados afirmaram não saber o que iriam fazer para reconstruir seu projeto de melhoria da renda, depois do insucesso do projeto migratório. Essa incerteza e falta de perspectiva produz efeitos psicológicos negativos para o emigrante e sua família.

Neste sentido, concordamos com Sayad (2000), que afirma recair sobre os locais de origem o custo mais elevado da migração. Os países de onde sai a mão de obra barata para suprir o mercado de trabalho secundário dos países mais ricos recebem as remessas que movimentam o comércio e o setor de construção civil – como aconteceu e ainda acontece nos municípios da Microrregião de Governador Valadares. Entretanto, o custo social é muito alto, pois a maioria dos investimentos não é bem sucedida (SIQUEIRA, 2009) e, numa situação de crise, a política dos países de destino é a de deportar essa mão de obra que já não é mais necessária. O retorno frustrado traz para casa cidadãos doentes e com sérias dificuldades de inserção no mercado de trabalho local.

Considerações finais

A emigração internacional é um fenômeno marcante na dinâmica social dos municípios da Microrregião de Governador Valadares. O *boom* do fluxo

emigratório que ocorreu a partir da década de 1980 foi um dos fatores que possibilitou a dinamização da economia da região através das remessas enviadas pelos emigrantes. Nos municípios de origem, essas remessas foram aplicadas, principalmente, no setor da construção civil e no comércio, com a abertura de pequenos e médios empreendimentos.

O retorno é parte integrante do projeto migratório. Ao longo dos quase 50 anos de fluxo migratório dessa região para os Estados Unidos, muitos retornaram, construíram suas casas coloridas e bem visíveis, deram nova arquitetura a bairros centrais e periféricos dos pequenos e médios municípios, bem como, em suas zonas rurais. Eles fizeram investimentos que remodelaram não só a arquitetura, mas também o cotidiano de seus locais de origem.

A emigração e o retorno de moradores fazem parte do cotidiano dos municípios da região. Contudo, a partir da crise econômica instalada nos Estados Unidos no ano de 2005, o retorno começou a acontecer em proporção maior e em condições diferenciadas do que até então existia.

Ressalta-se que o número significativo de emigrantes retornados à Microrregião de Governador Valadares e o fracasso de grande parte, os têm levado a procurar emprego nos municípios de origem. Entretanto, é nítido o sentimento de frustração presente no retornado que não consegue emprego, pois após viver anos nos Estados Unidos, retorna na mesma condição de quando emigrou ou, em alguns casos, em condições piores.

Esta pesquisa demonstrou que o perfil do emigrante que retorna em função da crise não se diferencia de outros estudos, ou seja, são jovens, estão na faixa etária de 21 a 30 anos, estudaram de 8 a 10 anos e emigraram na década de 1990 e início da década de 2000.

O principal fator apontado como motivador da emigração foi a possibilidade de melhorar as condições econômicas. Antes de emigrar, a maioria dos entrevistados estava empregada, mas tinha uma renda que inviabilizava os projetos de consumo no curto prazo – ou seja, a aquisição da casa, carro e aumento da qualidade de vida. Nos Estados Unidos, a maioria trabalhava no mercado secundário, com uma jornada de mais de dez horas diárias, e ganhava entre 501 e 1000 dólares por semana. Apesar dessas condições, a maioria considera que tinha uma boa qualidade de vida naquele país.

Os emigrantes que retornaram após a crise econômica americana encontraram dificuldades para se inserir no mercado de trabalho. Contudo, apresentam uma visão positiva em relação à economia e à vida no Brasil. Eles reconhecem que a situação do Brasil diante da crise é melhor do que a dos Estados Unidos, mas consideram que as dificuldades para eles são grandes, pois os anos de ausência trouxeram desvantagens na hora de conseguir novamente a inserção no mercado de trabalho.

O principal motivo declarado pelos entrevistados para o retorno foi a saudade. Entretanto, é interessante ressaltar que a saudade faz parte da vida do emigrante. Ela só se torna motivo de retorno quando o “custo-benefício” da

emigração deixa de ser positivo. O segundo fator apontado é a crise, uma vez que esta tornou desfavoráveis as condições de trabalho e renda. A insegurança e o medo da deportação são outros fatores que foram apontados pelos entrevistados para o retorno.

Os projetos citados para obter renda após o retorno ao Brasil foram distintos. Alguns já possuíam investimentos no Brasil. Outros retornaram com algum capital para investir. Outros, ainda, estavam à procura de emprego. Por fim, alguns emigrantes declaram não saber o que fazer. É visível a dificuldade do retorno em qualquer situação, independente do projeto. Entretanto, em função de um retorno não planejado e não desejado, essas dificuldades agravam-se mais. A ideia de fracasso e decepção está presente nos relatos desses personagens e muitos são acometidos por doenças psicológicas como depressão, síndrome do pânico e estresse.

O retorno não programado devido à crise traz de volta sujeitos que não conseguiram “fazer a América” e têm dificuldades de se inserir no mercado de trabalho de seus municípios de origem. Depois de anos de trabalho pesado, muitos retornam sem recursos e sem condições materiais e psicológicas para iniciar um novo projeto.

Esta é uma face do fenômeno da migração internacional vivenciada pelos municípios da Microrregião de Governador Valadares. O drama silencioso vivido pelos personagens dessa história não é visível, mas denuncia o lado perverso desse fenômeno e tem um elevado custo social para os locais de origem dos emigrantes.

Notas

1 - Artigo baseado na pesquisa “A Crise econômica no destino, o retorno dos emigrantes e seus impactos na Microrregião de Governador Valadares”, financiada pela FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Minas Gerais, com apoio da UNIVALE – Universidade Vale do Rio Doce.

2 - Cidades da Microrregião: Alpercata, Campanário, Capitão Andrade, Coroaci, Divino das Laranjeiras, Engenheiro Caldas, Fernandes Tourinho, Frei Inocêncio, Galileia, Itambacuri, Itanhomi, Jampruca, Marilac, Matias Lobato, Nacip Haiddan, Nova Módica, Pescador, São Geraldo da Piedade, São Geraldo do Bachio, São José do Safira, São José do Divino, Sobrália, Tumiritinga, Virgolândia, Governador Valadares.

3 - Expressão usada pelos emigrantes, referindo-se a conseguir viver nos Estados Unidos.

4 - Com o intuito de preservar os informantes, todos os nomes que aparecem nos relatos são fictícios.

5 - Ter idade superior a 18 anos era um dos pré-requisitos para que o emigrante fosse incluído na amostra.

6 - Com a exigência do visto para o México, uma nova rota foi estabelecida, com os emigrantes entrando na Guatemala, de onde chegam até a fronteira do México por terra.

7 - Os agenciadores que financiam a emigração pela fronteira, as agências de turismo que organizam a viagem e toda a documentação para solicitação do visto americano são alguns exemplos.

8 - Como os emigrantes se referem à Polícia de Imigração.

Referências

- ASSIS, G. de O. *Estar aqui, Estar lá... uma cartografia da vida em dois lugares*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.
- ASSIS, G. de O. *De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares dos novos migrantes brasileiros*. 1ª. ed. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.
- ASSIS, G. de O. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. *Revista Estudos feministas*, Florianópolis, v. 15, nº 3, p. 745-772, set./dez. 2007.
- BRUSSEE, W. *The second great depression*. Starting 2007 eding 2020. EUA: Booklcker, 2005.
- CARVALHO, F. C. de. Entendendo a recente crise financeira global. In: *Dossiê da crise*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Keynesiana, 2008. Disponível em: <<http://www.ppgc.ufrgs.br/akb>>. Acesso em: 6 jul. 2012.
- FAWCETT, J. T. Networks, Linkages and Migration Systems. Special Silver Anniversary Issue - International Migration: an Assessment for the '90s. *International Migration Review*, New York, v. 23, nº 3, p. 671-680, autumn 1989.
- FUSCO, W. *Redes sociais na Migração Internacional: o caso de Governador Valadares*. Campinas: IFCH –UNICAMP, 1998.
- HALL, S. *Da diáspora*. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- HARBISON, S. F. Family Structure and Family Strategy in Migration Decision Making. In: DE JONG, G. F.; GARDNER R. W. *Migration Decision Making: Multidisciplinary Approaches to Microlevel Studies in Developed and Developing Countries*. New York: Pergamon Press, 1981, p.225-251.
- MASSEY, D. S. et al. *Return to Aztlan: the social process of international migration from western Mexico*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1987.
- MASSEY, D. S. Social Structure, Household Strategies, and the Cumulative Causation of Migration. *Population Index*, v. 56, nº 1, p. 3-26, spring, 1990.
- MASSEY, D. S. et al. Theories of International Migration: a Review and Appraisal. *Population and Development Review*, v. 19, n. 3, p. 431-466, sept. 1993.
- MYRDAL, G. *Rich lands and poor: the road to world prosperity*. New York: Harper & Brothers Publishers, 1957.
- PIORE, M. *Birds of passage: migrant labor and industrial societies*. New York: Cabridge University Press, 1979.
- SALES, T. *Brasileiros longe de casa*. São Paulo: Cortez, 1999.
- SANTOS, M. A. et al. *Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010. (Texto para discussão nº 398).
- SAYAD, A. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. *Travessia – Revista do Migrante*, São Paulo, ano XIII, número especial, jan. 2000.
- SILVA, J. O. et al. Impacto da Crise do Subprime no Endividamento das Maiores Empresas Brasileiras. *Pensar Contábil*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 47, p. 16 - 25, jan./mar. 2010.
- SIQUEIRA, S. Emigrants from Governador Valadares: Projects of Return and Investment. In: JOUET-PASTRÉ, C. and BRAGA, L. J. (Editors). *Becoming Brazuca*. Brazilian Immigration to United States. Cambridge - Massachusetts: Harvard University Press, 2008, p. 175-194.
- SIQUEIRA, S. *Sonhos, sucesso e frustrações na emigração de retorno*. Brasil/Estados Unidos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.
- SIQUEIRA, S. Emigração, crise econômica e retorno à terra natal. *Revista de Economia Política e História Econômica*, v. 21, p. 5-25, jun. 2010.
- STARK, O.; BLOOM, D. E. The New Economics of Labor Migration. *The American Economic Review*, v. 75, nº 2, p. 173-178, may 1985.

- STARK, O.; TAYLOR, J. E. Relative deprivation and international migration. *Demography*, v. 26, nº 1, p. 1-14, feb. 1989.
- STARK, O.; TAYLOR, J. E. Migration Incentives, Migration Types: The Role of Relative Deprivation. *The Economic Journal*, v. 101, nº 408, p. 1163-1178, sept. 1991.
- TAYLOR, J. E. Differential migration, networks, information and risks. In: STARK, O. (ed.). *Migration, human capital and development*. Greenwich, Connecticut: JAI, v. 4, 1986, p. 147-171.
- TORRES FILHO, E. T. Entendendo a crise do subprime. BNDES: *Visão do desenvolvimento*, nº 44, 2008. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/visao/visao_44.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2012.

RESUMO

O retorno faz parte do projeto migratório. Desde o início do movimento de emigração para os EUA, a partir da Microrregião de Governador Valadares nos anos de 1960, muitos têm retornado da aventura migratória, contudo a crise na economia americana resultou num retorno em uma intensidade maior que a normal num fluxo migratório. Este artigo busca compreender as condições desse retorno. A metodologia utilizada foi de cunho qualitativo e quantitativo. Foram aplicadas 237 entrevistas estruturadas em 25 cidades da microrregião em emigrantes retornados no período de 2006 a 2011. Os dados permitem considerar que os emigrantes eram jovens na faixa etária entre 21 e 30 anos, solteiros, e tinham como principal motivo de emigrar ganhar dinheiro, investir na sua cidade de origem e retornar numa situação econômica melhor. O principal motivo do retorno são as condições desfavoráveis para ganhar dinheiro e o acirramento da fiscalização quanto à documentação. A maioria não fez nenhum investimento no Brasil e retorna sem alcançar o projeto inicial. Buscam encontrar espaço no mercado de trabalho, contudo encontram dificuldades, devido aos anos de ausência, a defasagem de conhecimento e a baixa qualificação.

Palavras-chave: emigração; retorno; Governador Valadares (Brasil).

ABSTRACT

Return is part of the migration project. Since the beginning, in the 1960s, of the emigration movement in the region around the city of Governador Valadares, Brazil, many people have returned from their migratory adventure. However, the recent crisis in American economy has made them return in a greater intensity. This article seeks to understand the conditions of this movement. Methodology was qualitative and quantitative. It was conducted 235 structured interviews among emigrants that returned from 2006 to 2011, in 25 cities of the referred region. The data allow to consider that the emigrants were mainly young people aged between 21 and 30 years old, unmarried, and had money as the main reason for emigration, planning to invest in their homeland and to come back in better economic situation. The main reasons for their return are the unfavorable condition to get money and the increase of immigration control on documentation. Most of the emigrants did not make any financial investment in Brazil and came back without reaching their initial goals. Now, they seek to find a space in the labor market, however, they find difficulties due to years of absence, knowledge gaps and low qualification.

Keywords: emigration; return; Governador Valadares (Brazil).

El papel de las redes migratorias en los procesos de reordenación de los flujos de bolivianos entre España y Brasil

*Luisa Belchior Moskovics**

*Paloma Moré Corral***

Consideraciones metodológicas

La metodología que hemos desarrollado se basa en una revisión bibliográfica exhaustiva de textos que abordan una comprensión histórica y sociológica de la migración boliviana, así como de datos estadísticos sobre las características de estos flujos. Además, se han realizado una serie de entrevistas en profundidad e informales tanto a emigrantes bolivianos como a personal de asociaciones y ONG y otros organismos relacionados con la asistencia, orientación y gestión de estos flujos. Una parte de estas entrevistas ha sido realizada en La Paz durante el mes de agosto de 2011, otra parte fue realizada en Madrid en los meses de octubre y noviembre y una última parte se ha realizado en São Paulo durante el mes de febrero de 2012. Estas entrevistas se han completado con varias sesiones de observación informal en barrios de concentración de población boliviana, tanto en Madrid como en São Paulo.

Algunas consideraciones teóricas: redes y cultura migratoria

Es sabido que los procesos migratorios son potenciados por la existencia de redes sociales, una forma específica de capital social que convierte la

* *Periodista, Doctoranda en Migraciones Internacionales y Integración Social por el Instituto Universitario Ortega y Gasset, de Madrid.*

** *Socióloga, Doctoranda en Migraciones Internacionales y Integración Social por el Instituto Universitario Ortega y Gasset, de Madrid.*

migración internacional en una estrategia atractiva para la diversificación de riesgos o para maximizar posibles beneficios (MASSEY, 1998, p. 43). Las redes facilitan la migración, sirven de apoyo para encontrar trabajo, alojamiento, etc., y tienden a mantener los flujos entre determinados puntos geográficos y sociales. En el caso que estamos estudiando podemos distinguir diferentes redes migratorias, algunas tejidas durante décadas entre Bolivia y Brasil, concretamente la ciudad de São Paulo, y otras más recientes que han unido Bolivia, especialmente los núcleos de Cochabamba, Santa Cruz y La Paz, a España, principalmente Madrid y Barcelona.

Estas páginas pretenden ilustrar la idea de que la existencia de redes migratorias juega un papel importante en la ordenación de los flujos, pero que estos dependen a su vez de otra serie de factores tanto a nivel macro (coyuntura económica, políticas migratorias, etc.) como a nivel micro (decisiones individuales marcadas por presiones familiares, estrategias, etc.). Una cualidad especialmente útil de las redes es que son polivalentes, es decir, que sirven de apoyo para los migrantes en situaciones muy diversas. Del mismo modo que la red migratoria, a través de la reagrupación familiar, se ha convertido en única vía posible que los bolivianos pueden utilizar en estos momentos para emigrar a España, las redes migratorias establecidas entre el país andino y la ciudad de São Paulo están abriendo nuevas posibilidades en la estrategia migratoria de los retornados de España que han visto frustrados sus proyectos migratorios.

Por otra parte, consideramos que otro elemento teórico interesante para explicar los vínculos que unen las migraciones bolivianas a España y Brasil, pero también con Argentina, es la idea de causación acumulativa, es decir, que cada migración altera el contexto social en el que se produjo y por tanto, tiene consecuencias sobre los nuevos movimientos migratorios. Entre los distintos mecanismos sociales que pueden alimentar esa causación acumulativa nos parece especialmente interesante la idea de que a medida que aumentan las migraciones se genera cierta cultura migratoria que puede incentivar nuevos movimientos: *“La satisfacción de las necesidades que originalmente motivaron la migración tiende a crear nuevas necesidades, y la pobreza no se elimina con un solo viaje. Una vez que la migración ha sido experimentada, se convierte en un recurso familiar que puede ser empleado de nuevo si las necesidades vuelven a surgir. La migración altera los gustos y las expectativas lo que conduce a más viajes y a estancias más largas”* (MASSEY, 1986, p. 671).

En el caso de Bolivia, además de las redes motivadas por las migraciones más recientes, se debe tener en cuenta que la cultura migratoria se ha forjado desde la época prehispánica debido a la constante movilidad que la población ejercía en busca de recursos (HINOJOSA, 2009a, p. 18). Bolivia es, por tanto, un país con una larga tradición de movilidad interna e internacional, la cual se ha quedado impresa en su cultura migratoria.

Bolivia como emisor de flujos migratorios hacia España

Es difícil saber con exactitud las cifras a las que asciende la población emigrante en Bolivia pues según las fuentes se pueden encontrar datos que varían hasta en medio millón de personas (HINOJOSA, 2009b, p. 6). Sin embargo, según la Organización Internacional para las Migraciones, los emigrantes en Bolivia ascienden a 1,6 millones, lo cual representa el 16% de una población de 10 millones de ciudadanos (OIM, 2011).

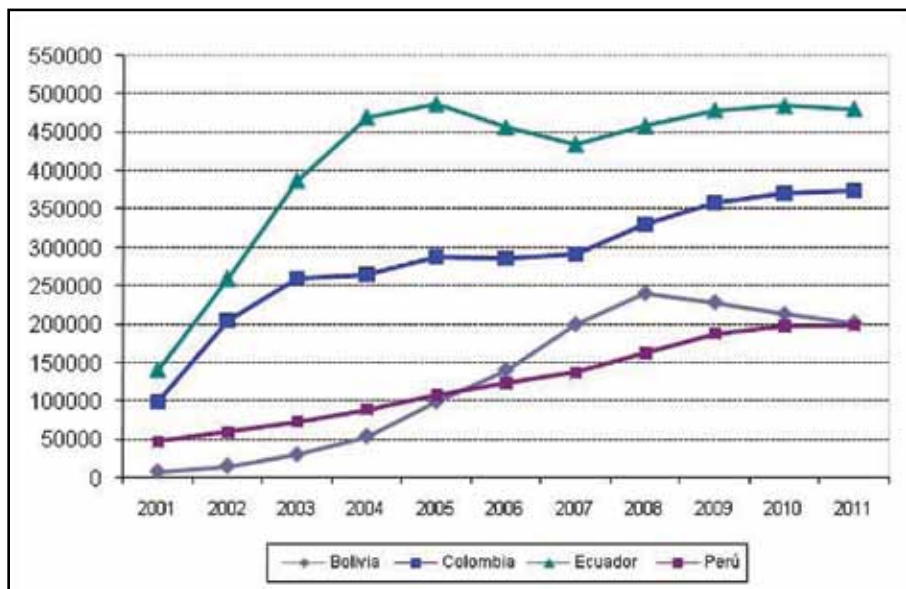
Los destinos migratorios tradicionales de este país habían sido Argentina, Brasil y EEUU hasta que, a partir de la década del 2000, España empieza a aparecer como un destino atrayente para la población boliviana y, muy especialmente, para las mujeres. Es posible que la crisis económica y política que vivió Argentina en esos años haya contribuido a reorientar los flujos migratorios hacia España (SALAZAR, 2010, p. 90), un país que en esos momentos invertía su tendencia migratoria histórica gracias al factor de atracción que suponía la expansión de su mercado laboral.

Siempre trabajé (antes de ir a España), lo que pasa es que yo viví en Argentina y me vine de allá por la situación, por el corralito, vine para acá (a Bolivia) y estuve trabajando, estuve solamente un año y medio y como vi que no se ganaba, o sea, acá se gana para vivir, para comer y nada más." (...) "Nunca me imaginé irme a España, pero tenía una tía que vino y me dijo que se ganaba muy bien, que en un año se podía hacer mucho dinero y todo eso. Me decidí en una semana, saqué el pasaporte y me fui.
(Mujer procedente de Oruro, entrevistada en La Paz, agosto 2011).

La historia de la inmigración en España está marcada por la expansión del mercado laboral pues entre los años 1996-2006 se crearon cerca de siete millones de puestos de trabajo, siendo la tasa de crecimiento económico muy superior a la de la Unión Europea, representando un 54% frente a un 13,7% (ROCHA et al., 2008; CACHÓN y LAPARRA, 2009, p. 35). Así, como ya es sabido, España, un país de tradición emigrante, se convirtió de forma precipitada en el Estado que más población extranjera recibía dentro de la UE y en uno de los diez primeros países del mundo por el volumen de la población inmigrada, además de en uno de los principales países emisores de remesas del mundo (ARANGO, 2011, p. 54).

Desde entonces, la región andina ha sido una de las mayores proveedoras de migrantes y receptoras de remesas. Como puede verse en el Gráfico I, en 2007 el conjunto de habitantes de Bolivia, Colombia, Ecuador y Perú sumaban más de 1 millón y medio de residentes en España, un 60% de la población total nacida en el extranjero (INE, 2011).

Gráfico I. Población residente en España según país de nacimiento. Revisión del Padrón Municipal para cada año. Serie 2001-2011.



Fuente: Elaboración propia a partir de datos del Padrón Municipal de Habitantes. INE 2011.

En cuanto a la inmigración boliviana a España puede decirse que ésta ha experimentado dos fases bien diferenciadas, en un primer momento ha estado caracterizada por un éxodo masivo entre los años 2000 y 2008 y en un segundo momento, a partir del año 2008, por un estancamiento y unos incipientes movimientos de retorno. La inserción laboral ha sido el leit motiv de esta emigración y por tanto la coyuntura del mercado de trabajo español ha sido el telón de fondo sobre el que se han llevado a cabo estos movimientos de población.

Etapa de la “emigración masiva a España”: 2000 – 2008

Los primeros años del siglo XXI Bolivia estaba inmersa en un contexto de incertidumbre marcado por el descontento social y la inestabilidad política, factores que contribuían a bloquear las expectativas de ascenso social de muchos ciudadanos. En estas circunstancias la inexistencia del requisito de visado para entrar como turista en España era percibida como una gran oportunidad para dar el salto hacia Europa. Al mismo tiempo, eran los años dorados del crecimiento económico en España y el boca a boca funcionaba para difundir lo que no era ningún secreto: “allá se gana bien”. Así comienza el periodo que podría denominarse como la “emigración masiva” hacia España.

Según los datos del Padrón Municipal de Habitantes (INE) en 2001 residían en España poco más de 8.400 bolivianos, cifra que en 2005 ascendía a 100.000 y que en 2008 rondaría los 240.000. Durante estos años el incremento de bolivianos presentes en este registro ha sido muy intenso, especialmente en el periodo 2004-2008, como puede apreciarse en la Tabla I.

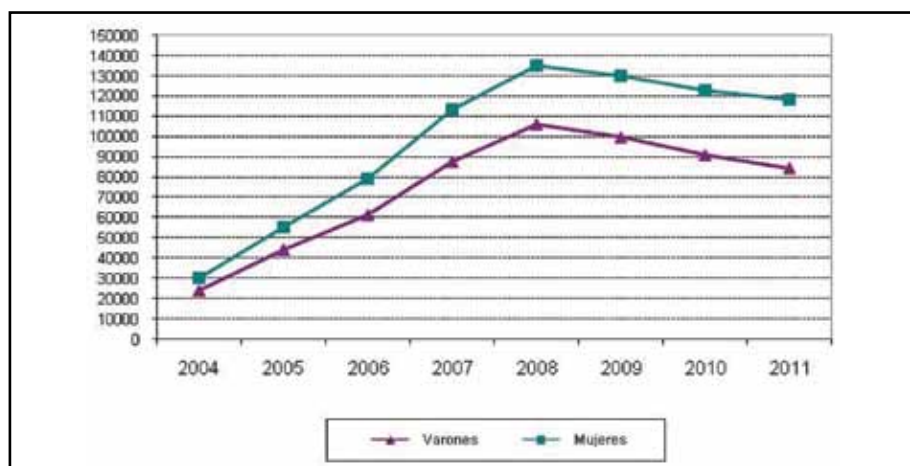
Tabla I. – Incrementos absolutos y relativos de población nacida en Bolivia (de nacionalidad boliviana y/o española) residente en España. Años 2001-2011.

	2001-02	2002-03	2003-04	2004-05	2005-06	2006-07	2007-08	2008-09	2009-10	2010-11
Incrementos absolutos	7.098	15.036	23.886	45.050	41.248	60.009	40.163	-11.537	-15.513	-11.205
Incrementos relativos	84,28	96,88	78,17	82,75	41,46	42,64	20,01	-4,79	-6,76	-5,24

Fuente: Elaboración propia a partir de datos del Padrón Municipal de Habitantes. INE 2011.

Los rasgos que han caracterizado esta migración han sido la fuerte orientación laboral y su inserción precaria en el mercado de trabajo, la importancia de la presencia femenina y el origen localizado en el eje Cochabamba, Santa Cruz, La Paz. La mayor proporción de mujeres es una característica que ha sido distintiva de muchos colectivos latinoamericanos y que nunca ha dejado de ser un rasgo relevante del flujo de bolivianos. Como puede observarse en el Gráfico II la presencia de las mujeres se ha ido acentuando hasta el punto que en 2011 llegaron a representar el 58,4% del total de personas registradas en el Padrón (INE, 2011).

Gráfico II. Bolivianos empadronados en España por sexo 2004-2011.



Fuente: Elaboración propia a partir de datos del Padrón Municipal de Habitantes. INE 2011.

Una radiografía de las características de la población boliviana en España en los años previos a la crisis puede ser extraída del análisis de la Encuesta Nacional de Inmigrantes (ENI, 2007), el cual nos ofrece la imagen de una inmigración joven y volcada hacia el trabajo. La tasa de actividad reflejada en esta encuesta era excepcionalmente alta (91%), incluso en comparación a otros migrantes andinos como los ecuatorianos (86%), los peruanos y los colombianos (83%). A su vez, las tasas de ocupación y de desempleo también eran comparativamente altas (81% y 10% respectivamente) (COLECTIVO IOÉ, 2010, p. 104-105). La alta proporción de activos se explica porque al ser un flujo de inmigración muy reciente apenas estaba formado por estudiantes o jubilados.

La precariedad y la inserción laboral en el sector secundario han sido los rasgos distintivos de la aventura laboral de los bolivianos en España. Mientras el 60% de los varones encontraron su primer empleo en la construcción o la agricultura, el 73% de las mujeres se emplearon en el servicio doméstico, proporción superior a la de cualquier otro colectivo nacional (COLECTIVO IOÉ, 2010: p. 110 y 117). La inserción laboral en puestos que no requerían cualificación específica (80% en su primer empleo), los contratos temporales (91%), las largas jornadas laborales (50,9 horas de media semanal) y los bajos salarios (una media de 1.000 euros para los varones y de 700 para las mujeres), mostraban al colectivo boliviano en una posición de mayor vulnerabilidad social que a los inmigrantes de otras procedencias (COLECTIVO IOÉ, 2010, p. 113-114).

Estas malas condiciones laborales pueden deberse a que el trabajo de campo de la encuesta se realizó en los años previos a la imposición del visado, cuando la mayoría de los bolivianos llegaban a España como turistas y cambiaban su estatus al de inmigrantes irregulares pasados tres meses. En esas circunstancias la incorporación al mercado laboral se realizaba en la mayoría de los casos a través del empleo sumergido. Este análisis concuerda con los datos recogidos por una encuesta realizada por ACOBE (Asociación de Cooperación Bolivia España) en 2007 según la cual el 82% de los bolivianos había entrado con visado de turista, el 62,5% estaba en situación irregular y el 72% estaba trabajando sin contrato de trabajo (ACOBE, 2007). En la Tabla II se ha intentado exponer una estimación, con todas las reservas metodológicas que esto pueda conllevar, de la proporción de personas bolivianas en situación irregular en dos momentos de la pasada década.

Tabla II. Estimación de la población irregular¹ de bolivianos residentes en España.

2007 ²			2010 ³		
Empadronada ⁴	Regular ⁵	Irregular	Empadronada	Regular ⁶	Irregular
200.749	52.587	148.162	213.862	117.603	96.259
100%	26,20%	73,80%	100%	54,99%	45,01%

Fuente: Elaboración propia a partir de datos del Anuario Estadístico de Inmigración 2006 y 2009 y del Padrón Municipal de Habitantes 2007 y 2010.

El retroceso de la emigración a España: 2008 – 2012

En 2008 se produce un punto de inflexión en esta tendencia migratoria, el cual está estrechamente vinculado a dos fenómenos relacionados con el contexto de recepción: la imposición del visado de turista y el estallido de la crisis económica en España.

En abril del año 2007 el Estado español impuso el requisito de tramitar un visado a aquellos ciudadanos bolivianos que desearan viajar como turistas a España. Esta medida, motivada por el rápido aumento de los flujos en los años precedentes, produjo una ralentización de las entradas, al igual que había sucedido con otras nacionalidades años atrás. Ante la dificultad de cumplir los requisitos para acreditarse como turista, a partir de entonces, la vía más asequible y segura fue la tramitación de un permiso de trabajo aliada a una oferta previa. Según la Fundación Amibe-Codem, que presta servicios de asesoría jurídica en La Paz, desde abril de 2007 hubo un gran aumento de las consultas para tramitar visados de trabajo y estudios a partir de contratos emitidos desde España, en el caso de las mujeres, para ocupaciones de servicio doméstico, cuidado de ancianos y niños o auxiliares de geriatría, y para el caso de los hombres, en construcción y como técnicos electricistas.

Sin embargo, esta priorización de la inmigración regular vinculada al trabajo se vio truncada muy pronto debido al cambio en la coyuntura económica en España. En concreto por el vertiginoso aumento del desempleo, el cual motivó un repliegue en las opciones de entrada legal vinculada al empleo, además del endurecimiento de los controles a la inmigración irregular. Desde el comienzo de la crisis el “Catálogo de Ocupaciones de Difícil Cobertura” emitido por el INEM se ha visto notablemente reducido, lo que ha supuesto que los contratos en origen autorizados por la Delegación de Gobierno sean prácticamente imposibles de tramitar.

Muy poca gente es la que viene a consultar como se puede hacer un contrato de trabajo porque la gente es consciente de que por el tema de la crisis en España el tema de los contratos está prácticamente a cero. (...) En el 2010 es increíble la baja que ha habido en la demanda de asistencia para tramitar visados de turista o para los que tenían un contrato de trabajo en origen desde España. Ya en 2011 no atendemos prácticamente a nadie con visados de estudios y trabajo. En estos primeros seis meses habremos tenido unos cuatro o cinco visados de trabajo, nada más. Lo que sí hay bastante son las reagrupaciones, tanto en el Régimen General como en el Comunitario, cosa que antes no había.

(Encargada de la asesoría legal Amibe-Codem, La Paz, agosto 2011).

Como ocurrió en los Estados centroeuropeos tras la crisis del petróleo de 1973 y la política de inmigración cero impuesta para poner fin al modelo “guestworker”, se ha producido un aumento enorme de las demandas de reagrupación familiar. Esta vía constituye en la actualidad la única posibilidad realista que tienen los bolivianos para acceder a un permiso de residencia en España, debido a la contracción de las admisiones por motivos laborales.

El brutal ascenso del desempleo de los inmigrantes que se está produciendo desde el comienzo de la crisis, pero que se hizo mucho más dramático durante el año 2009 (OLIVER ALONSO, 2011, p. 132), es un factor a tener en cuenta en el reordenamiento de los flujos migratorios hacia España. En el caso de los bolivianos llama la atención que se trata del único colectivo de inmigrantes nacidos en los países andinos que está reduciendo su presencia en este país desde 2008 (ver Gráfico I). Esta excepción podría tener su explicación en que se trataba de un flujo más reciente y por tanto con menos asentamiento en el país de destino. Cuando empezó la crisis todavía había una alta proporción de personas bolivianas en situación irregular que no se habían podido beneficiar de los procesos de regularización colectiva (el último tuvo lugar en 2005) y que no habían cumplido aún el plazo de tres años de estancia acreditada en España para presentar el arraigo social.

Muchos de los que llegaron en el 2006 y 2007, en esa gran llegada masiva cuando se anunció que iba a imponerse el visado, no han logrado regularizar su situación. Entonces, esa gente que no ha logrado regularizar su situación está viviendo ahora justamente el impacto muy fuerte de la crisis, aparte del control constante de documentación que existe. Varios han sido retornados vía el CIE, otros se han sumado a los programas de retorno voluntario y otros han retornado por su cuenta.

(Área de Investigación de Acobe y Fundación Codem, Madrid, octubre 2011).

En este contexto, el retorno voluntario se presenta a veces como parte de una estrategia para mejorar la situación, ya sea a través de los programas establecidos o gracias a los recursos propios. De los dos principales programas de retorno que existen en España⁷, el Programa de Abono Anticipado de Prestación a Extranjeros (APRE) y el Programa Retorno Humanitario o de Atención Social, los bolivianos han hecho uso generalmente del segundo ya que hasta 2011⁸ estuvieron excluidos del APRE debido a que Bolivia y España no habían firmado un acuerdo en materia de Seguridad Social. Aunque el convenio de colaboración se ha firmado en 2011, parece que por motivos sociológicos tampoco es un programa muy demandado entre los bolivianos:

Recién este año se ha firmado el convenio, pero de capitalización de paro no está habiendo mucha demanda

porque los que están más con la mentalidad del retorno son las personas que están en situación irregular. La mayoría de los casos que se han atendido aquí son de vulnerabilidad social, que es gente que llevaba más de seis meses, incluso un año, dos, o tres años sin trabajar, con esa precariedad pero aparte con la imposibilidad de acceder a una tarjeta de arraigo social. Esos son los que llegan a un límite en el que la red social familiar que les apoyaba se desgasta y son los que se han sumado a los programas de retorno. (Área de Investigación de Acobe y Fundación Codem, Madrid, octubre 2011).

Los motivos por los que se emprende el retorno son diversos y no existe un único perfil. Desde las personas que son expulsadas por estar en situación de irregularidad, hasta aquellas que optan voluntariamente por esa opción al no poder regularizarse o encontrar trabajo, pero también aquellas que deciden explorar nuevas posibilidades en el país de origen o las que regresan por motivos familiares y personales:

En el caso de las mujeres cuando deciden retornar no está tan vinculado a la falta de trabajo sino más vinculado a una situación familiar en el país de origen (...) como que ellas ven que aquí tienen más opciones. (...) Igual cuando son familias, se nota que la mujer lo siente más porque sabe que ella tiene más posibilidades de encontrar trabajo, aún sin tener papeles, aquí que en Bolivia. (Área de Investigación de Acobe y Fundación Codem, Madrid, octubre 2011).

La inserción laboral en el país de origen tras el retorno es complicada y algunos pueden experimentar cierta sensación de frustración ante las expectativas no cumplidas. Para quienes se ven abocados a ello a través de una expulsión o para poner fin a una situación de precariedad es posible que el proyecto migratorio finalice de una manera prematura e inesperada sin que se hayan cumplido algunos de los objetivos que se habían planteado al inicio de la emigración. Para aquellos para los que el retorno es parte de una estrategia de movilidad social en el país de origen, es posible también que cuando vuelven lo que finalmente suceda no sea lo que esperaban:

Hay mucha gente que ha retornado con la esperanza de que habiendo ahorrado cierta cantidad de dinero iban a volver a su país, iban a implementar un negocio e iban a estar mucho mejor. Lamentablemente, en gran parte de los casos no es así, porque el nivel de vida aquí en Bolivia ha subido bastante, especialmente a partir de diciembre

(2010), de lo que es el famoso gasolinazo⁹, el coste de las cosas se ha duplicado: bienes muebles, inmuebles, insumos domésticos, en todo, la canasta familiar, todo se ha duplicado. Entonces, si en su momento podíamos vivir con 1000 bolivianos, con un ingreso más o menos de ese monto, con un negocio de la persona que había retornado, pues ahora es el doble y ya no le abastece, entonces esa persona tiene el deseo y el interés de volver (a España). (...) Hay bastante gente con ese interés.
(Encargada de la asesoría legal Amibe-Codem, La Paz, agosto 2011).

En ambos casos, las dificultades administrativas para regresar a España, las redes migratorias consolidadas hacia países como Argentina y Brasil y los factores de atracción que se están generando en estos dos países limítrofes, pueden hacer aparecer la posibilidad de la re-migración como una opción atractiva para algunos:

No es casual de que exista ahora un incremento de la emigración al Brasil y muchos de los que están aquí van ya con esa mentalidad – “pues si no me va bien me voy a la Argentina o me voy a ir al Brasil” – entonces ya van con una mentalidad de – “si no me va bien no me voy a quedar allí (en Bolivia), me voy a ir a otro lugar”.
(Área de Investigación de Acobe y Fundación Codem, Madrid, octubre 2011).

Bolivia, Brasil y Argentina son países que en demanda de retorno han subido muchísimo (desde 2007). Para el caso de Argentina y Brasil, por lo que nos cuentan algunos usuarios, influye mucho el hecho de que sean países que ahora mismo están desarrollándose más. Me comentaba una chica brasileña el otro día que ahora mismo con el tema de las Olimpiadas, el Mundial y todas las cosas que se van a hacer en los próximos años, se va a generar una demanda de trabajadores tremenda y hay mucha gente que está decidiendo volver (...) porque sabe que allí tiene muchas posibilidades y que su país le va a ofrecer mucho más de lo que le ofrece España, sobre todo en Argentina y en Brasil.
(Programa de Retorno Voluntario, ACCEM, Madrid, octubre 2011).

La confluencia de factores que están convirtiendo a Brasil en un país de atracción de flujos migratorios en la región y especialmente para la población boliviana es lo que vamos a intentar mostrar a continuación.

Foco hacia el sur: de España hacia Brasil

Al analizar la inmigración reciente de bolivianos hacia Brasil debemos puntualizar que trataremos de los flujos hacia São Paulo, ya que es allí su principal destino dentro del país.

A pesar de que se haya intensificado con la crisis de 2008, se debe tener en cuenta que la migración de bolivianos a Brasil, sobretudo a la ciudad de São Paulo, ya era notable desde finales de la década de 1980, cuando comenzó una fuerte demanda de mano de obra subcontratada en el sector de la costura (SILVA, 2009, p. 5). La migración de este país hacia São Paulo ha estado muy conectada con el trabajo de la costura porque los talleres que ofrecían y todavía ofrecen productos a precios más bajos que el resto del mercado siempre han estado en manos de bolivianos, los cuales utilizan las redes para contratar a otros compatriotas.

Desde entonces, la mayoría de los que migran hacia São Paulo lo hacen ya con un puesto de trabajo garantizado en uno de los talleres (SILVA, 2009, p. 6). En todo el país, el sector de industria de transformación – en el cual se insertan los talleres de costura – absorben un 50,75% de los inmigrantes bolivianos (OIM, 2009).

Se trata, por lo tanto, de una migración fuertemente basada en las redes sociales establecidas entre los bolivianos ya emigrados y los que todavía lo desean hacer.

Así, antes mismo de la década de 1990, los bolivianos ya constituían el principal grupo de migrantes latinos en São Paulo. En la última década, pasaron a ser los más numerosos, junto a los peruanos, en todo el territorio brasileño (OIM, 2009, p. 22). El Censo de Brasil del año 2000 registra 20.288 bolivianos en el país (OIM, 2009, p. 31), pero se estima que, sólo en São Paulo, el número real es entre siete y diez veces el del registro del Censo, si se considera que hay todavía muchos bolivianos en situación irregular (BAENINGER y SOUCHAUD, 2007, p. 5). Ya el Ministerio de Justicia de Brasil, en datos recogidos en 2010, estima en 33 mil el número de extranjeros de esa nacionalidad en situación regular en el país.

La estimación de las cifras de la irregularidad de los bolivianos en Brasil es una tarea muy compleja, debido a que la mayoría trabaja dentro de talleres de costura donde el control de los contratos laborales es difícil. Sin embargo, la situación se ha estado transformando en la última década ya que, además del incremento del número de bolivianos en el país, el tema de las migraciones en Brasil ha empezado a entrar en la agenda política brasileña.

Es importante observar que Brasil no tenía fuertes olas migratorias desde el periodo entre el fin de la Segunda Guerra Mundial y los años setenta. Por ello, la legislación brasileña respecto a los extranjeros, que data de los años de la dictadura militar en el país, entre 1964 y mediados de los años ochenta, no se ha revisado hasta la fecha (Ley 6.815 de 19 de Agosto de 1980 que define la situación jurídica del extranjero en Brasil). Al tratarse de una ley confeccionada

durante el período dictatorial, el texto muestra una marcada preocupación por la seguridad nacional y sostiene una mirada sospechosa hacia el inmigrante. Es decir, por la legislación actualmente vigente, el extranjero no tiene situación de igualdad con los ciudadanos nacionales en Brasil.

Desde 2009, el gobierno brasileño intenta aprobar en el Congreso una reforma de dicha ley que propondría la creación del Estatuto del Extranjero, flexibilizando las condiciones de entrada y permanencia de los inmigrantes en Brasil. Aún así el texto de la reforma todavía mantiene ciertas restricciones como es el caso de la posesión de tierras y propiedades.

Aunque el proyecto de reforma se encuentra actualmente estancado en el Congreso brasileño, el gobierno ha estado flexibilizando las condiciones de trabajo y residencia para los ciudadanos bolivianos. Desde los años 1980, hizo cuatro amnistías de las cuales los bolivianos fueron el mayor grupo beneficiario, sobretodo por el enfoque que medios de comunicación y órganos de defensa del pueblo empezaron a poner en condiciones de trabajo degradantes en los talleres de costura. En la última de ellas, en 2009, los bolivianos constituyeron el 40% del total de los beneficiarios, según datos del Ministerio de Justicia de Brasil.

Otro factor, además de las amnistías y la crisis en los países europeos, ha estado facilitando la entrada de bolivianos en Brasil: los acuerdos firmados en los últimos años en el ámbito del Mercosur, por los cuales se establece la libre circulación de personas y la igualdad de derechos y condiciones de trabajo con los brasileños, incluyendo en ello, además de Argentina, Paraguay y Uruguay, a los ciudadanos de Bolivia y Chile.

Aparte de los flujos que ya se producían desde Bolivia hacia Brasil, la situación económica que se produjo en Brasil y en España desde la crisis económica de 2008 constituye uno de los factores clave para la hipótesis que se plantea en este trabajo. Mientras España ha tenido un decrecimiento del Producto Interno Bruto (PIB) y de puestos de trabajo desde 2008, Brasil, por otra parte, ha estado experimentando uno de los incrementos de economía más significativo en su historia democrática (IBGE, 2011).

De hecho, desde el año 2009, la entrada mensual de bolivianos que se dan de alta en el Consulado de Bolivia en São Paulo se incrementó un 20%, según el vice-cónsul de Bolivia en São Paulo, Rolando Bulacios. Actualmente, el consulado registra cerca de 4.000 entradas mensuales.

En este panorama de factores *push* por parte de España y *pull* por parte de Brasil se dibuja la posibilidad de que un grupo cada vez mayor de bolivianos regresos de España por el deterioro del mercado laboral se dirija en dirección a Brasil. De hecho, aunque escasos, ya existen casos y relatos de ello. El consulado de Bolivia en São Paulo tiene este tipo de registro, a través de declaraciones informales, desde 2008, pero, según el vice-cónsul, Rolando Bulacios, ello se da de manera esporádica.

En un recorrido por las zonas de concentración de bolivianos en São Paulo, casi todos los entrevistados informales relataron conocer paisanos recién

regresados de España con planes de irse a Brasil. Relatos como de Guillermo, boliviano que se prepara para ir a vivir a Brasil después de regresar a Bolivia de una estancia de ocho años en España, indican que la tendencia es creciente entre los que se ven obligados a regresar a su país pero no quieren terminar su trayectoria migratoria.

A nosotros nos cuesta volver a Bolivia porque por aquí no hay trabajo. Me cuentan mucho que en Brasil hay muchas oportunidades ahora mismo así que me parece una buena opción.

(Entrevista concedida por Guillermo Bermúdez por teléfono en febrero de 2012).

Brasil y España: el Eldorado de los bolivianos

Al contraponer el conjunto de testimonios recopilados para el presente artículo, se pudo notar que algunos bolivianos estaban proyectando hacia Brasil unas expectativas similares a que sus compatriotas habían elaborado con relación a España antes de la crisis económica de 2008. Esto se advierte sobre todo en bolivianos que dejaron España antes de la crisis o que nunca llegaron a emigrar y por tanto, tienen una visión más positiva de este país.

En un recorrido por el barrio del Bresser, en São Paulo, donde una comunidad de bolivianos se formó alrededor del consulado de su país, se nota todavía la curiosidad y admiración hacia España por parte de quienes migraron directamente a Brasil. En tres casos, entrevistados informales preguntaron sobre los trámites para entrar en el país y el coste de vida allí. Relataron que, en São Paulo, no pueden acceder a la situación financiera que deseaban y desde siempre han escuchado relatos de bonanza en el país europeo.

El caso de Lucía, que se marchó de España antes de la crisis, es emblemático. Ella vivió en España entre 1983 y 1986, donde trabajaba como empleada de hogar. Regresó a Bolivia porque tenía hijos en el país y con ellos se fue a Brasil, donde seguía hasta la redacción del presente artículo. Aunque cobra más en Brasil de lo que cobraba en España y que tenga una posición laboral mejor – es dueña de dos restaurantes en São Paulo –, Lucía afirmó que se vive mejor en España.

Para el futuro, lo mejor es vivir en España. Aquí en São Paulo hay menos prejuicio y son más amables. Pero Brasil es aún un país joven y hay mucho que desarrollar. Aquí todavía vienen los bolivianos por segunda opción, por no lograr ir a Estados Unidos o a España.

(Entrevista concedida en São Paulo, Brasil, febrero de 2012).

El discurso sobre las perspectivas de futuro cambia cuando se trata de entrevistados que estaban en España en la época de la crisis de 2008, como Milton, un joven boliviano que salió de Palma de Mallorca hacia São Paulo por la crisis.

Se iba a España con muchas expectativas. Pero las condiciones que teníamos allí con la crisis destruyen todos nuestros sueños y planes. Hoy en día no veo manera de tener una buena vida allí. Trabajaba una, dos semanas en una construcción y luego me quedaba otras muchas más sin ningún trabajo. En Brasil no es tan mejor, pero por lo menos esta mucho más fácil de conseguir trabajo. (Entrevista concedida en São Paulo, Brasil, febrero de 2012).

Las declaraciones sugieren que se está produciendo un cambio en la percepción de algunos ciudadanos bolivianos hacia lo que consideran el destino ideal para su proyecto migratorio. Mientras que hace unos años, España era considerada como Eldorado, en la actualidad esta imágenes idílica se ha quebrado y se puede estar desplazando hacia Brasil.

Conclusiones

La comunicación que hemos presentado no pretende ser un estudio cerrado ni ofrecer unas conclusiones firmes sino, que por el contrario, mostrar la existencia de un nuevo movimiento migratorio que puede tornarse en una tendencia creciente en los próximos años. Los datos y declaraciones que hemos recopilado para este trabajo parecen indicar que el desplazamiento de bolivianos hacia Brasil se está viendo alimentado por una coyuntura económica y política favorable, además de por la existencia previa de una sólida red migratoria. Al contrario, los factores coyunturales que ligan a la migración boliviana con España, están experimentando una tendencia opuesta, motivando el regreso de un número considerable de personas procedentes del país andino. Nuestro objetivo ha sido conectar estos dos fenómenos y a partir de ello sugerir la posible aparición de una conexión más amplia entre los tres países. Esta conexión podría incluso apuntar a una nueva tendencia migratoria que cuestionase las actuales, como es el retorno de un país del Norte hacia el Sur y la remigración hacia otro país del Sur, reconfigurando así el mapa de las migraciones internacionales.

Notas

- 1 - La estimación de la población irregular se ha hecho restando la población con permisos en vigor a la población empadronada. Las autoras reconocen los diversos límites de esta aproximación y la ofrecen simplemente como referencia estimativa.
- 2 - Los datos de autorizaciones y permisos de residencia corresponden a la fecha 31-12-06, mientras que los datos de empadronamiento son del 01-01-07.
- 3 - Los datos de autorizaciones y permisos de residencia corresponden a la fecha 31-12-09, mientras que los datos de empadronamiento son del 01-01-10.
- 4 - El dato de población empadronada se refiere a "nacidos en Bolivia".
- 5 - Este dato remite a las personas de "nacionalidad boliviana" con tarjeta o autorización de residencia en vigor a 31-12-06. Se ha incluido este dato al no estar disponible la información sobre "nacidos en Bolivia".

- 6 - Este dato remite a los nacidos en Bolivia con certificado de registro o tarjeta de residencia en vigor a 31-12-09.
- 7 - Existe también un programa llamado Retorno Productivo, que concede asesoramiento y ayuda económica a las personas que presentan un proyecto empresarial en el país de origen.
- 8 - <<http://www.tt.mtin.es/periodico/inmigracion/201110/INM20111025.htm>>. Consultado el: 28 febrero 2012.
- 9 - El 26 de Diciembre de 2010 el Estado plurinacional de Bolivia promulgaba el decreto 748 con el fin de retirar la subvención sobre los hidrocarburos. Esta medida supuso un alza en el precio de la gasolina de entre el 70% y el 80%.

Referencias

- ACOB. *Situación General de los bolivianos en España*. Un análisis cualitativo para obtener el perfil del colectivo boliviano con relación a las características del proceso migratorio. Madrid/La Paz, 2007.
- ARANGO VILA-BELDA, Joaquín. Después del gran boom. La inmigración en la bisagra del cambio. En: ELISEO AJA, Fernández; ARANGO VILA BELDA, Joaquín y OLIVER ALONSO, Josep (Dir.) *Inmigración y crisis económica: impactos actuales y perspectivas de futuro*. Anuario de la inmigración en España (edición 2010), 2011, p. 53-73.
- BAENINGER, Rosana y SOUCHAUD, Sylvain. *Vínculos entre a migração internacional e a migração interna: o caso dos bolivianos no Brasil*. Brasília. Comisión Económica para América Latina y el Caribe (Celade), 2007.
- CACHÓN, Lorenzo y LAPARRA, Manuel. Sistema migratorio, mercado de trabajo y régimen de bienestar: el nuevo modelo del sur de Europa. En: CACHÓN, Lorenzo y LAPARRA, Manuel (eds.). *Inmigración y políticas sociales*. Barcelona: Bellaterra, 2009.
- COLECTIVO IOÉ y FERNÁNDEZ, Mercedes. *Encuesta Nacional de Inmigrantes 2007: el mercado de trabajo y las redes sociales de los inmigrantes*. En: Documentos del Observatorio, 2010.
- ENI - ENCUESTA NACIONAL DE INMIGRANTES 2007. Disponible en: <<http://www.ine.es/jaxi/menu.do?type=pcaxis&path=%2Ft20%2Fp319&file=inebase&L=0>>. Consultado el: 24 febrero 2012.
- HINOJOSA, Alfonso. Buscando la vida. Familias bolivianas transnacionales en España. La Paz: Clasco, 2009a.
- HINOJOSA, Alfonso. *Migración transnacional y sus efectos en Bolivia*. PIEB. 2009b.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Taxa de desocupação das pessoas de 10 anos ou mais nas regiões metropolitanas do Brasil, Rio de Janeiro/ São Paulo, 2011. Disponible en: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=FDT0981&t=taxa-de-desocupacao-das-pessoas-de-10-anos-ou-mais-de-idade-por-anos-de-estudo>>. Consultado el: 14 febrero 2012.
- INE. *Encuesta de Población Activa, tercer trimestre de 2011*. Madrid, 2011, p. 1. Disponible en: <<http://www.ine.es/daco/daco42/daco4211/epapro0311.pdf>> Consultado el: 18 febrero 2012.
- MASSEY, Douglas S. The Settlement Process Among Mexican Migrants to the United States. *American Sociological Review*, vol. 51, nº 5, p. 670-684, 1986.
- MASSEY, Douglas et al. Contemporary theories of international migration. En: *Worlds in motion*. Understanding international migration at the end of the millennium, capítulo II. Oxford University Press, 1998.
- OIM. *Perfil Migratório do Brasil 2009*. Disponible en: <http://publications.iom.int/bookstore/free/Brazil_Profile2009.pdf>. Consultado el: 12 febrero 2012.
- OIM. *Bolivia Facts and Figures* (2011). Disponible en: <<http://www.iom.int/jahia/Jahia/activities/americas/andean-countries/bolivia>>. Consultado el: 24 febrero 2012.
- OLIVER ALONSO, Josep. El mercado de trabajo de la inmigración 2007-2010. Los cambios

- 2009/2010 en el marco de la crisis. En: ELISEO AJA, Fernández; ARANGO VILA BELDA, Joaquín y OLIVER ALONSO, Josep (Dir.) *Inmigración y crisis económica: impactos actuales y perspectivas de futuro*. Anuario de la inmigración en España (edición 2010), 2011, p. 130-164.
- PORTES, Alejandro y BÖROÖCZ, Jozsef. Contemporary Immigration: Theoretical Perspectives on Its Determinants and Modes of Incorporation. En: *International Migration Review*, vol. 23, nº 3, Special Silver Anniversary Issue: International Migration an Assessment for the 90's. (Autumn, 1989), p. 606-630, 1998.
- ROCHA, Fernando; ARAGÓN, Jorge y CRUCES, Jesús. *Cambios productivos y empleo en España*. Ministerio de Trabajo e Inmigración: Madrid, 2008.
- SALAZAR, Cecilia. La integración subordinada de las mujeres bolivianas en España. En: *Migración, cuidado y sostenibilidad de la vida*. La Paz: CIDES-UMSA, 2010.
- SILVA, Carlos Freire da. Precisa-se: bolivianos na indústria de confecções em São Paulo. In: *Travessia – Revista do Migrante*, São Paulo, ano XXII, nº 63, p. 5-11, jan./abr. 2009.

RESUMEN

Esta comunicación pretende relacionar dos tendencias migratorias de actualidad: el incipiente retorno de bolivianos que habían emigrado a España y la reactivación del flujo de inmigrantes de esta misma nacionalidad hacia Brasil. Nuestro objetivo consiste en analizar estos procesos desde las herramientas teóricas como son el concepto de redes migratorias, también llamada teoría del capital social, así como la idea de cultura migratoria.

Del mismo modo, discutimos la manera en que las transformaciones estructurales y coyunturales que están atravesando España y Brasil en los últimos años contribuyen a orientar los procesos de emigración que emprende la población boliviana. Entendemos que estos dos contextos de recepción están experimentando cambios sociales, políticos y económicos de muy distinta índole que pueden estar favoreciendo una reorientación de los flujos migratorios de la población boliviana.

A través del estudio de caso de la re-migración de bolivianos retornados de España, hacia Brasil, queremos destacar el dinamismo de los flujos migratorios, así como discutir la pertinencia de la denominación Sur-Norte y Sur-Sur en estos procesos.

Palabras clave: bolivianos; España; Brasil.

ABSTRACT

This work puts in relation two migration trends of present time: the incipient return of Bolivians who had migrated to Spain in the past, back to their origin country and the reactivation of flows of citizens from Bolivia towards Brazil. Our goal consists in analyzing these two processes using some theoretical tools such as the concept of migration networks, also known as the social capital theory, as well as the migratory culture concept. Nonetheless, we put in discussion the way in which structural and short-term transformations in Brazil and Spain during last years help to orientate the migration processes that Bolivians are undertaking. We understand that these two reception contexts are going through some very different social, political and economical changes that may contribute to a reorganization of Bolivian migration flows. Through this case study of the re-migration of Bolivians returned from Spain, towards Brazil, we wish to point out migration dynamism, as well as discuss the pertinence of South-North and South-South denominations in these processes.

Keywords: bolivians; Spain; Brazil.

Cenas de um encontro desencontrado

Transcorria o ano de 2006, no seu dorso cavalgava o malfadado Acordo Bilateral de Regularização Migratória Brasil/Bolívia. Antes mesmo da aurora despontar (se é que é possível falar dela desde um lugar que nunca escurece), na região central da metrópole paulista, o endereço da rua Glicério 225 via-se tomado, diariamente, por bolivianos que afluíam dos mais diversos pontos da megalópole. Tão logo os portões abriam alas, adentravam o largo pátio da Missão Scalabriniana Nossa Senhora da Paz e, ao fundo, dirigiam-se ao Centro Pastoral dos Migrantes.

Iam ao encontro do reconhecimento legal de sua legítima presença no país. Mas para muitos, assim que chegava sua vez de sentar numa das cadeiras em frente aos que ali estavam em mutirão para auxiliá-los, principiava o desencontro. Diga-se, as pessoas atendedoras eram treinadas para a escuta e conhecedoras do distanciamento, não geográfico, mas derivado das lógicas que regem cotidianos tão díspares: de um lado, uma sociedade marcada pelo circuito frenético da mercadoria e, como se não bastasse, encouraçada numa grossa e pesada burocracia; do outro, a lógica dos que na Bolívia deixaram o altiplano, onde uma cultura milenar finca raízes e muitos, pela primeira vez, literalmente trombavam com a modernidade e nela viam-se enredados em suas contradições. Por isso, toda paciência, todo vagar na hora da explicação do quê fazer, nunca era demais. Além da fala, os acompanharia um papel com todos os passos a serem dados no trâmite do penoso processo da regularização.

Porém, ao término de cuidadosa e repetida explicação, e da entrega do papel, no momento em que tudo estava aparentemente aclarado, só faltando o aperto de mão desejando boa sorte e a oferta do retorno caso necessidade houvesse, do lado de quem deveria ceder espaço para o seguinte da fila, recorrentemente, em voz branda e com semblante de total estranhamento, ouvia-se: *“Una preguntita más: lo que es mismo que debo hacer”?*

Xerox, fotocópia, autenticação, reconhecimento de firma, processo,

cartório, vias e guias, DARFS... Fico eu, filho de camponeses, imaginando meus pais, semialfabetizados, falantes do dialeto vênето, naquelas cadeiras, portando em suas mãos uma pasta repleta de papéis... Se viver é perigoso, como diria Guimarães Rosa pela boca de Riobaldo, migrar é desafiador e, por vezes, constrangedor.

Um belo dia, na meia-tarde, deixo eu minha escrivinha e dirijo-me ao corredor da ala externa que oferece, do alto do primeiro andar, uma visão panorâmica do asfalto duro e escuro que reveste o pátio da Missão Scalabriniana, cuja centralidade é ocupada pela Igreja Nossa Senhora da Paz, construída pela coletividade italiana no início dos anos 1940, mas que tempo mais tarde acostumou-se a recepcionar os mais variados rostos – coreanos, vietnamitas, chilenos, uruguaios, bolivianos, paraguaios, peruanos, colombianos e, aninhando a todos num só balaio, os africanos, além dos mais recentes, os haitianos, sem falar dos nordestinos, presentes desde o nascedouro.

Enquanto eu lá de cima dava, infelizmente, umas tragadas no pito, presenciei a cena cabal do desencontro entre as duas lógicas referidas.

Uma família boliviana deixa as dependências do Centro Pastoral dos Migrantes. Ao invés do habitual caminho em direção à rua, dirige-se aos pés da parede da Igreja. Lá o sol cedia espaço para uma franja marcada pela sombra, um refúgio momentâneo, pois do alto os raios do astro maior afugentavam qualquer vivente naquela tarde. Apenas algumas nuvens imbríferas principiavam a toldar o pouco azul que o céu da metrópole exibia. Como a casar com o contexto, um vento ensaiava o que horas depois aconteceria.

A família era composta pelo casal, um garoto com idade aproximada de seis anos e um irmãozinho que já aprendera a dar os primeiros passos. Primeiros passos, imagino eu, ensaiados em reduzido espaço, quiçá em meio a quantos retalhos! Aquele pequeno sorvia o vento como o leite materno e, de braços abertos, cambaleando equilibradamente, danou-se a correr pela imensidão representada por aquele chão recoberto de betume. Mas o voo da liberdade não tardou a ser tolhido. A lógica do encontro com a legalização migratória falou mais alto. Ele foi tomado pela mão da mãe que o aconchegou, ou arrastou? Digamos, reuniu junto ao irmãozinho maior e ao pai, onde este já havia colocado ao chão a pasta com os documentos. Prostrado, o genitor já iniciara a perfilar os brancos papéis sobre o negro asfalto e os dispunha, cuidadosamente, um a um, mas não sem relutâncias. A mãe depressa ajoelhou também para auxiliar na tarefa, ao que o filhote maior se somou. O vento o exigia. Além das mãos, os joelhos eram utilizados para impedir o voo dos papéis, quando não os cotovelos.

Mas o descuidado de quem inventou os papéis imperiosamente necessários para o processo de regularização, os inventou flexíveis, flácidos, maleáveis e, sobretudo, leves, verdadeiro empecilho para o momento da arrumação. Não havia sobras de mãos para identificá-los, separá-los, ajeitá-los. Quando a mão direita do pai aventurava-se a esta tarefa maior, duas ou três folhas aderiam

às asas do vento, sem contar que a mãe, no afã de colaborar, possibilitara o desvencilhamento do pequenino e, ao dar-se conta, o avistou distante competindo com os papéis voadores.

Mas o pátio não era só deles, havia transeuntes e alguns carros adentravam. Lembro, no meu peito o coração doeu. Eles se foram com os papéis arrumados do jeito que deu – desencontrados! E eu, deixando a sacada, tive a mente assim invadida: Que sina! Tornou-se inimigo, naquele instante, quem melhor os compreendeu – o vento!

Hoje, distante das lufadas que dificilmente esquecerei, torço para que os nomes daquele casal – para quem o acordo bilateral só surtiu efeito provisório – não integrem o percentual dos que tiveram seus processos indeferidos na Anistia que se seguiu em 2009, pois imagino, sem ter presenciado, outros tantos ventos que tiveram que enfrentar.

Dirceu Cutti

São Paulo, março de 2012

O Parangolé e a expressão da identidade migrante

Vera Horn *

A identidade constrói-se caminhando.

José Eduardo Agualusa

O que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma 'construção cultural', sujeita a variações tanto no tempo quanto no espaço.

Peter Burke

Como sublinha Maurizio Ambrosini (2009), por muito tempo, a imigração foi considerada um processo monodirecional, isto é, a transferência de um país para outro. Instaurava-se então um processo gradual de assimilação do imigrado na sociedade acolhedora e, posteriormente, dos descendentes, não desprovido de conflitos e tensões, e voltado para uma assimilação linguística de costumes e estilos de vida em prol da pertença ao novo mundo. Esse modelo, explica Ambrosini, que até os anos sessenta foi utilizado para explicar a inclusão dos imigrados, entrou em crise por diversos motivos (p. 673). Para o autor, uma dimensão saliente derivada do novo olhar sobre a relação entre migrantes e sociedades acolhedoras está em uma atenção muito maior à manutenção de elos com a origem, o cultivo de identidades mistas, a conservação, recuperação ou mesmo a reinvenção de traços culturais referentes ao patrimônio ancestral das populações em movimento (p. 674).

* *Dra. em Estudos de Italianística pela Universidade de Pisa.*

Edward Said chamou a atenção para o problema da duplicidade vivida pelos exilados utilizando um termo musical: o contraponto. Para o autor, a maioria das pessoas conhece uma cultura e uma casa, mas os exilados conhecem pelo menos duas e essa perspectiva plural lhe permite uma consciência de dimensões simultâneas. Said também ressaltou o fato de os migrantes procurarem recriar nos países de imigração a terra que deixaram para trás para compensar a perda ou o sentimento de não pertencimento, “criando um novo mundo para governar”: “esse novo mundo é artificial e sua irrealdade assemelha-se à ficção. No exílio, o isolamento provoca certo masoquismo narcisista, que resiste aos esforços de melhoramento, aculturação e adesão à outra comunidade” (SAID, 2003, p. 54).

A representação das identidades diaspóricas ou migrantes é frequente na literatura da migração, termo que se refere às obras produzidas por escritores não autóctones que escrevem na língua do país de imigração, mas que não conhece ainda uma concordância. No que se refere à chamada segunda geração¹, ao invés do que pode parecer à primeira vista, o que se observa não é a predominância da dicotomia citada por Ambrosini entre o apego a uma identidade de origem ou à do país de chegada ou a preferência de segundas gerações pelo país de origem dos pais a que se refere Chris Weedon (2010), mas uma problemática e complexa teia de relações entre o país de ascendência e o país de residência.

Uma obra emblemática que problematiza extensamente a questão é *Porto il velo adoro i Queen*, de Sumaya Abdel Qader (2008), cujo título já nos leva a uma dimensão dupla e ao mesmo tempo vagamente provocatória ao colocar lado a lado o véu, associado ao Islã e que o senso comum relaciona de imediato a posições rígidas e a proibições variadas quanto à alimentação, ao vestuário ou aos próprios costumes, e o grupo de rock Queen. De fato, todas essas questões surgem no corpo do texto. No livro, definido por Martino Pillitteri “*un po’ blog, un po’ letteratura*” [meio blog, meio literatura] (PILLITTERI, s/d), a protagonista Sulinda, cujos dados biográficos espelham os da própria autora, nascida em Perugia, de pais jordanianos com ascendência palestinese, trinta anos, casada, com duas filhas, procura desconstruir ironicamente estereótipos vinculados a esses preconceitos, sobretudo porque, como afirma o título, ela usa o véu, o que contribui para acentuá-los. Seja de férias na praia, na academia, no cabeleireiro, na escola (sua ou das filhas), o fato de usar o véu precede sempre a nacionalidade quando visto pelo outro. Emblemática é a cena que se desenrola em frente a uma vitrine de uma conhecida loja de roupas íntimas: a protagonista se vê observada e, em um segundo momento, filmada por uma jornalista e um cinegrafista atônitos diante da cena: uma mulher de véu diante de um corpete preto de renda. O comportamento de Sulinda desta vez, como de outras, é irônico e aspira a uma desconstrução do preconceito. Talvez seja ainda mais notável o episódio em que suas filhas, duas meninas de quatro e seis anos, cantam o hino nacional italiano num ônibus em Milão. Ao mencionar a frase “*Siam pronti alla morte*” [Estamos dispostos a morrer], que faz parte do hino, as crianças escandalizam uma senhora, que conclui apressadamente sobre a *tendência* violenta de tais

povos, o que, aliás, representa um outro tipo de estereótipo que a protagonista exprime quando de sua viagem aos EUA, ou seja, o que identifica o véu com o terrorismo islâmico e com Bin Laden por extensão. O episódio conclui-se quando a senhora do ônibus apercebe-se do engano ao ouvir a continuação do hino pelas meninas: “*L’Italia chiamò*” [A Itália chamou] que dirime todas as dúvidas sobre a procedência do canto entoado pelas crianças e que não só chama a atenção para o fato de as crianças de origem árabe entoarem o hino italiano, mas para o fato de a tradicional senhora milanesa (a “*sciura*”) [a senhora – forma dialetal] não ter reconhecido de imediato os versos do hino. Em uma inversão de perspectivas, Sulinda questiona a italianidade através de seus símbolos.

Por vezes, o sentimento de não pertença ultrapassa a ideia de comunidade em que se insere. De resto, sentir-se degradado na própria terra não é um sentimento novo na literatura e não se restringe aos escritores migrantes. Não é pois só na Itália que Sulinda enfrenta o preconceito de uma suposta origem estrangeira. O mesmo acontece quando a protagonista viaja para o exterior, para o país de origem dos pais ou para outros países árabes. Seus supostos hábitos estrangeiros estão perenemente em desacordo com os costumes locais, até mesmo no que se refere à alimentação, um elemento crucial no processo de conservação das identidades nas comunidades imigradas. Em uma visita à Jordânia, Sulinda e um primo que mora nos EUA decepcionam-se com a lojinha local de alimentos e manifestam o desejo de comprar “comida normal”: biscoitos recheados, batatas fritas, salgadinhos de milho, Nutella, alimentos com que estão acostumados nos países de residência. O próprio tio da protagonista interpreta o gesto de forma exclusiva: “Mas vocês que são estrangeiros não se contentam com nada? Por que não comem as coisas locais, em vez de ficar procurando as porcarias daqueles países? Assim é melhor voltar para casa” (p. 63)². Ao passar pela caixa, a condição “estrangeira” de ambos é imediatamente identificada pela funcionária, que nota como apenas estrangeiros compram esse tipo de alimento. No mesmo supermercado, a própria Sulinda identifica a seção dedicada à Italian food com a ideia de casa: “*Ah, la pasta! Casa, dolce casa.*” [Ah, massa! Lar, doce lar] (p. 64). Todavia nota-se em Sulinda, de certa forma, uma contradição aparente em relação à questão alimentar, pois durante a mesma viagem, ela reitera a sensação amorosa e confortável ao experimentar pratos preparados de acordo com a tradição jordaniana na casa de sua avó, o que a transporta a uma sensação de familiaridade, de casa: “vou para a cozinha e começo a sentir o perfume de casa. Da minha segunda casa” (p. 58)³. O alimento, como uma das mais poderosas construções identitárias, reflete, como em outros textos da literatura migrante, a ideia de casa ou, em outros textos, a reconciliação com o próprio eu. Mas para Sulinda as casas são duas.

É na mesma viagem que Sulinda manifesta o sentimento de saudade de casa, identificada com a Itália: “Depois de um tempo na Jordânia, geralmente depois de 10, 15 dias, a saudade de casa, da tua casa, começa a apertar” (p. 65)⁴, mas quando chega o dia da partida para a Itália, a protagonista, imersa

em um sentimento de alienação em relação ao mundo circunstante, reflete interrogativamente: “*torno a casa?*” [estou voltando para casa?] (p. 66). A obra não aspira a uma reconciliação de pátrias, mas reflete constantemente sobre uma condição de afasia do migrante de segunda geração que, diante de situações ambíguas e da duplicidade de mundos, reflete sobre o sentimento de pertencimento que o liga a um país ou a outro para concluir por vezes que “é sempre a mesma coisa. Nem daqui, nem de lá” (p. 104)⁵. Estamos, ao mesmo tempo, diante de uma relação intrincada de valores e costumes que refletem ora um país e ora outro: “Por mais que me considere italiana, cresci com valores e um conceito de feminilidade bem diferentes dos das italianas da minha geração” (p. 108)⁶. Contraste semelhante reflete-se em outras situações em que o ser italiana da protagonista é frequentemente colocado à prova pelo fato de usar o véu, como nas limitações teatrais impostas pelo uso do véu (representar personagens que necessariamente podem usar véu), entre outras, como a praia e a piscina. As características físicas da protagonista, pele branca e olhos verdes, são justificativas fáceis para identificá-la como italiana, quando não há argumentos. Trata-se de uma situação narrada mais de uma vez, mas a que melhor representa um catálogo de estereótipos e preconceitos em relação à italianidade de Sulinda dá-se quando ela passeia com as filhas e a identificam com uma babá. Ela replica que é a mãe das crianças, o que leva a concluírem que é casada com um italiano. Mas como ela se identifica como italiana, a conclusão é imediata: é italiana porque tem pele clara e olhos verdes. Sulinda conclui: “*che dire? Nulla*” [O que dizer? Nada] (p. 55). A identidade da personagem passa pela interrogação da relação com o outro, incorporando esse outro na sua própria concepção identitária. Diante da perplexidade de ter que pedir permissão para poder viver “*a casa mia*” [na minha casa] (p. 30), a protagonista, declaradamente muçulmana, dirige-se a um ícone cristão e ocidental como Papai Noel (segundo Pilliteri, “*miti idolatri non mussulmani*” [mitos idólatras não muçulmanos]) para que seja reconhecida como italiana: “Mesmo que o Estado não me reconheça como filha sua, eu o sou. Sou uma nova italiana, mas não deixo de ser italiana!” (p. 29)⁷. Diversamente do imigrante de primeira geração, a segunda geração, nascida na Itália, não conta com um modelo identitário precedente, apesar dos pais imigrados. Sulinda declara-se italiana, mas apenas a alteridade lhe é reconhecida.

Os conceitos-chave explorados por Abdel Qader através da protagonista Sulinda, como representante de uma segunda geração (embora a autora rejeite o termo⁸) que manifesta a um tempo a consciência de estar dentro e fora (“a minha Itália será capaz de nos reconhecer causando o menor prejuízo?”) (p. 177)⁹ e incerteza quanto à compreensão desse processo referem-se não tanto à experiência migratória, mas ao conceito de identidade cultural, casa e pertencimento.

O personagem Sulinda distingue-se, quanto à concepção identitária, de dois outros personagens de segunda geração: Anandita, do conto *Curry di pollo*, de

Laila Wadia (2006) e Jean-Marie, do conto *Solo allora, sono certo, potrò capire*, de Tahar Lamri (2007).

Situação diametralmente oposta é representada por Anandita, cujos pais são radicalmente ligados à Índia, embora morem em Milão há mais de vinte anos, mas que deseja distinguir-se, rejeitando os costumes ligados à tradição indiana: recusa o pontinho na testa, recusa-se a passar óleo de coco no cabelo, usar sári, comer comida indiana: “Nesse verão, foi um desfile de túnicas e calças indianas, bolsas de juta com fotos de Bollywood, foulards de chiffon bordados com miçangas – parecia que todo o mundo queria ser indiano. Menos eu” (p. 44-45)¹⁰. Anandita quer ser italiana, milanesa: quer usar salto alto, minissaia, ir à discoteca, ter um namorado, como todas as suas amigas italianas. De certa forma, ela não deseja a integração, mas a assimilação, que a diferencie dos pais, que considera “Flintstones indianos que ainda imaginam estar vivendo numa cabana de barro no desconhecido vilarejo de Mirapur, na Índia central, com duas vacas e três cabras” (p. 39)¹¹. Por esse motivo, impõe à mãe que prepare *penne* [macarrão] ao molho de tomate (que o pai classifica como “*tubi di gomma*” [tubos de borracha]), e não o famoso *curry di pollo* [*curry* de frango] para o jantar em que o namorado estará presente. Itália, não Índia. Trata-se de um texto cuja veia irônica exacerba os pontos de contraste entre Anandita e os pais, ambos procurando fixar radicalmente uma identidade “sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna” (HALL, 1996, p. 110). É emblemático o gesto de Anandita de jogar na lata de lixo a merenda escolar preparada pela mãe: “Pão indiano recheado de verduras murchas e enrolado em papel alumínio, que consegue evitar o vazamento do óleo não mais que dez minutos” (p. 46)¹². Ao deitar fora o pão indiano recheado de verduras, Anandita rejeita a cultura indiana de origem e procura reforçar sua italianidade: “o fato de que nasci e cresci na Itália” (p. 44)¹³, em franco contraste com os pais, ancorados em uma identidade marcada pela tradição, conforme a acepção de Stuart Hall, a qual se caracteriza pela tentativa de recuperar “sua pureza anterior e recobrir as unidades e certezas que são sentidas como tendo sido perdidas” (2006, p. 87). Ao analisar um determinado percentual da população indo-canadense de segunda geração, Kara Somerville observa que “a moda funciona como uma ferramenta cultural que constrói pontes entre fronteiras nacionais e permite que esses jovens se situem entre essas fronteiras”¹⁴ (SOMERVILLE, 2008). No conto, a rejeição de símbolos da cultura indiana, como a comida e as roupas, representa a ruptura de tais pontes.

Jean-Marie representa uma situação inversa em que a rejeição da cultura familiar (argelina) é levada a cabo pelo próprio pai para proteger a identidade francesa do filho e favorecer sua integração naquela cultura. Jean-Marie nasce na França, de pais argelinos, mas recebe um nome francês e é educado dentro dos moldes franceses. Com a morte do pai, Jean-Marie parte para a Argélia, onde descobre suas raízes e se reúne àquela parte dele que fora sepultada pelo pai em favor de uma suposta e forçosa integração: “Foi meu pai quem quis assim, porque para ele fazia parte da integração, da nossa, mas sobretudo, da *minha*

integração na cultura francesa. Sabe, uma das tantas ilusões dos imigrados” (p. 16)¹⁵. Jean-Marie experimenta a sensação de integrar-se àquela realidade através dos pratos preparados pela família de Akli que o acolhe quando ambos perdem o voo para Paris: “parecia-lhe estar viajando, numa viagem de retorno a si mesmo” (p. 29)¹⁶, tal como no romance do australiano Christopher Cyrill (1993), *The Ganges and its Tributaries*, “mexi o frango korma, acrescentei uma colherinha de sal (...) Enquanto eu mexia, imaginei que estava misturando as histórias que meu pai tinha me contado sobre a Índia” (p. 68)¹⁷. A viagem de Jean-Marie se traduz quase imediatamente no desejo de viver ali: “Vou voltar agora para Paris, arrumar minhas coisas e depois venho para cá definitivamente. Só então, tenho certeza, conseguirei compreender” (p. 33)¹⁸. As questões identitárias levantadas por Jean-Marie quanto ao pertencimento e às raízes, em contraste com o personagem Akli, que rejeita tudo o que simbolicamente se refere ao país, não se resolvem em uma integração destituída de contrariedades e dúvidas. Como questiona Stuart Hall, “a categoria da identidade não é, ela própria, problemática?” (2006, p. 84). No que se refere à experiência de Jean-Marie podemos afirmar, com Stuart Hall, que toda identidade carrega um excesso, algo a mais à sua margem. A homogeneidade pretendida por seu pai “não é uma forma natural, mas uma forma construída de fechamento: toda identidade tem necessidade daquilo que lhe ‘falta’ – mesmo que esse outro que lhe falta seja um outro silenciado e inarticulado” (HALL, 1996, p. 110).

Stuart Hall define a identidade como uma construção discursiva em que os indivíduos se localizam individual e socialmente (HALL, 1996, p. 103; 109). Hall adverte, no entanto, que as identidades não são unificadas, mas estão sujeitas a uma historicização radical e apresentam-se em constante processo de mudança e transformação, dependendo das representações e interpelações dos sistemas culturais que nos rodeiam. Justamente porque são construídas dentro do discurso, e não fora, é que precisam ser compreendidas por meio da diferença e em relação a práticas discursivas, contextos e localização específicos (HALL, 1996, p. 108-110). A identidade é vista, portanto, como uma concepção flexível, fragmentária e resultado fugaz de um processo de identificação: “ela permanece sempre incompleta, está sempre ‘em processo’, sempre ‘sendo formada’” (HALL, 2006, p. 38). Os três personagens de segunda geração não atravessaram fronteiras geográficas, mas cresceram em uma família estrangeira em um país estrangeiro. No entanto, os três representam, cada um individualmente, concepções identitárias diversas, ancoradas em uma percepção móvel ou fixa da ideia de fronteira. Essa não é definida somente por uma noção geográfica de linha de confim entre países, mas pode ser vista igualmente como uma linha divisória entre o dentro e o fora, na mesma nação. Tendo crescido em Milão e desejando assimilar-se aos usos e costumes milaneses para se sentir milanesa – ou italiana –, Anandita percebe a fronteira indiana como distante e considera-se parte da comunidade estrangeira que os pais não reconhecem como deles. Jean-Marie atravessa uma fronteira

proibida – a terra, a língua árabe, os pratos da tradição – em um percurso inverso, tendo vivido inflexivelmente na fronteira francesa, a partir do qual busca definir o sentido do pertencimento: “(...) as ‘identidades’ só podem ser lidas a contrapelo, isto é, não como aquilo que fixa o jogo da diferença em um ponto de origem e estabilidade, mas como aquilo que é construído na *différance* (sic.) ou por meio dela, sendo constantemente desestabilizadas por aquilo que deixam de fora” (HALL, 1996, p. 111). No caso de Jean-Marie, a unidade identitária concebida pelo pai revela-se inteiramente artificial, provocando no personagem um processo de identificação posterior.

Na apresentação ao seu *Intervista sull'identità*, Zygmunt Bauman (2006) narra que se viu em dificuldade quando foi obrigado a escolher entre o hino inglês e o polonês para a entrega do título *honoris causa* na Universidade de Carlos, em Praga. A Polônia é seu país de origem, mas a Inglaterra é o país que ele escolhera e que igualmente o escolhera, oferecendo-lhe uma cátedra quando fora proibido de lecionar na Polônia. Bauman refere esse episódio por conter *in nuce* alguns dos dilemas que tendem a fazer da identidade “uma questão de graves preocupações e controvérsias acesas”¹⁹ (BAUMAN, 2006, p. 5). Em sintonia com as questões postas por Bauman, a protagonista de *Porto il velo adoro i Queen* pondera: “O País em que a gente nasce e cresce nos cria mil problemas, já o País de origem cria outros. Ou seja, somos jogados de um lado para outro e ninguém nos reconhece. Somos realmente filhos de sei lá quem” (p. 13)²⁰. Pelo fato de ter saído de seu “ambiente original”, Varsávia, Bauman passou a se sentir fora de lugar em qualquer lugar. Essa situação, segundo o autor, pode gerar desconcerto, irritação. Há sempre algo a explicar, justificar, esconder, mostrar, negociar, contratar; há diferenças que precisam ser aplainadas ou, pelo contrário, evidenciadas, como Sulinda revela nos trechos:

De um lado estão os italianos (os que deveriam ser meus concidadãos), que costumam fazer as rotineiras perguntas mais ou menos inúteis, tipo se tenho cabelo por baixo do véu, como é que consigo fazer amor vestida desse jeito e outras amenidades do gênero. (...) Do outro, estão os parentes, ou os árabes em geral, que ficam no meu pé porque acham que sou ‘ocidental demais’ (p.13) (...) Nesta situação confusa é fácil perder o rumo, enganar a nós mesmos e aos outros querendo parecer o que não somos (ABDEL QADER, 2008, p. 14)²¹.

A problemática identificada por Bauman e significativamente representada no texto de Abdel Qader indica a existência de uma questão relacionada a das identidades atribuídas e impostas. Vivemos, segundo Bauman, entre os que têm a possibilidade de compor e decompor a identidade da forma que preferem e os que se veem diante de identidades impostas das quais não podem descolar-se, identidades estereotipadas, humilhantes, estigmatizadoras. Essa questão não

passa despercebida pela autora, que colhe, ora do lado italiano-ocidental, ora do lado jordaniano-palestino-árabe, “fardos” identitários que lhe são impostos e que procura desconstruir ironicamente:

No meu “País”, muitos têm olhos claros, não somos terroristas, nem todas as mulheres são submissas como certas pessoas gostam de espalhar por aí, o 11 de setembro é coisa de desgraçados, o conflito árabe-palestinese é proveitoso para alguns, o buraco do ozônio não é tão grave como parece, a máfia não tem nada a ver com a gente (ABDEL QADER, 2008, p. 44-45)²².

Como salienta Bauman, estamos sempre suspensos entre essas duas extremidades, sem saber até quando poderemos escolher o que desejamos e recusar o que não nos agrada. A protagonista reflete ainda acerca do problema no episódio em que uma mulher egípcia a observa falar em italiano com as filhas em Milão: “acho mais fácil falar com elas em italiano”²³ e reprova, com a convicção de que falar árabe com os filhos é condição indispensável para ser um “bom muçulmano”: “*berché barli con i tuoi figli in italiano? (...) e lei attacca con una predica dicendo che per i musulmani è obbligatorio parlare arabo, perché è la lingua del Corano.*” [por que você fala com seus filhos em italiano? (...) e começa a fazer um sermão, dizendo que os muçulmanos devem falar árabe, pois é a língua do Alcorão] (p. 55. Neste trecho, a escritora procura reproduzir a troca do “p” pelo “b” na fala da mulher egípcia). Não se trata de um evento isolado, entre os narrados pela protagonista, e reflete a condição explicitada por Bauman quando menciona o direito de reivindicar uma identidade distinta da classificação atribuída ou imposta (BAUMAN, 2006, p. 44). A protagonista não escolhe uma integração sem problemas ou uma conciliação aparentemente pacífica, mas opta por uma concepção identitária complexa, em camadas móveis.

Em 1964, Hélio Oiticica criou o primeiro parangolé, inspirado no espaço criado por um morador de rua onde vislumbrara a palavra “parangolé”. Essa obra de Oiticica consiste em uma espécie de capa (ou tenda, bandeira e estandarte) multicolorida, que desfralda plenamente suas possibilidades de tons, cores, texturas somente quando o usuário a veste ou dança com ela: o parangolé revela-se na interação com o usuário. Trata-se, portanto, de uma construção progressiva. Segundo Silva,

o parangolé funda seu território momentâneo que se estabelece no ato da criação coletiva do acontecimento do evento para depois o abandonar, pois não pretende demarcar um solo ou pertencer a ele. Diferindo, assim, do processo arquitetural, consolidador dos *Penetráveis* e *Ninhos*, que possuem um caráter arborescente, de pertencimento a uma terra (SILVA, 2006, p. 54).

Sulinda descreve-se como uma composição de identidades culturais e não concebe, pois, uma fronteira fixa, mas em permanente movimento e construção: “contribuíram para construir uma parte de mim, realizando aquele mosaico que sou, um mosaico em contínua transformação” (p. 179)²⁴. A identidade-parangolé expressa por Sulinda e em parte por Jean-Marie atravessa fronteiras móveis que não são apenas geográficas. Sulinda não procura fixar papéis rígidos, como quando escolhe uma escola de freiras para as filhas, embora professe a religião islâmica e frequente uma mesquita em Milão. Ela afirma uma identidade plural e parcial que Salman Rushdie descreve em *Pátrias imaginárias*:

Somos hindus que atravessamos as negras águas; muçulmanos que comem carne de porco. E o resultado – e esta é minha noção do Pecado Original – é que fazemos parte integral do Ocidente. A nossa identidade é ao mesmo tempo plural e parcial. Às vezes sentimos que oscilamos entre duas culturas; outras vezes, que sentamos entre duas cadeiras (RUSHDIE, 1994, p.30).

A identidade-parangolé de Sulinda responde à concepção das identidades fragmentadas de Stuart Hall, compostas de várias identidades, algumas contraditórias ou não resolvidas: “a identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (p. 13), pois, como afirma o autor, “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (p. 13). Para a protagonista de *Porto il velo adoro i Queen*, “o verdadeiro desafio é viver uma identidade complexa e rica em perene reconstrução” (p. 22)²⁵. A concepção que vê a identidade como fixa e imutável é uma forma de construir a homogeneidade que não corresponde ao processo de identificação que estamos vivendo, que se tornou “mais provisório, variável e problemático” (HALL, 2006, p. 12). Essa “mobilidade” associa-se à dimensão móvel do parangolé, que vai desfaldando cores e cenários, formando e transformando-se continuamente, de acordo com os movimentos de quem o veste.

Como adverte Silva, o parangolé “não pretende demarcar um solo ou pertencer a ele” (2006, p. 54) e difere, portanto, dos *Penetráveis* e *Ninhos* (obras de Hélio Oiticica), que possuem um caráter arborescente, de pertencimento a uma terra (op. cit.), tal como a concepção identitária que se apreende da obra de Abdel Qader, na qual podemos identificar um aspecto rizômico, como explicita Quaquarelli, a partir de Glissant (2005), que retoma o termo de Deleuze e Guattari aplicando-o à identidade cultural: “Uma identidade crioula, e não mestiça, que se esparrama, se emaranha em outras raízes, dando início a processos identitários imprevisíveis” (QUAQUARELLI, 2006, p. 64)²⁶. O próprio Glissant propõe que a identidade seja entendida na forma de um mosaico, forma com que a protagonista identifica sua concepção identitária. Os homens

e culturas não são, mas estão: eles não possuem um ser específico, mas estão sempre em movimento e em mutação contínua na Relação. Apesar de desejar um reconhecimento como cidadã italiana, Sulinda não procura distinguir uma raiz totalitária, italiana ou jordaniana, pois sua reflexão aponta para um caráter híbrido em constante negociação. Emblemática nesse sentido é a cena em que a protagonista reflete-se no espelho com véu, jaqueta e calça comprida, ao som de *lo non mi sento italiano*, de Giorgio Gaber, cujas palavras lhe soam estranhas. O rizoma pressupõe a formação de uma rede complexa de relações, pois supõe a existência de múltiplos percursos. Não é possível distinguir uma raiz porque o que existe é um rizoma, que rejeita a ideia de uma raiz totalitária, “da identidade não mais como raiz única, mas como raiz indo ao encontro de outras raízes” (GLISSANT, 2005, p. 27) que criam inter-relações preservando a diversidade. A identidade da protagonista define-se na interação: identidade-parangolé.

Notas

- 1 - A segunda geração é um conceito problemático na Itália, país cuja imigração ainda é jovem. Em linhas gerais, entende-se por segunda geração aquela que é nascida na Itália ou chegou ao país durante a infância e que tem ao menos um genitor estrangeiro. No entanto, refere-se aqui à segunda geração como personagem.
- 2 - “Ma voi stranieri non vi accontentate mai? Perché non accettate di mangiare le cose locali anziché cercare la robaccia di quei Paesi? Fate prima a tornare a casa vostra.”
- 3 - “Salto in cucina e comincio a respirare profumo di casa. La mia seconda casa.”
- 4 - “Dopo un po’ che sei in Giordania, generalmente dopo 10-15 giorni, la nostalgia di casa, di casa tua, comincia a diventare pressante.”
- 5 - “È sempre la solita storia. Né di qua né di là.”
- 6 - “Per quanto mi ritenga italiana, sono cresciuta con certi valori e un’idea di femminilità sicuramente diversi da quelle delle mie coetanee indigene”.
- 7 - “Anche se lo Stato non mi riconosce come sua figlia, io lo sono. Nuova italiana, ma lo sono!”
- 8 - A autora recusa a expressão por considerá-la um modo de sublinhar a diversidade, associada, nesse caso, ao estado de imigrante, cuja acepção é significativamente negativa (p. 15).
- 9 - “La mia Italia sarà capace di riconoscerci facendo meno danni possibile?”
- 10 - ““Quest’estate c’era un tale sfoggio di tuniche e pantaloni indiani, borse di iuta con foto di Bollywood, foulard di chiffon ricamati con le perline – pareva che tutti volessero essere indiani. Io, però, no.”
- 11 - “Dei Flintstones indiani que pensano di vivere ancora in una capanna di fango nell’oscuro villaggio di Mirapur, nell’India centrale, con le loro due mucche e le tre capre.”
- 12 - “Pane indiano farcito con verdure defunte avvolte in carta stagnola che riesce a tamponare la fuoriuscita d’olio per dieci minuti circa.”
- 13 - “Il fatto che sono nata e cresciuta in Italia.”
- 14 - “Fashion serves as a cultural tool for building bridges across national boundaries and enables these youth to situate themselves between these boundaries.”
- 15 - “L’ha voluto mio padre, perché per lui faceva parte dell’integrazione, secondo lui... della nostra, e soprattutto *mia*, nella cultura francese. Sa, una delle tante illusioni degli immigrati.”
- 16 - “Gli sembrava di essere in viaggio, nel viaggio del ritorno verso di sé.”
- 17 - “I stirred chicken korma, added a teaspoon of salt (...) As I stirred I imagined that I was combining the stories my father had told me about India.”

- 18 - “Adesso torno a Parigi, sistemo le mie cose e poi vengo a stabilirmi definitivamente qui. Solo allora, sono certo, potrò capire.”
- 19 - “Una questione di gravi preoccupazioni e accese controversie.”
- 20 - “Il Paese in cui nasci e cresci ti dà mille problemi, il Paese d’origine te ne dà altri. Insomma, ti sballottano da una parte all’altra e nessuno ti riconosce. Siamo davvero dei figli di chissà chi.”
- 21 - “Da un lato ci sono gli italiani (quelli che dovrebbero essere i tuoi concittadini), che ti fanno le solite domande più o meno inutili, del tipo se sotto il velo hai i capelli, come fai a fare sesso vestita così e altre amenità simili. (...) Dall’altro ci sono i parenti, o gli arabi in generale, che ti assillano perché sei ‘troppo occidentale’ (p.13) (...) In questa situazione confusa è facile disorientati, ingannare se stessi e gli altri volendo apparire ciò che non si è”.
- 22 - “Al mio ‘Paese’ in tanti hanno gli occhi chiari, non siamo terroristi, le donne non sono tutte sottomesse come qualcuno vuol far credere, l’11 settembre è opera di disgraziati, il conflitto arabo-israeliano fa comodo a qualcuno, il buco dell’ozono non è così grave come sembra, la mafia non ha niente a che vedere con noi” (p. 44-45).
- 23 - “Generalmente mi è più facile comunicare con loro in italiano.”
- 24 - “Hanno contribuito a costruire una parte di me realizzando quel mosaico che sono, un mosaico in continuo divenire.”
- 25 - “La vera sfida è vivere un’identità complessa e ricca che verrà continuamente sottoposta a riassetamenti e modifiche.”
- 26 - “Un’identità creola e non meticcica, che va verso l’esterno, si annoda ad altre radici, innescando processi identitari imprevedibili.”

Referências

- ABDEL QADER, Sumaya. *Porto il velo adoro i Queen*. Milano: Sonzogno, 2008.
- AMBROSINI, Maurizio. La costruzione delle identità trasversali: relazioni e appartenenze sociali attraverso i confini. In: CORTI, Paola e SANFILIPPO, Matteo (orgs.). *Storia d’Italia*. Annali 24. Migrazioni. Torino: Einaudi, 2009. p. 673-690.
- BAUMAN, Zygmunt. Intervista sull’identità. A cura di VECCHI, Benedetto. Roma/Bari: Laterza, 2006.
- CYRILL, Christopher. *The Ganges and its Tributaries*. Hawthorn: Penguin, 1993.
- GLISSANT, Édouard. *Introdução a uma poética da diversidade*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HALL, Stuart. *Quem precisa da identidade?* In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Identidade e diferença*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- LAMRI, Tahar. *I sessanta nomi dell’amore*. Napoli: Tracce diverse, 2007.
- OITICICA, Hélio. *Aspiro ao grande labirinto*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- PILLITTERI, Martino. *Porto il velo, adoro i Queen*. Il sole 24 ore. Disponível em: <http://www.ilsole24ore.com/art/SoleOnline4/Tempo%20libero%20e%20Cultura/2008/11/porto-velo-adoro-queen_2.shtml> Acesso em: 4 dez. 2011.
- QUAQUARELLI, Lucia. *Salsicce, curry di pollo, documenti e concorsi*. Scritture dell’immigrazione di ‘seconda generazione’. In: *Narrativa*. Paris: CRIX-Université Paris 10, n. 28, p. 53-65, nov. 2006.
- RUSHDIE, Salman. *Pátrias imaginárias. Ensaio e textos críticos, 1981-1991*. Trad. Helena Tavares, Ana Vilela e Filomena Pereira. Lisboa: Dom Quixote, 1994.
- SAID, Edward. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- SILVA, Cinara A. Hélio Oiticica – Arte como experiência participativa. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006. Disponível em: <http://www.btdt.ndc.uff.br/tde_arquivos/34/TDE-2006-10-02T131916Z-391/Publico/UFF-Dissert-CinaraSilva>

pdf> Acesso em: 12 nov. 2011.

SOMERVILLE, Kara. Transnational belonging among Second generation youth: identity in a globalized world. *Journal of Social Sciences. Special Volume*. Delhi: Kamla-Raj, n. 10, p. 23-33, 2008. Disponível em: <<http://www.krepublishers.com/06-Special%20Volume-Journal/JSS-00-Special%20Volumes/JSS-SV-10-Youth-Migration-Web/JSS-SV-10-03-023-08-Somerville-K/JSS-SV-10-03-023-08-Somerville-K-Tt.pdf>> Acesso em: 12 nov. 2011.

WADIA, Laila. Curry di pollo. In: WADIA, Laila et al. *Pecore nere*. Roma-Bari: Laterza, 2006. p. 39-52.

WEEDON, Chris. *Identity and culture. Narratives of difference and belonging*. England: Open University Press, 2010.

RESUMO

O artigo analisa o romance *Porto il velo adoro i Queen* (2008), de Sumaya Abdel Qader, italiana de origem jordaniana e palestina, no qual procura desconstruir os estereótipos relacionados a essa condição dupla e aos “fardos” identitários que lhe são impostos. A consciência de estar ao mesmo tempo dentro e fora leva a protagonista da obra a questionar os conceitos de identidade cultural, casa e pertencimento e a refletir sobre o desafio de viver uma identidade complexa em um processo de contínuas mudanças e construções. Busca-se estabelecer relações com o *parangolé*, criação artística de Helio Oiticica, em 1964, que só se revela inteiramente na interação com o usuário. O conceito de identidade em caminho expresso por Agualusa, as identidades fragmentárias de Stuart Hall ou a “celebração móvel” da identidade levada a cabo pela protagonista da obra literária, associam-se à dimensão móvel do *parangolé*, que se transforma continuamente e não demarca um território.

Palavras-chave: migração; identidade; representação artística.

ABSTRACT

The article analyzes the novel *Porto il velo adoro i Queen* (2008), by Sumaya Abdel Qader, written by an Italian with Jordanian and Palestinian origins, seeking to deconstruct the stereotypes related to this condition and the double “burdens” of identity imposed to the author. The awareness of being simultaneously inside and outside leads the protagonist to question the concepts of cultural identity, belonging and home, as well to reflect on the challenge of living a complex identity in a process of continuous change and reconstruction. The article seeks to establish relations with the *parangolé*, Helio Oiticica’s artistic creation in 1964, which reveals itself only through the interaction with the user. The concept of identity in the way expressed by Agualusa, the fragmentary identities according to Stuart Hall or the “mobile celebration” of identity undertaken by the protagonist of the literary work, are associated with *parangolé*’s mobile dimension, which transforms itself continuously and do not demarcate a territory.

Keywords: migration; identity; artistic representation.

Relações familiares

Parentesco, compadrio e migrações na modernidade capitalista no Brasil dos anos 1970: reflexões por meio da história e música

*Victor H. de Resende **

Em 1972, o trio Sá, Rodrix & Guarabyra, lança o disco *Passado, Presente & Futuro*. O LP contém a música *Cumpadre meu*¹, cujo trio assim canta:

Cumpadre meu/ Noite a noite na semana/ O meu coração me chama/ Pra dizer que você regressou/ Cumpadre meu/ Esse meu pressentimento/ Não é coisa que o momento fabricou/ Cumpadre meu/ Quem já tem tanto dinheiro/ Pode bem pensar primeiro/ Na mulher, no filho e no amor/ Nem posso ver/ teu menino nessa idade/ Respirando o que a cidade envenenou/ Daquela vez você trouxe ele por cá/ que riso bom sorriu/ quando viu a chuva desabar!/ Meu coração não costuma me enganar/ Noite após noite repete: “o cumpadre voltou pois a sodade já lhe atormentou”/ Cumpadre meu/ Bota a tropa na estrada/ Mulher, filho e empregada/ Vem pra longe do que já morreu.

A produção musical acima e seus compositores estão inseridos no contexto brasileiro dos anos 1970. O Brasil, nesse período, passa por um processo de mudanças nos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais. Em função do golpe militar instaurado em 1964, o país apresenta inúmeros contrastes:

* *Músico, mestrando em História pelo PGHIS/UFSJ.*

na política, um regime de exceção, com ausência de partidos políticos e forte repressão; no campo econômico, o chamado *milagre brasileiro* com crescimento industrial acelerado, grandes projetos no setor público, controle da moeda, ampliação do mercado de trabalho com geração de empregos, aumento de consumo e investimentos de capitais externos; no plano social e artístico, destaque para a intensa repressão, controle das informações – censura aos meios de comunicação, jornais e manifestações artísticas – e cerceamento das liberdades sociais, políticas e de expressão, combinados com forte propaganda em favor do regime, além de retrocesso das esquerdas – com prisões, mortes, torturas e exílios² (COUTO, 1988, p. 109-116). Consolida-se também um mercado de consumo de bens culturais.

Importante para a temática aqui abordada é o fato de o Brasil apresentar, nesse período, um processo acelerado de urbanização. Conforme destaca Marcelo Ridenti, a sociedade brasileira passa de:

[...]predominantemente rural em 1950 para eminentemente urbana na década de 1970, com todos os problemas sociais e culturais de uma transformação tão acelerada (RIDENTI, 2005, p. 62-65).

Desse modo, a composição acima mostra os dilemas do processo de modernização e urbanização no Brasil na década de 1970. Os arranjos de violões, violas e metais – com destaque para o trombone, que faz um movimento melódico de nostalgia e conflito em relação à saudade do campo – trazem com o andamento do gênero rock, a crítica moderna do impacto dos processos de migração do campo para a cidade. A música mostra a ideia do *Rock Rural*. A expressão, cunhada pelo trio e seguida posteriormente pela dupla *Sá & Guarabyra*, demonstra a proposta de vida campestre em oposição à vida na cidade. O gênero, que durante a década de 1970 permaneceu entre os músicos aqui tratados, propunha uma leitura cultural diferente da vivenciada pela música engajada do período da ditadura brasileira (NAPOLITANO, 2002). Luiz Carlos Sá, carioca de Vila Isabel, músico desde os dezessete anos de idade, com influências do samba e do rock dos anos 1960; Zé Rodrix, filho de mestre de banda, com alto conhecimento em teoria musical, contraponto e instrumentista múltiplo; e Gutemberg Guarabyra, baiano de Bom Jesus da Lapa, amante da música seresteira, trazem em sua obra as vivências pessoais entre sertão e metrópole, meio rural e urbano, e mesclam sonoridades consideradas díspares: instrumentação erudita, ritmos nordestinos, violões, violas e guitarras elétricas. Com a influência do rock e a junção de ritmos regionais brasileiros, o *Rock Rural* cantado pelos músicos acima, constituía-se na visão romântica de trocar a modernidade capitalista pela vida em comunidade, em contato com a natureza (LÖWI & SAYRE, 1995). Porém, na música em questão, pode-se perceber que se trata também de populações de pequenos e médios proprietários. O chefe de família que tem a esposa, o filho e a

empregada, pode retornar para o campo, a pedido de seu ‘cumpadre’, depois de se ‘enriquecer’ na cidade grande. O cantor alerta que é preciso pensar primeiro na família e no amor, o dinheiro o proprietário já possui (!).

O movimento de migração para a cidade na busca de melhores oportunidades, a saudade do campo e a desilusão com a cidade que ‘envenena’, é demonstrado nesta composição. O cantor alerta para o “que já morreu”: a cidade. O contraste entre esta e o campo tem destaque na letra com as relações de compadrio das populações rurais. Notam-se as relações de proximidade e o caráter de cuidado do padrinho para com o afilhado. O compadre pode alertar e criticar a atitude do pai e pede inclusive o retorno ao meio rural, ao perceber que o afilhado se deslumbra com a chuva que cai no campo ao visitar o padrinho.

Voltando ao passado brasileiro para um maior entendimento da diversidade de significados das relações de compadrio que interessam nessa análise, pode-se perceber, por exemplo, com a autora Silvia Brügger, as relações de compadrio em Minas Patriarcal – séculos XVIII e XIX – na qual destaca as características do parentesco ritual e de suas alianças sociais. Segundo a autora, nas relações de parentesco contraídas no ato do batismo, os padrinhos ou ‘pais espirituais’ “assumiam a obrigação de ensinar aos afilhados a ‘doutrina cristã e os bons costumes’, bem como se tornavam ‘fiadores para com Deus’” (BRÜGGER, 2007, pp.283-284). Por sua vez, na definição de compadrio, Antônio Augusto Arantes diz que se trata de:

[...] uma instituição social constituída principalmente a partir dos ritos católicos de batismo e de crisma. No século IX, a Igreja Católica Romana definiu como ‘pais espirituais’ de uma criança aqueles que patrocinassem tais cerimônias (ARANTES, 1993, p.195).

Nesse sistema de relações rituais, o autor aponta a tarefa dos ‘pais espirituais’ na “formação moral e religiosa dos afilhados” (ARANTES, 1993, p. 195). Contudo, conforme destaca Brügger, a instituição do compadrio na sociedade patriarcal mineira pressupunha o estabelecimento de vínculo espiritual, bem como reforçar relações sociais, alianças [‘para cima’], ampliação de laços familiares para além da consanguinidade (BRÜGGER, 2007, p. 284). A autora articula o patriarcalismo com as relações de compadrio nos diversos grupos sociais em que:

[...] o padrinho, segundo a própria doutrina católica, constituía-se em um segundo pai, em um com-padre: ou seja, alguém com quem, de algum modo, se dividia a paternidade (BRÜGGER, 2007, p. 286).

Nas Minas do século XVIII e XIX, em meio à multiplicidade de famílias urbanas e rurais, incluindo as patriarcais, o compadrio vinculou tanto indivíduos quanto famílias, criando laços morais, afetivos, mas também de proteção e

possibilidades de ascensão social. Pode-se entender que existiram e existem vários tipos de relações de compadrio: desde a ligação religiosa, afetiva, até os interesses políticos e econômicos. Arantes destaca que “as várias sociedades criaram sistemas de relações regulamentadas pelo costume” (ARANTES, 1993, p. 195) sendo que o estudo do compadrio requer a verificação de suas múltiplas formas e funções para com e além das familiares. Visando entender tais relações no contexto sócio-histórico, pesquisando o termo no concreto, como destaca Arantes (ARANTES, 1993, p. 204), podem-se perceber as “várias modalidades de compadrio”: vínculos de solidariedade, cooperação econômica, lealdade política, potencialidade de igualdade. No caso da música aqui em estudo, percebe-se a dimensão simbólica do compadrio e suas relações de zelo e igualdade. Como temáticas principais da canção no contexto de modernização autoritária no país, capitaneado pelo chamado *milagre econômico*, têm-se a migração e impacto na cidade e as relações de parentesco ritual. Nas relações de parentesco e compadrio utilizados na música percebe-se o caráter de proximidade e de cuidado do padrinho, relações que perpassam a história da família no Brasil³. Os artistas utilizam desse recurso social de relações de proximidade para demonstrar, numa crítica à modernização, os percursos e tensões entre cidade e campo. É possível, então, destacar algumas questões pertinentes dentro do estudo do compadrio no século XX e no contexto das relações campo-cidade no processo de urbanização dos anos 1970: a) com a modernização autoritária do país, como ficam as relações e os costumes calcados no compadrio das populações ribeirinhas? b) como e quais os laços rituais e reais unem essas populações? c) como se mantêm tais laços depois de, por exemplo, as construções de barragens e migrações forçadas nos anos 1970? d) e nas migrações voluntárias?

Eunice Durham, analisando os diversos aspectos das migrações para a cidade, sobretudo para a metrópole de São Paulo – migrações que partem de diversas regiões e estados, como, por exemplo, Minas Gerais, daí a necessidade de se verificar como as relações de compadrio persistem ou mudam ao longo da história – destaca que nos anos 1970, a população urbana brasileira excede a rural: “dos 93 milhões de brasileiros, recenseados em 1970, 52 milhões, isto é, 56% residia nos aglomerados urbanos” (DURHAM, 1984, p.20). Para a autora:

A industrialização e a urbanização significam a quebra de isolamento das comunidades tradicionais, a crise do sistema produtivo rural e da estrutura tradicional de autoridade, a negação dos velhos valores, a adoção de novos padrões de comportamento (DURHAM, 1984, p.8).

Ressaltando as populações ribeirinhas, a cultura cabocla dos sertões⁴, Durham destaca as relações de parentesco, compadrio e vizinhança. Nessas populações, o elemento central compreende a formação de unidades domésticas – a família conjugal – que, por sua vez, constituem relações interfamiliares por

meio do compadrio. As várias unidades domésticas podem se ligar formando diversos grupos de vizinhança cujas relações de solidariedade e compadrio constituem-se no cotidiano e compreendem os princípios fundamentais dessa organização. Segundo a autora, a sociabilidade das populações caboclas:

[...] se estabelece através do parentesco e compadrio como princípio de organização social, do mutirão e da troca de dias como formas de cooperação econômica, configurando os grupos de vizinhança que constituem a unidade por excelência da vida social cabocla (DURHAM, 1984, p. 56-57).

Desse modo, por meio da música aqui analisada e do destaque dos autores acima, elucida-se que mesmo com as diversas transformações da modernização capitalista autoritária no Brasil dos anos 1970, as relações de compadrio persistem. Como Durham destaca, no processo de migrações das populações rurais:

[...] parentesco e compadrio se mantêm como tipos fundamentais de relações sociais mesmo quando as transformações da sociedade nacional destroem as comunidades enquanto grupos locais organizados, dispersando seus membros na fazenda (ou mesmo no meio urbano) (DURHAM, 1984, p. 74).

No caso, a autora aponta as relações de compadrio que persistem nas migrações entre fazendas e cidades próximas. Ao abordar, contudo, as migrações para os grandes centros, em especial à metrópole de São Paulo, Eunice Durham enfatiza que as relações de parentesco, no âmbito da família nuclear, persistem como forma de solidariedade, visto que as migrações não ocorrem de uma vez só, mas conforme os familiares vão se constituindo na cidade e ‘chamando’ os demais para o meio urbano, porém, no caso das relações de parentesco ritual a autora ressalta que:

O compadrio é uma instituição que formaliza obrigações recíprocas de natureza pessoal, e é adequado para entender as relações sociais, para além da família, em sociedades baseadas em vínculos personalistas. Na cidade, ao contrário, a família se integra necessariamente em outras instituições e grupos através de contatos categóricos. O compadrio é inadequado para validar relações dessa natureza e perde sua função principal, a de estender as relações sociais. Restringe-se assim ao âmbito familiar, no qual não introduz nenhum elemento novo, mas apenas confirma relações já existentes (DURHAM, 1984, p. 200-201).

Contudo, as relações de parentesco ritual podem persistir em sua virtualidade. Como se percebe na música, as relações simbólicas, a consideração e o reconhecimento do compadrio continuam mesmo com a distância da cidade grande. Como bem destaca Klaas Woortmann, estudando as diversas formas de migrações camponesas:

A emigração não representa um rompimento radical entre os que saem e os que ficam (...) A obrigação para com parentes é um princípio central, mas ela é uma rua de duas mãos, pois também se impõe aos que ficam, e isso conduz a outra questão. Se aqueles que saem perdem o acesso a terra, não perdem necessariamente o acesso à família e nunca se pode prever quão definitiva é a emigração definitiva (WOORTMANN, 1990, p. 52).

Nesse caso, nas relações que persistem “a separação física das famílias não compreende [em muitos casos, é bom lembrar] a separação social”, como destaca Margarida Maria Moura (MOURA, 1991, p. 9). No quadro do campesinato brasileiro em fins do século XX, a autora ressalta que “na sociedade sertaneja, especialmente no caso do campesinato, as práticas de parentesco têm sido reforçadas em vez de esvaziadas” (MOURA, 1991, p. 21).

Analisando, por outro lado, no processo de modernização capitalista nos anos 1970, o impacto das migrações forçadas pela construção de barragens como as de Sobradinho, na Bahia, pode-se pensar na desestruturação e transformação radicais das relações familiares das populações ribeirinhas.

E o sertão virou mar

Num artigo instigante, o sociólogo Juarez Duarte Bomfim destaca os processos da construção da barragem de Sobradinho durante o regime ditatorial no Brasil. Segundo o autor, desde o início dos anos 1970, desenvolve-se no país uma política de aproveitamento das águas, sobretudo do Velho Chico, o rio São Francisco, considerado o rio da integração nacional. O autor esclarece que nas regiões do semiárido nordestino, “região conhecida por suas secas e fomes periódicas” (BOMFIM, 1999, p. 1), as populações à margem do São Francisco foram desalojadas de suas terras sem ao menos receberem uma indenização justa.

Com a construção de Sobradinho, cidades baianas como Remanso, Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado tiveram suas sedes deslocadas. De acordo com Duarte Bomfim:

Entre os anos de 1972 e 1979, época da vigência da ditadura militar brasileira, na região norte do estado da Bahia, foi implantado pela CHESF [Companhia Hidrelétrica do São

Francisco] a barragem de Sobradinho, com as finalidades de: (a) acumulação das águas do rio São Francisco para regularizar o fornecimento às usinas do complexo hidrelétrico a jusante, e (b) possibilitar a agricultura irrigada em escala empresarial (BOMFIM, 1999, p. 2).

A construção da barragem insere-se no contexto de modernização autoritária discutido neste estudo. Segundo o autor, o processo de construção de Sobradinho faz parte da objetividade econômica do governo de ampliação do capitalismo no Brasil.

Em 1977, Sá & Guarabyra lançam o LP *Pirão de Peixe com pimenta*⁵, no qual cantam os caminhos pelo sertão baiano e mineiro, suas experiências e viagens pelo 'Velho Chico'. Em *Sobradinho*, primeira faixa do disco, os músicos assim destacam:

O homem chega e já desfaz a natureza/
Tira gente, põe represa, diz que tudo vai mudar/
O São Francisco lá pra cima da Bahia/
Diz que dia menos dia vai subir bem devagar/
E passo a passo vai cumprindo a profecia/
do beato que dizia que o sertão ia alagar/
O sertão vai virar mar, dá no coração/
o medo que algum dia o mar também vire sertão/
Vai virar mar, dá no coração/
o medo que algum dia o mar também vire sertão/
Adeus Remanso, Casa nova, Sento Sé/
Adeus Pilão Arcado, vem o rio te engolir/
Debaixo d'água lá se vai a vida inteira/
Por cima da cachoeira o gaiola vai subir/
Vai ter barragem no salto do sobradinho/
E o povo vai se embora com medo de se afogar/
E o sertão vai virar mar, dá no coração/
O medo que algum dia o mar também vire sertão/
Vai virar mar, dá no coração/
o medo que algum dia o mar também vire sertão/
Remanso, Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado, Sobradinho/
adeus, adeus, adeus.

A música traz um ritmo de xote moderno. Canta o drama dos sertanejos das margens do São Francisco que se veem em meio à modernização excludente. Destacam-se na música os instrumentos de viola, acordeom, violão, gaita e percussão, além do acompanhamento de baixo, bateria e piano elétrico. A crítica moderna ressalta a instrumentalização da natureza, a sua exploração pelo homem – destacam-se os elementos ecológicos, de exaltação e defesa da natureza. As tensões são percebidas na música com o crescendo no solo instrumental, dando a ideia de inundação do sertão. O destaque maior é, contudo, para a crítica da modernidade autoritária. A música, especialmente o refrão, faz alusão à fala do beato Antônio Conselheiro, cuja profecia em que o sertão vai virar mar e o mar vai virar sertão⁶ parece evidente com a construção da barragem. Tem-se a dimensão ecológica e de perda. Como ressalta Bomfim, na construção da barragem:

O deslocamento populacional se deu através de expulsão violenta, principalmente dos moradores das áreas rurais, na sua maioria camponeses pobres, que viviam nas barrancas do rio cultivando os solos aluviais das ilhas e margens do rio, pescando e criando animais. Foram desalojadas cerca de 12 mil famílias, num total aproximado de 72 mil pessoas. Desse universo, 8.619 famílias habitavam a zona rural (BOMFIM, 1999, p. 4).

Sendo assim, além de *Sobradinho*, letras como *João sem terra*, *Marimbondo*, *Água Corrente* mostram a ‘atomização’ dos sujeitos e os contrastes da modernidade. *Marimbondo*, trazendo ainda a proposta do *Rock Rural*, enfatiza os sem teto, os que se veem sem morada, “sem eira, nem beira”. *João sem terra* destaca:

Ter que se andar para frente/ sem olhar atrás o que se deixou/ não se deseja ao pior inimigo/ tão sujo presente/ (...). Ter que lembrar todo dia/ do medo que te fez deixar teu chão/ nem ao pior inimigo se quer tão amarga recordação.

Com violões de aço e violas, a dupla canta os dilemas do sertanejo, em meio à modernização autoritária e excludente, que deixa o campo para trás. Segundo Renata Andrade, sobre a transposição do Velho Chico:

A história da fragmentação do Rio São Francisco tem suas origens na falta de consciência ecológica daquela época de grandes projetos de desenvolvimento hídrico (ANDRADE, 2002, p. 4).

A autora fala da fragmentação do rio e da sociedade que promove uma crise ecológica e social, cuja “cultura marginalizada de pescadores e das comunidades ribeirinhas” (ANDRADE, 2002, p. 4) sofre os avanços do capitalismo moderno. Em *Água Corrente*, Sá & Guarabyra cantam a poesia da solidão, do que se foi e daquilo que se perdeu nas pedras arredondadas do rio, importantes para o habitat dos peixes que sobem para a piracema (ANDRADE, 2002, p. 9):

Água corrente, pedra redonda/ desce contigo o meu coração/ leito de rio, esconderijo e doce, doce prisão/ deixa eu molhar minha voz e repetir a canção/ Água corrente, pedra rolante/ onde os segredos se vão afogar/ leva a saudade pra quem te espera longe/ junto do mar/ que nenhum desvio te possa deter/ por entre os barrancos palavras de amor/ lá se vão na corrente.

Já *Coração de Maçã*, canta o assombro diante do moderno, das mudanças: Coração de maçã, uma fruta aqui dentro do peito/ que vive

e não fala, tomada de horror/ pelos mistérios do mundo exterior...

Desse modo, Juarez Duarte Bomfim destaca os resultados da construção de Sobradinho para as populações ribeirinhas:

Violência, baixas indenizações, desorganização da produção e falta de perspectivas para os trabalhadores rurais havia sido o saldo deixado pela CHESF. As sequelas existem até hoje: uma parte daquela população ainda vaga, miserável, pelos sertões (BOMFIM, 1999, p. 4).

São os efeitos da modernidade (BERMAN, 1987) que trazem os contrastes sociais e atingem, principalmente, as populações menos favorecidas. Seria pertinente aqui falar em possibilidades de persistência de compadrio para essas populações com migrações forçadas? Pode-se conjecturar a impossibilidade aqui de relações até mesmo em sua virtualidade, visto que se transformam radicalmente as relações sociais de muitas famílias no sertão.

Notas

1 - O LP traz as seguintes faixas: *Zepelim*; *Ama teu vizinho como a ti mesmo*; *Juriti Butterfly*; *Me faça um favor*; *Boa Noite*; *Hoje ainda é dia de rock*; *Primeira canção da estrada*; *Cumpadre meu*; *Crianças perdidas*; *Azular*; *Ouvi contar*; *Coda: Cigarro de Palha*.

2 - Segundo Ronaldo Costa Couto, o mandato do presidente Emílio Garrastazu Médici, 1969-1974, é considerado o mais repressivo. É a chamada “linha dura” da política militar no Brasil, cujo objetivo é a manutenção do regime autoritário, combinando crescimento econômico e controle social, em que as classes média e rica souberam apoiar e se beneficiaram com a política excludente do governo Médici. A população menos favorecida, o povo em geral, ficaria aquém da política modernizadora e conservadora do período.

3 - Silvia Brügger, por exemplo, enfatiza que no caso das Minas no século XVIII e XIX, não se poderia descartar também laços afetivos e do cotidiano nas relações de parentesco ritual, o que ajuda a pensar as diversas formas de relação dentro do compadrio.

4 - Entendido aqui, segundo Durham, como terras marginais, sendo as populações ribeirinhas aquelas que vivem às margens dos rios cultivando o solo para o seu sustento.

5 - O LP traz as seguintes faixas: *Sobradinho*, *Marimbondô*, *Trem de Pirapora*, *João sem terra*, *Pirão de peixe com pimenta*, *Coração de maçã*, *Cinamomo*, *Espanhola*, *Canção dos Piratas e Água Corrente*.

6 - Referência ao filme *Deus e o Diabo na Terra do sol*, de Glauber Rocha, 1963.

Referências

ARANTES, Antonio Augusto. Pais, padrinhos e o espírito santo: um reestudo do compadrio. In: ALMEIDA, Maria Suely K. de et. al. *Colcha de Retalho: estudos sobre a família no Brasil*. 2ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 195-206.

ANDRADE, Renata. *Da transposição das águas do rio São Francisco à revitalização da bacia: as várias visões de um rio*. ago. 2002. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/docs/tropico/desat/renata_andrade.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2010.

- BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1987, p.13-35.
- BOMFIM, Juarez Duarte. *Movimentos sociais de trabalhadores no rio São Francisco*. ago. 1999. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-45-30.htm>>. Acesso em: 14 jun. 2010.
- BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade* (São João Del Rei – Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.
- COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- DURHAM, Eunice R. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1984.
- LÖWY, Michael e SAYRE, Robert. *Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade*. Petrópolis: Vozes. 1995.
- MOURA, Margarida Maria. Liberdade e igualdade: reflexões sobre campesinato sertanejo e política. In: *Cadernos CERU*, São Paulo, nº 3, Série II, p. 7-32, 1991.
- NAPOLITANO, Marcos. *História e Música*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- RIDENTI, Marcelo. Uma década de sonhos e mudança. In: *Revista Nossa História*, Rio de Janeiro, Ano 3, nº 26, p. 62-65, dez. 2005.
- SÁ, RODRIX & GUARABYRA. *Passado, Presente & Futuro*. Odeon, LP MOFB 3710, 1972.
- SÁ & GUARABYRA. *Pirão de Peixe com Pimenta*. Som Livre, LP 403.6131, 1977.
- WOORTMANN, Klaas. Migração, família e campesinato. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*, Campinas, nº 1, v. 7, p. 35-53, jan./jun. 1990.

RESUMO

O presente artigo trata, por meio da análise de músicas do trio Sá, Rodrix & Guarabyra, e da dupla Sá & Guarabyra, das relações familiares, de parentesco e compadrio no contexto dos anos 1970 no Brasil. As músicas tornam-se fontes importantes para a análise do contexto das famílias, sobretudo das populações ribeirinhas que, durante aquela década, em meio ao processo de intensa urbanização, viram-se expulsas do meio rural pelas construções de barragens como parte do programa nacional de racionalização das terras e dos projetos de aumento do potencial hidrelétrico no país, dentro do regime autoritário do período em questão.

Palavras-chave: relações familiares; migrações; barragens.

ABSTRACT

The present work analyses, through the music of Sá, Rodrix & Guarabyra trio and Sá & Guarabyra duo, familiar relations, kinship and “compadrio” in Brazil during the 1970’s. The songs have become important resources for evaluating the familiar background, mainly related to population who lived in the country and, during that decade, in the middle of intensive urbanization process, were expelled from the rural environment by the constructions of dams as part of the national program for rationalizing the land and the projects for increasing the Brazilian hydroelectric potential during the authoritarian period.

Keywords: family relations; migration; dams.

Haitianos em Manaus Dois anos de imigração – e agora!

*Pe. Gelmino A. Costa **

A vida do povo haitiano, a situação pela qual passa o Haiti, a violência do terremoto do dia 12 de janeiro de 2010 e a imigração de haitianos para o Brasil tornaram-se objeto de reflexões, de debates e de posicionamentos os mais variados. No número 68 desta Revista foi apresentado um pequeno relato sobre a *“Imigração haitiana em Manaus: Presença da Pastoral do Migrante”*, recuperando alguns elementos da chegada e da acolhida dos haitianos em Manaus, de fevereiro de 2010 (data da chegada dos primeiros) a julho de 2011. Este segundo relato está em linha de continuidade do primeiro.

Resolução Normativa nº 97 de 12/01/2012 em vista da imigração haitiana

De agosto a dezembro do ano passado, a chegada de haitianos na fronteira de Tabatinga foi contínua e num crescendo. No sentido inverso a Polícia Federal foi desacelerando a emissão de Vistos, entre vinte e trinta por semana, resultando que o número de chegadas a Tabatinga era muito superior ao número das saídas. Tabatinga acordou para o ano 2012 com mais de mil e quinhentos haitianos. Considerando estrutura, tamanho e localização, a cidade vivia uma situação de calamidade pública. Algo tinha que ser feito. Muitas entidades, sobretudo a Igreja Católica, não cansavam de reivindicar uma posição das autoridades das diversas instâncias que se mantinham num estranho silêncio e pareciam estar todas de

* *Missionário Scalabriniano e Agente da Pastoral do Migrante de Manaus.*

férias. Finalmente chegou o dia 12 de janeiro de 2012 quando o Governo emitiu a Resolução Normativa nº 97 dispondo sobre a concessão do Visto a nacionais do Haiti, exatamente dois anos depois do terremoto. Os pontos principais da Resolução rezam:

A nacional do Haiti poderá ser concedido o Visto permanente previsto por razões humanitárias, condicionado ao prazo de cinco anos. Consideram-se razões humanitárias, para efeito desta Resolução Normativa, aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010. O Visto é concedido pelo Ministério das Relações Exteriores, por intermédio da Embaixada do Brasil em Porto Príncipe; poderão ser concedidos até 1.200 (mil e duzentos) Vistos por ano; a Resolução vigorará pelo prazo de dois anos, podendo ser prorrogado; a Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Não vamos fazer a análise crítica da Resolução, no que ela tem de positivo ou de limites, nem das questões que podem ser levantadas a partir dela. Retomemos a narração.

A partir desta Resolução, os Vistos deveriam ser emitidos no Haiti. Por tabela, decretou-se o fechamento das fronteiras e a suspensão dos Vistos que vinham, até então, sendo ali concedidos. Havia, porém, de se decidir o que fazer com os 1.500 haitianos que já se encontravam em Tabatinga e aqueles que já tinham saído do Haiti e se encontravam a caminho do Brasil. Quanto aos que estavam em Tabatinga, como também os que estavam na fronteira Peru/Acre, a ordem foi de fornecer o Visto imediatamente. Assim se fez. Em Tabatinga somaram-se outros agentes da Polícia Federal e, trabalhando em mutirão, entregaram rapidamente os Vistos. Isto foi muito bom para os haitianos e para Tabatinga, porém, não se pensou o que aconteceria com eles chegando a Manaus em termos de acolhida, moradia, alimentação, saúde e outras tantas necessidades. Para a Pastoral do Migrante foi uma tarefa muito árdua. Vale a pena recordar os números: Em janeiro, no dia 20 chegaram 50 haitianos; no dia 21 chegaram 42; no dia 24, 220; no dia 28, 170; no dia 30, 112; no dia 31, 160. Em fevereiro, no dia 3 chegaram 148; no dia 4, 299; no dia 7, 68; mais 38 nos dias seguintes. Quer dizer que em quinze dias chegaram 1.300 haitianos em Manaus. Neste número estão os que foram cadastrados pela pastoral, sabendo que alguns não passaram por ela. Só em dois dias chegaram 447. Teria sido muito oportuna a presença de Castro Alves para descrever os barcos carregando até trezentos haitianos a bordo, a sua caneta para descrever a frota de táxis e lotações deslocando os imigrantes do porto e 'despejando-os' na paróquia São Geraldo. Tudo indicava que desta vez a Pastoral do Migrante não conseguiria dar conta, porém, com a presença de um número grande de voluntários vindos de diversas partes, sobretudo da paróquia, foi possível recebê-los e encaminhá-los para as diversas casas de acolhida.

Os que estavam a caminho

Até meados de fevereiro, todos os haitianos que tinham entrado no Brasil por Tabatinga estavam em Manaus. Porém, foram chegando a Tabatinga mais 346 que já estavam a caminho no momento da promulgação da Resolução. Qual o seu futuro? Num primeiro momento, os meios de comunicação social afirmavam que eles seriam expulsos, extraditados, devolvidos ao Haiti. Porém, que culpa tinham eles por chegar um pouco atrasados? Por parte dos imigrantes, voltar era impossível, nem sequer havia dinheiro para isso. Se o Brasil os mandasse de volta, passaria por um desgaste político internacional muito grande; para onde iria a imagem de um país acolhedor e amigo do Haiti! Por outro lado, dentro e fora do Brasil se levantaram vozes em favor dos imigrantes. No final de janeiro a mídia já anunciava que o Brasil iria, sim, dar o Visto para este grupo e para os que se encontravam na fronteira Peru/Acre. Mas os dias se sucediam e o Visto não vinha. Parece que o Brasil, de um lado, queria dar uma lição e mostrar que não aceitaria mais ninguém pela fronteira peruana e, por outro, que estivesse negociando para que o Peru determinasse a obrigatoriedade do Visto para os haitianos. Os dias e as semanas se sucediam e os imigrantes continuavam estacionados em Tabatinga vivendo em situação desumana. Finalmente, no dia 9 de abril a Polícia Federal começou a emitir os Vistos. E assim, no dia 17 de abril chegaram a Manaus 127 haitianos, no dia 21, 131 e no dia 23, 68. Em sete dias chegaram 346 haitianos. Só ficou em Tabatinga uma família que tivera uma criança prematura e que precisaria aguardar mais tempo para deixar o hospital e enfrentar a viagem. Encerrou-se, com isso, um capítulo da imigração haitiana, via fronteira amazônica, uma história de pouco mais de dois anos, tempo marcado por contradições políticas, dramas sociais, sofrimentos e até mortes, mas também do sorriso dos haitianos no momento em que recebiam o Visto de entrada ou tomavam o barco em direção a Manaus.

Aposar-se do discurso versus práticas de solidariedade

Durante esses pouco mais de dois anos de imigração haitiana em Manaus, o governo, através da Polícia Federal fez três mutirões de Vistos em Tabatinga, mas nunca se perguntou o que aconteceria com os imigrantes quando chegassem a Manaus ou como os ajudaria. Simplesmente os despejou em Manaus. Questionado, dava sempre a mesma resposta: – Eles são imigrantes e não refugiados; eles têm que se virar como qualquer outra pessoa; já temos tantos necessitados – . Ou, como disse o governador do Amazonas: – Eu não posso dar emprego e nem dar casa para essas pessoas, eu preciso atender uma série de demandas de pessoas que vivem no estado e aguardam há mais tempo –. Porém, no discurso, com a chegada do final de janeiro e início de fevereiro, parece que os haitianos viraram tema nacional. Em Brasília se multiplicaram os encontros reunindo CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados), CNIg (Conselho Nacional de Imigração) e Ministério da Justiça. No Congresso Nacional,

os debates reuniram diversos senadores, entre eles os dois do Amazonas e o Ministério da Justiça. Em Manaus houve dois Seminários da Câmara dos Deputados para discutir a situação dos haitianos. Estiveram procurando a Pastoral do Migrante a senadora Vanessa Grazziotin, o senador Eduardo Braga e outros deputados estaduais. A Pastoral recebeu ainda a visita de duas comissões do governo federal: do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Ministério do Trabalho e Emprego, acompanhados pela Secretaria da Ação Social e dos Direitos Humanos do estado do Amazonas. Até o desportista José Aldo, campeão mundial dos Pesos Pena do UFC, conhecido como “o lutador”, nos visitou, ele que estivera também visitando o Haiti. Muitas reuniões foram feitas também com órgãos estaduais e municipais ligados à Saúde. E para não ficar só no discurso, o governo federal liberou uma ajuda em favor dos haitianos, o mesmo fazendo o governo estadual. Mas por motivos burocráticos e outros, os recursos demoraram muito para chegar aos destinatários, boa parte talvez nem chegue. Houve muito discurso e muita falação, mas toda a tarefa de acolhida continuou por conta da Igreja Católica, do grupo Ama Haiti, de três pastores evangélicos e, ao final, também da Associação dos Haitianos. Pessoas e entidades muito ajudaram e não se pode deixar de nomear a Associação Allan Kardec. Porém, os principais protagonistas de acolhida foram os próprios haitianos. Eles souberam acolher a muitos em seus quatinhos paupérrimos e limitados de tudo. Sempre cabe mais um nesses momentos. As doações por parte do povo manauara também foram muitas proporcionando subsídios importantes para a alimentação e o vestuário. Com competência e eficiência atuaram e atuam as equipes de alimentação, de saúde, de ensino da língua portuguesa, de cursos profissionalizantes e de emprego. O emprego é a questão principal para os imigrantes, afinal, eles vieram para o Brasil para construir aqui um futuro melhor e para ajudar os familiares que ficaram no Haiti, além de muitos terem também que saldar as dívidas contraídas para a viagem.

Emprego, questão fundamental

Assim que os haitianos chegaram a Manaus, foram logo procurados para o trabalho na construção civil. Muitas construtoras e empresas terceirizadas acabavam levando dezenas de trabalhadores de uma só vez. Algumas empresas de transformação também deram emprego aos haitianos; numa única chegaram a estar empregados oitenta deles. Muitos encontraram trabalho no setor de transporte e de serviços, ou se empregaram como mecânicos e eletricitas. Raros foram os que encontraram trabalho no chamado Distrito Industrial. Porém, aos poucos aflorou uma espécie de desencanto em relação à construção civil, e isso tanto do lado dos empregadores, como por parte dos imigrantes, que se desiludiram com a profissão de ajudante devido à dureza do trabalho, ao valor do salário mínimo e ao atraso nos pagamentos. Isso aconteceu também em outros setores de trabalho. A atitude de aceitação ou de rejeição à oferta de trabalho,

não se deve tanto ao tipo de serviço, mas ao valor do salário pago. Praticamente ninguém aceitou trabalhar em sítios, chácaras ou fazendas, também os nossos agentes não os estimulavam para isso, porque eles não se sentem preparados para tal, além de diversas outras razões. Mais difícil se tornou encontrar serviço para as mulheres, pois as ofertas eram quase que exclusivamente para trabalhar residindo em casas de família e, pelo que constatamos, não é que este seja o tipo de serviço que mais as atrai.

Com a chegada a Manaus de mais de 1.500 imigrantes nos últimos dias de janeiro e primeiros de fevereiro, e 350 em março, a oferta de trabalho se tornou insuficiente. Surgiu, porém, uma novidade, isto é, a procura de trabalhadores haitianos por parte de empregadores de outros estados, mão de obra que poderia vir ao encontro de suas necessidades. Como aconteceu e se processou (e ainda continua) o envio de trabalhadores para outras Unidades da Federação? Os empregadores entram em contato com algum agente da Pastoral do Migrante e acontecem as primeiras comunicações por telefone e/ou pela Internet. Num segundo momento, os empregadores vêm a Manaus e iniciam o diálogo com os trabalhadores. Tudo é posto sobre a mesa: trabalho, salário e alojamento. São feitos os devidos exames de saúde e as vacinas. Uma vez de acordo empregadores e empregados, estes são deslocados de avião para os locais de trabalho. Trinta empregadores já vieram a Manaus. Nos casos em que o pedido é de poucas pessoas, o processo é feito por telefone e internet, sem a necessidade do empregador se deslocar até Manaus.

Quanto ao destino, com base em nossos registros, até o momento destacam-se os estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Santa Catarina. Especificando: a) Para o Paraná (376): Curitiba 6; Campo Largo 32; Londrina 54; Arapongas 16; Loanda 21, Paranavaí 20; Pato Branco 56; Palotina 32; Maringá 39. b) Para o Rio Grande do Sul (112): Marau 11; Nova Roma 6; Bento Gonçalves 8; Caxias do Sul 35; Flores da Cunha 18; Porto Alegre 6; Carlos Barbosa 5; Antônio Prado 6; Rio Grande 17. c) Para Minas Gerais (69): Umbá 21; Belo Horizonte 45; Mateus Leme, 3. d) Para Santa Catarina (26), Itajaí 26. Ainda encaminhamos para Roraima (20), Boa Vista 20; para o Rio de Janeiro (4), Angra dos Reis 4; para São Paulo (3), Guaratinguetá 3; para Tocantins(4), Palmas 4. O total é de 516 haitianos encaminhados pela Pastoral do Migrante para outros estados. Importante dizer que, para as solicitações de emprego vindas da metrópole paulistana, nós as remetíamos diretamente à Missão Paz, situada no centro da capital paulista. Estes números referem-se até o dia 3 de maio de 2012.

É bom sempre lembrar que muitos haitianos, não sabemos quantos, foram para São Paulo por iniciativa própria, pois sempre São Paulo exerce um fascínio enorme sobre o imaginário dos imigrantes; outros, ainda, foram para o Amapá e o Pará, alguns pensando em se estabelecer na Guiana Francesa. Também devemos saber que alguns haitianos saíram de Manaus orientados por outras organizações.

Os que saíram a partir da Pastoral do Migrante, em que setores se empregaram? Nos mais variados: na construção civil; em indústrias de válvulas,

de peças, de estruturas metálicas, de carrocerias de caminhão, de vidro, de metais e sanitários; em supermercados e hipermercados; em panificadoras; na criação de frangos e frigoríficos; em fábrica de insumos; em montadora de estandes para eventos; na logística e numa mineradora de ouro em Campo Largo/PR. O processo de saída de haitianos de Manaus para outros estados vai continuar. Apesar de todo este esforço, há muitos imigrantes desempregados, ou porque perderam o emprego ou porque ainda não encontraram o primeiro emprego fixo.

Olhar para o futuro, tendo aprendido a lição

Esta fase da imigração haitiana ao Brasil via fronteiras e com o Visto por razões humanitárias teve a duração de 26 meses, envolvendo a chegada entre seis e sete mil imigrantes. Trata-se de um tempo curto e de um número razoavelmente pequeno, quando colocado ao lado do grande fenômeno da mobilidade humana em nível mundial, ou se comparamos com o número de imigrantes bolivianos chegados ao Brasil nestes últimos anos. Porém, se analisada esta imigração considerando a situação dos imigrantes na origem, as dificuldades da viagem – uma verdadeira epopeia – e o início de inserção nas cidades brasileiras, os haitianos se tornaram um fato que pede reflexão pelo conjunto da sociedade brasileira. Mostrou em primeiro lugar como é grande a distância entre a comoção e os discursos das ações concretas. Não se pode ir ao Haiti dizendo que o Brasil acolheria bem os haitianos e fazê-los passar por tamanho sofrimento, quer na travessia, quer na chegada. Mostrou o anacronismo da própria política brasileira de imigração. Mostrou as desavenças entre os poderes constituídos – municipal, estadual e federal – vivendo um jogo de empurra-empurra, um acusando o outro e todos lavando as mãos. Mostrou que primeiro se deixa o prédio cair para depois ver o que fazer. Mas a chegada dos haitianos levanta questões para toda a sociedade brasileira: até que ponto somos capazes de nos abrir ao diferente, ao estrangeiro, ao outro? Qual o nível de xenofobia ou de racismo oculto ainda existente frente ao diferente, ao pobre e ao negro, e como isso se expressa nas demandas por moradia, trabalho, no transporte e no cotidiano da vida? Por outro lado, mostrou também uma enorme quantidade de gente capaz de abrir o coração e mostrar concretamente atitudes de acolhida, de respeito, de solidariedade e de apoio. Certamente, a vida dos imigrantes teria sido muito mais dura sem a presença desta gente. Deu provas que o Brasil tem potencial de acolhida, porém, necessita de vontade política e organização por parte dos poderes constituídos. Mostrou que no Brasil há espaço para trabalhadores haitianos, mas que o mundo do trabalho revela sinais de justiça e de injustiça, de respeito e de desrespeito, de bons empregadores e de maus empregadores. Enfim, a presença dos haitianos revelou luzes e sombras de nossa cultura.

Mas a história dos imigrantes haitianos não acabou. De um lado há esses seis a sete mil que já estão no Brasil. A maioria ainda vive em situações

muito precárias, sobretudo no campo da moradia e do trabalho. Mas há que se considerar o conjunto das necessidades e das aspirações dos imigrantes, a questão da escolaridade e da profissionalização e tudo o que se refere à sua inserção na nova cultura (sem perder a de origem). Em segundo lugar, pela própria Resolução, a imigração haitiana não é um fato encerrado, mil e duzentos haitianos poderão chegar a cada ano. É de se esperar que eles encontrem uma política migratória mais organizada e uma sociedade mais aberta para que não tenham que passar por tantos sofrimentos pelos quais passaram os que entraram pelas nossas fronteiras, sobretudo pelo Amazonas e Acre.

Apontamentos sobre o processo de inserção social dos haitianos em Porto Velho

*Geraldo Castro Cotinguiba **
*Marília Lima Pimentel ***

O Haiti

Localizado numa das regiões mais bonitas do planeta, Mar do Caribe, com uma população de cerca de nove milhões de pessoas, o Haiti amarga a condição de país mais pobre do Caribe e das Américas, com a maior parte da população vivendo em condições extremas de pobreza, recebendo menos de dois dólares por dia e, em 2010, apresentava um dos mais baixos IDH do mundo¹, de acordo com dados da ONU, ocupando a 146ª posição. A economia do país é baseada na produção agrícola de frutas, como manga e banana e de grãos, como café, arroz e milho. Se Porto Seguro representa para os brasileiros o berço do Brasil, o Haiti é o berço do chamado Novo Mundo, com a chegada aí de Colombo em 1492. De maneira semelhante, os haitianos simbolizam o começo de uma nova fase histórica das relações internacionais do Brasil, neste início de século, no âmbito da imigração e dos direitos humanos.

Com uma população majoritariamente de origem africana e uma história marcada pela escravidão no período colonial e pela exploração no período

* *Membro do SPM/Arquidiocese de Porto Velho, pesquisador em Antropologia do Laboratório de Estudos da Oralidade-LEO/Universidade Federal de Rondônia.*

** *Professora da Universidade Federal de Rondônia, membro do SPM/Arquidiocese de Porto Velho.*

pós-colonial (MANIGAT, 2004), o Haiti foi o primeiro país das Américas a abolir a escravidão negra e a instituir a primeira república negra do mundo. Sua história está marcada pela tensão étnica com a vizinha República Dominicana (ROSA, 2010); pelas ditaduras comandadas por *Papa Doc* e *Baby Doc* no período entre 1957 e 1971; pelas recentes intervenções, como a ocorrida na década de 1990 pela OEA (CÂMARA, 1998) e, atualmente, pela ONU, com a “Força de Paz”, a MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti), no momento sob liderança do Brasil. Diante do quadro acima exposto, no século XX, especialmente a partir da segunda metade, tem-se assistido à emigração em massa de haitianos para outros países em busca de melhores condições de vida, seja por liberdade política e social, seja pela busca de oportunidades de trabalho ou estudo e, nesse sentido, o Brasil figura hoje como um dos destinos da emigração haitiana.

Porto Velho

Fazendo divisa com os estados do Mato Grosso, Amazonas e Acre, Rondônia é também área de fronteira internacional com a Bolívia; sua capital, Porto Velho, está situada na parte norte do estado, à margem direita do Rio Madeira.

O estado de Rondônia tem, em sua formação social, um histórico de fluxos migratórios que ocorreram no contexto do que é localmente conhecido como “ciclos econômicos”, como o da borracha e do ouro. Atualmente, a capital rondoniense assiste a mais um desses ciclos, o das hidrelétricas do Rio Madeira, que impulsionou a vinda de milhares de pessoas de vários estados brasileiros em busca de trabalho e novas oportunidades de vida, especialmente para ganhar dinheiro. Nesse fluxo estão, indiretamente, os haitianos, que pelas circunstâncias como se deu o ingresso no Brasil, chegaram até a capital rondoniense através de encaminhamento do governo do Acre².

Essa não é a primeira vez que estrangeiros chegam a Porto Velho para trabalhar, no início do século XX, quando da construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré (BORZACOV, 2011), um grande contingente de imigrantes foi recrutado para trabalhar e dentre eles havia haitianos.

Em 2000, Rondônia contava com 1.379.787 habitantes e, em 2010, este número passou para 1.535.625, enquanto a capital passou de 334.661 para 410.520 no mesmo período³. O crescimento populacional tem relação direta com o ciclo econômico das usinas, por outro lado, as políticas públicas concernentes à segurança pública, saneamento básico, saúde, trânsito, moradia, infraestrutura e políticas sociais e culturais, não acompanharam o mesmo ritmo, tornando Porto Velho uma cidade com grandes problemas nessas áreas.

Os haitianos em Porto Velho

Primeiramente, esclarecemos o fato de que não pretendemos aqui generalizar quando nos referirmos aos haitianos. Utilizamos, neste artigo, a categoria

“haitianos” para nos referir à sua nacionalidade. As origens são várias, mesmo sendo tomados como uma categoria coletiva, suas práticas variam e no interior do grupo há diferenças, tais como: os que vêm do meio rural ou do meio urbano; do interior ou da capital; católicos ou protestantes; escolarização em diferentes níveis. Os haitianos residentes em Porto Velho mantêm como língua de comunicação no interior do grupo apenas o crioulo haitiano que, aliás, é o idioma de 95% da população no Haiti (RODRIGUES, 2008), sendo o francês a língua dos demais 5%, uma língua de elite, um *status*, um signo do poder econômico e social.

Desde fevereiro de 2011, com a chegada do primeiro grupo, já passaram por Porto Velho mais de 1600 haitianos, dos quais cerca de 1200 ainda vivem aqui, o restante tendo migrado para outros estados brasileiros.

Quando do nosso envolvimento com os haitianos, tivemos diante de nós uma realidade com uma dupla característica: a urgência da necessidade de ajuda humanitária e a pesquisa científica. Começamos pela primeira, mas sem perder de vista a segunda.

As primeiras ações de ajuda humanitária aos haitianos em Porto Velho foram prestadas pelo governo estadual, por meio da Secretaria de Assistência Social – SEAS/RO, providenciando abrigo provisório em um ginásio de esportes e mediação com empresas a fim de contratá-los. A Igreja Católica esteve presente desde a entrada do primeiro grupo, por meio do Serviço Pastoral do Migrante, coordenado pela Ir. Ozânia, juntamente com a Paróquia São João Bosco, com visitas, conversas, orientações sobre o Brasil, dentre outras ações.

Embasados no olhar da Antropologia, especificamente, na noção do olhar e ouvir para escrever (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998), percebemos que a maior dificuldade dos imigrantes era vencer a barreira linguística. Como a Paróquia São João Bosco já havia tomado a iniciativa de começar um curso de português básico, ministrado por um haitiano que já aprendera a nossa língua, juntamo-nos a eles e criamos um projeto de extensão na Universidade Federal de Rondônia, denominado *Migração haitiana na Amazônia brasileira: linguagem e inserção social de haitianos em Porto Velho*, sendo seus principais objetivos o ensino da língua portuguesa, noções de história e geografia do Brasil e da Amazônia, noções de direitos humanos e trabalhistas, visando sua inserção social.

Aprendizado da língua portuguesa

A barreira da língua ainda é um entrave para muitos haitianos que residem em Porto Velho. Por meio do projeto de extensão supracitado, desde julho de 2011, ministramos aulas de português para os imigrantes. Já foram atendidos pelo projeto mais de 300 haitianos, sendo que, atualmente, há uma rotatividade grande, pois muitos começam o curso e desistem por três motivos, quais sejam: viajam para outros estados, começam a trabalhar à noite, ou mesmo os que acham que já aprenderam o suficiente. Deste modo, frequentam as aulas, hoje, cerca de 50 alunos.

É um desafio trabalhar com o ensino da língua portuguesa para um grupo tão heterogêneo como este. A turma é formada, majoritariamente, por homens, apenas 5% são mulheres, com faixa etária de 20 a 38 anos. O nível de escolaridade é caracterizado pelos extremos, ou seja, existem vários que nem completaram o ensino fundamental, outros com ensino médio incompleto, alguns poucos com ensino superior e, outros, semialfabetizados.

Boa parte dos que frequentam regularmente as aulas está aprendendo rapidamente o português, principalmente por falarem um pouco do espanhol, pois muitos moraram na República Dominicana. Por outro lado, notamos que parte significativa do grupo apresenta dificuldades em decorrência de alguns fatores, tais como: baixo grau de escolaridade; isolamento no *gueto* (resistência em interagir com os brasileiros); trabalho o dia inteiro em atividades extenuantes, dentre outros.

Percebemos que a escola, para os imigrantes haitianos, representa certo *status*, pois a maioria veste as melhores roupas para ir às aulas e todos têm muito respeito pela figura do professor. Além disso, o espaço da igreja que utilizamos para as aulas acaba sendo um lugar de encontros, é onde a rede de sociabilidade se fortalece; é o lugar onde as informações são trocadas; reuniões para emprego são realizadas e também assistimos à construção de laços de amizade e à manifestação das relações de parentesco.

Dentre os frequentadores, temos um grupo de 20 pessoas que estão desde o início do projeto e apresentam considerável domínio da língua, sendo que um deles conseguiu, há poucos dias, êxito na prova teórica de habilitação veicular, acertando 32 de 40 perguntas. Há depoimentos de alguns que conseguem melhores empregos pelo fato de já possuírem melhor domínio da língua. Outros já conseguem, com ajuda de dicionários e sites da internet, estudar mais em casa e com isso avançam no aprendizado.

Trabalho

No âmbito do trabalho, chamamos atenção sobre o que aqui denominamos via de duas mãos, ou seja, a relação entre haitianos e brasileiros. No setor empresarial há dois discursos, o primeiro, que chamaremos de positivo, encara e descreve os haitianos como “excelentes pessoas”, “honestos”, “não faltam ao trabalho”, “educados e humildes”; o segundo, negativo, os vê como “moles para o trabalho”, “somem sem dar satisfação”, “recorrem demais à Justiça do Trabalho”, “trocam de emprego de uma hora para outra”. Entre os haitianos há dois discursos predominantes, o de que existem oportunidades de trabalho e o de exploração no trabalho.

A respeito do discurso positivo, é sabido que os haitianos evitam as faltas, não têm envolvimento com roubos ou furtos e mantêm uma postura de boas relações sociais, respeitando as hierarquias. Do lado negativo, o que se sabe é que a “moleza” tem relação com o clima quente da cidade. Além disso, é necessário

considerar que chegaram ao Brasil debilitados pelos percalços da viagem, por isso a dificuldade em executar algumas atividades exigidas pelos empregadores locais. Já o fato de alguns terem abandonado o emprego sem dar satisfação, deve-se ao não conhecimento das leis trabalhistas brasileiras.

Ainda quanto à troca constante de emprego, a mesma justifica-se pela busca de melhores remunerações para a própria manutenção, assim como para poderem remeter ajuda aos familiares no Haiti. Sobre isso, cabe salientar que não é por mera negligência que trocam de empregos, mas pela necessidade de mais dinheiro para ajudarem pessoas com as quais estão interligados numa teia de relações que envolvem obrigações numa estrutura de parentesco. Essas trocas se dão também para empresas do Sul e do Sudeste, para onde muitos têm migrado, principalmente para os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. A recorrência à Justiça do Trabalho decorre do fato de se sentirem lesados, o que em muitos casos procede, como temos verificado.

Como já mencionamos acima, a cidade de Porto Velho se encontra no auge do ciclo econômico das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, ambas no rio Madeira, empregando milhares de pessoas, mas ressaltamos que há apenas um grupo de cem imigrantes haitianos, contratados recentemente para trabalhar no canteiro de obras de Santo Antônio. Indiretamente, as hidrelétricas favorecem a empregabilidade pelo fato de requererem um elevado número de profissionais do ramo da construção civil, como pedreiros, pintores, ajudantes, encanadores, eletricitas, dentre outros, o que fez com que o trabalho no meio urbano apresentasse um superávit de vagas quando da entrada dos imigrantes na cidade.

Recrutados para o ramo da construção civil, os haitianos ocupam, majoritariamente, os ofícios de pedreiro e ajudante em prédios privados e obras públicas, por meio de empresas terceirizadas. Há ainda outros ramos em que membros do grupo vêm sendo inseridos, como na área alimentícia, tais como restaurantes, lanchonetes e pizzarias, além de pequenos mercados e supermercados. Por outro lado, constatamos que ainda há cerca de 20% de haitianos desempregados, entre os quais 50% são mulheres.

Nesse âmbito, o maior entrave tem sido registrado pelas mulheres, especialmente pelo fato da barreira linguística, pois majoritariamente falam apenas o crioulo e isso tem dificultado a inserção no mercado de trabalho. Acrescente-se o fato de não frequentarem o curso de português; parece haver uma “resistência” em aprender o nosso idioma, por razões que ainda não conhecemos. Em geral, as haitianas trabalham como diaristas, empregadas domésticas ou em restaurantes e lanchonetes. Muitas foram demitidas por conta da barreira linguística. Além disso, quase todas viveram apenas no país de origem, ao contrário de boa parte dos homens (35%), que antes de migrarem para o Brasil viveram na República Dominicana e aprenderam o espanhol, uma

língua de menor dificuldade de intercâmbio com os brasileiros em relação ao crioulo e ao francês. Temos, até o presente momento, mais de 120 mulheres e com elas 25 crianças, sendo 23 nascidas no Brasil, além de outras grávidas.

Observamos também que, por uma questão cultural, a mulher haitiana está circunscrita a um conjunto de regras sociais em relação ao homem, como aquela que é responsável pelos cuidados do lar e dos filhos, enquanto ao homem cabe a responsabilidade de ser o provedor. Existem as exceções, mas percebemos que esta característica está presente na maioria dos casais que conhecemos. Verificamos, ainda, que as mulheres haitianas residentes em Porto Velho, em sua maioria, têm menor grau de escolaridade que os homens, o que pode indicar uma pista para o fato de falarem majoritariamente apenas o crioulo, já que outrora o francês foi o idioma da alfabetização e escolarização no Haiti e, além disso, uma língua de *status*, um demarcador social (RODRIGUES, 2008).

Para melhorar ainda mais a inserção desses imigrantes no mercado de trabalho e minimizar problemas com as empresas locais, estamos realizando atendimentos individualizados, conversas e palestras sobre os tipos de contrato de trabalho no Brasil, férias, 13º salário, folgas, leitura de contracheque, pagamento de INSS, descanso semanal remunerado, faltas abonadas e não abonadas, atestado médico, coisas que para muitos de nós parecem óbvias, entretanto, para o imigrante requerem explicação detalhada. Isso tudo é feito com a ajuda de um voluntário da Paróquia São João Bosco, de agentes do Serviço Pastoral do Migrante (SPM) e de colaboradores do projeto de extensão da Universidade Federal de Rondônia, coordenado por nós.

Temos mantido contato com empresários e representantes de empresas no sentido de acompanhar o processo de inserção por meio do trabalho. Esse acompanhamento se dá com visitas às empresas com o objetivo de prestar informações sobre alguns costumes dos imigrantes, tais como o receio pela chuva, a religião, hábitos alimentares, esclarecimentos sobre o contrato de trabalho. Desta forma, nosso trabalho opera numa lógica de troca, na qual ao mesmo tempo em que prestamos informações sobre os imigrantes, os depoimentos dos empregadores sobre o processo de inserção social dos haitianos nos são disponibilizados e, assim, realizamos também o trabalho de ajuda humanitária.

Inserção social

Além do que já apontamos, há uma rede de sociabilidade haitiana em Porto Velho, a qual tem seu fluxo dinamizado pelas visitas aos amigos, frequência aos cultos religiosos evangélicos, contatos com brasileiros e entre membros do próprio grupo, idas a bares para assistirem aos jogos de futebol televisionados, idas ao *shopping center*. Entendemos isso como lazer.

Consideramos o lazer na perspectiva que Magnani (2000) o situa, como um momento em que as pessoas fazem uso do tempo livre, fora do contexto do trabalho, especialmente quando se reúnem para tomar parte em eventos que

dizem respeito ao contexto do lugar ou da vida dos envolvidos, como eventos festivos de aniversário ou casamento, rituais religiosos, futebol, numa lógica de sentido da tradição dos grupos em questão. No contexto aqui tratado, o lazer acontece numa área de confluência de três bairros, próximos à região central, onde há maior concentração de haitianos.

O que percebemos é que a ocupação e a utilização do espaço e de seus recursos acenam-nos, com limitações, para a construção do que Magnani (2000) chamou de “pedaço”, ou seja, lugar onde membros de um determinado grupo obtêm e repassam informações, encontram amigos, tecem alianças, fortalecem a rede de sociabilidade do grupo, participam do lazer, vivenciam os conflitos e, para quem é de “fora”, ao transitar nesse contexto o faz de maneira circunspecta, tensa, dramática. Para o autor, o campo de observação foi a cidade de São Paulo, em diferentes lugares; para nós é Porto Velho onde, apesar da diferença de personagens e contextos, constatam-se semelhanças. É nesse “pedaço” que encontramos mais da metade dos haitianos residentes em Porto Velho, transitando a pé, de bicicleta ou reunidos em grupos de três a cinco, homens e mulheres, às vezes crianças, em frente a suas residências, nos “orelhões” em telefonemas para os familiares no Haiti, ou falando ao celular com amigos na cidade ou em outros estados brasileiros, conversando e gesticulando à sua maneira. É onde parecem se sentir à vontade.

No âmbito da religião, o que temos no momento é um quadro dicotômico, qual seja: há católicos e evangélicos. Os católicos são em menor número, frequentam as igrejas e mantêm um discurso de boa convivência com os evangélicos na cidade. Há duas vertentes de evangélicos, uma que frequenta os templos juntamente com brasileiros (Batista, Assembleia de Deus, Adventista do Sétimo Dia, etc.) e os que congregam apenas entre haitianos, num misto do que poderíamos chamar de sincretismo evangélico, ou seja, são pessoas que se professam convertidos em diferentes denominações protestantes, mas congregam juntos no mesmo templo.

Considerações finais

Diante do que foi relatado, compreendemos que o processo de inserção social dos haitianos em Porto Velho é caracterizado por um conjunto de fatores diversos, marcado por dificuldades e esforços por parte do grupo, que contou, ao longo de pouco mais de um ano, com o auxílio de pessoas e entidades preocupadas com o respeito aos Direitos Humanos e empenhadas na ajuda humanitária. Dificuldades existem, mas há também a luta para vencê-las e a esperança e expectativa por dias e condições melhores.

Por meio do projeto de extensão, da ajuda humanitária e da pesquisa de campo, temos a oportunidade de conhecer mais de perto a realidade do grupo, entender alguns de seus costumes, aprender um pouco a sua língua, apreender algo de suas relações de gênero, parte de seu universo religioso e simbólico.

Certamente, há muito que ainda não sabemos e coisas que não saberemos. Na perspectiva da alteridade, ou seja, ver o outro e procurar entendê-lo de maneira integral, respeitando seus valores, por meio de nosso empenho em aprender o crioulo e os esforços para nos comunicarmos nesta língua, tem sido importante para a construção de uma relação de confiança que desenvolvemos até o presente momento.

Tudo isso nos assegura o respeito junto ao grupo e isso só tem sido possível por meio de um acordo com duas cláusulas tácitas: *pa fé pwomès* e *pa pale manti*, ou seja, não fazer promessa e não falar mentiras, ser transparente e objetivo com as informações prestadas. As diferenças existem. No entanto, é quando nos colocamos na condição do outro e nos esforçamos por uma relação horizontal que conseguimos compreender e ver o seu mundo de maneira semelhante a partir de sua perspectiva, com suas tristezas e angústias, ao mesmo tempo com suas alegrias e euforias.

Correção: a escrita certa em crioulo é PA FÈ PWOMÈS...PA BAY MANTI

Notas

1 - Disponível em: < <http://hdr.undp.org/en/media/PR3-HDR10-HD1-PT.pdf> >. Acesso em: 28 dez. 2011.

2 - Esta informação tem por base os relatos dos primeiros haitianos que chegaram à cidade.

3 - Fonte: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=11>. Acesso em: 5 abr. 2012.

Referências

- BORZACOV, Yêdda Pinheiro. *Imagens de Rondônia: a fotografia documenta a história*. Porto Velho: Gráfica Primmor Formulário da Amazônia, 2011.
- CÂMARA, Irene Pessôa de Lima. *Em nome da democracia: a OEA e a crise haitiana - 1991-1994*. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre de Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 1998.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto (org.). *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: UNESP/Paralelo 15, 2ª Edição, 1998, p. 17-35.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, José Guilherme Cantor & TORRES, Lilian de Lucca (orgs.). *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2000.
- MANIGAT, Leslie. Haiti: da hegemonia francesa ao imperialismo americano. In: FERRO, Marc (org.). *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. Tradução de Joana Angélica D'Ávila Melo.
- RODRIGUES, Luiz Carlos Balga. *Francês, crioulo e vodu: a relação entre língua e religião no Haiti*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Letras Neolatinas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- ROSA, Renata de Melo. Subjetividade e subversão do racismo: um estudo de caso sobre os haitianos na República Dominicana. In: *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana/ REMHU*, Brasília, ano XVIII, nº 34, p. 99-112, jan./jun. 2010.

Só viajar! Haitianos em São Paulo: Um primeiro e vago olhar

Ana Paula Caffeu *
Dirceu Cutti **

No início de fevereiro deste ano, numa tarde agitada pela presença de haitianos que se distribuíam na calçada da rua em frente à Missão Scalabriniana Nossa Senhora da Paz (Missão Paz), ao longo do pátio e no interior do salão onde lhes era dispensado o atendimento – mas logo vamos dizendo não se tratar de multidão, pois eram muitos apenas no espaço que ocupavam – um haitiano, ao ser indagado se já havia conseguido trabalho, prontamente respondeu: Não! Imediatamente viu-se diante de outra pergunta: Gostaria de ir para o Paraná? O semblante revelou no ato a situação vivenciada naquele momento pelo recém-chegado e seus lábios não conseguiram conter a reação que a pergunta provocou no fundo de sua alma: Só viajar!

Outros momentos de indecisão, dúvida e por que não dizê-lo, até mesmo de atordoamento foram por nós presenciados nos instantes que antecediam o embarque na perua Kombi rumo à rodoviária, cujo destino seria o Paraná. As inscrições, a documentação, os acertos e esclarecimentos já haviam sido feitos dias antes, apenas para alguns, na véspera. Mesmo assim, mil perguntas nos eram novamente dirigidas e, sempre, após as respostas, seguia-se a tradução

* *Assistente Social, atua no Programa Mediação da Missão Scalabriniana da Paz.*

** *Leigo scalabriniano, atua no Centro de Estudos Migratórios (CEM) da Missão Scalabriniana da Paz.*

para o crioulo. Nas respostas, nada que os fizesse sonhar com o Eldorado, pois nunca foi essa nossa atitude. Alguns, tendo a passagem já paga, emprego e moradia garantidos, salário esclarecido, optaram, no último instante, por não viajar.

Vindos de um país onde as distâncias são breves se comparadas às nossas, tendo encarado a longa, sinuosa e demorada travessia até chegarem a Manaus e, após uma pausa, vendo-se novamente de partida para a não curta viagem até a cidade de São Paulo e, agora, novamente para outro distante e desconhecido lugar – embora para o nosso senso comum, à primeira vista, possam parecer reações estranhas – não é difícil de compreendê-las. O que foi possível tatear, é que o manter-se junto ao grupo dos conhecidos, sobretudo no momento de chegada, desempenha papel decisivo na hora de semelhante decisão. Porém, a condição de imigrantes pesa como um chumbo em seus ombros e, sem o trabalho, como diria A. Sayad, sua presença aqui não se justificaria.

A mediação para o trabalho

Em 2012, iniciamos na Missão Paz um programa voltado para os imigrantes, denominado Mediação, com base em três eixos: saúde; educação; família/comunidade. Um programa que veio somar-se às atividades que há longo tempo vêm sendo desenvolvidas, mas com a característica de priorizar ações junto à sociedade. Porém, quando a chegada de haitianos a São Paulo ganhou corpo, o Programa Mediação imediatamente viu-se envolvido com um novo desafio, e para responder a ele, incorporou um novo eixo: o do trabalho.

Em que consiste o nosso serviço de mediação para o trabalho? Primeiramente, na recepção das propostas, as quais nos chegam através da internet ou por telefone. O segundo passo é o de informar ao interessado da necessidade de agendar uma visita à Missão para formalizar a oferta por escrito, mediante um cadastro no nosso banco de dados, no qual constam: serviço a executar, requisitos exigidos, salário, carga horária, localização geográfica, com ou sem moradia, entre outras informações. Talvez seja por isso que do total das propostas com interesse na mão de obra imigrante, nem todas resultam em propostas efetivas de trabalho.

Na sequência, com os que a formalizam, a conversa envolve os dois lados, o imigrante e o empregador para, como popularmente se diz, colocar os pontos nos “is”, ou seja, não pintando o eldorado para o imigrante, mas, ao mesmo tempo, garantindo a ele uma retaguarda caso o acordo firmado não seja cumprido, e, ao mesmo tempo, deixando isso claro também aos empregadores. Cabe frisar que nosso serviço não é o de uma agência de empregos, pois as negociações são todas efetuadas diretamente entre os interessados. Nossa tarefa é a de facilitar a colocação dos imigrantes no mercado de trabalho e a de evitar que caiam nas malhas do trabalho escravo.

Relataremos, a seguir, as primeiras informações recolhidas neste serviço

de mediação para o trabalho junto aos imigrantes, particularmente junto aos haitianos, tendo como base os três primeiros meses de implantação do mesmo, fevereiro/março/abril de 2012. Trata-se, portanto, de algo muito incipiente, mas que tem sua relevância enquanto fotografia deste momento da chegada.

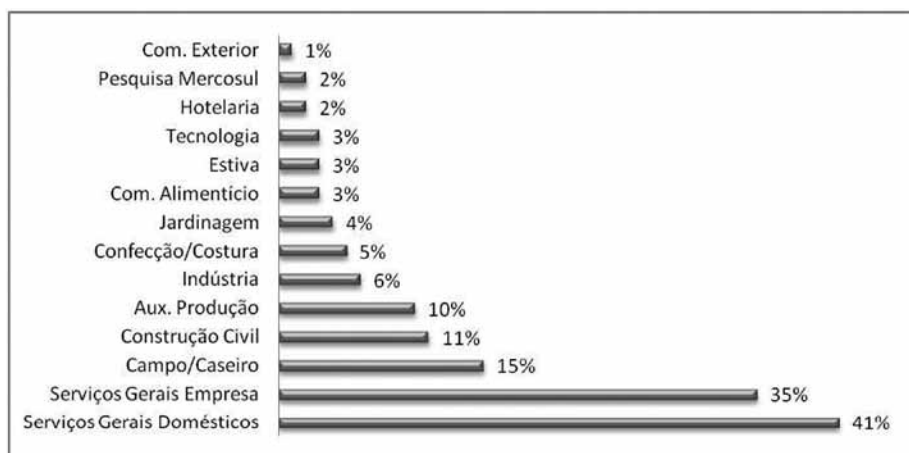
Precisamente no dia 2 de fevereiro, uma equipe dirigiu-se ao pátio da Missão e andou pelas ruas das redondezas marcadas pela presença dos novos rostos, num verdadeiro mutirão *tête-à-tête*, anunciando que, a partir do dia seguinte, as pessoas interessadas em trabalhar poderiam cadastrar-se. Já nos primeiros dias, mais de 50 haitianos foram cadastrados. Daí em diante, a “rádio peão”, ou seja, o boca a boca dos próprios haitianos encarregou-se da divulgação.

Os que vieram oferecer vagas de trabalho aos haitianos chegaram até nós por outros canais: pela divulgação da mídia; através da internet e por informação dos agentes da Pastoral do Migrante de Manaus, os quais redirecionavam à Missão Paz os pedidos que lhes chegavam de São Paulo.

No total, foram cadastrados 365 currículos, dos quais 274 (75%) de haitianos, sendo os demais de outras nacionalidades. Do lado da oferta de emprego, a equipe recebeu 220 correios eletrônicos e mais de 450 chamadas telefônicas de pessoas interessadas em contratar imigrantes – além de alguns casos, poucos, que o fizeram pessoalmente – divididas entre Pessoas Jurídicas e Pessoas Físicas.

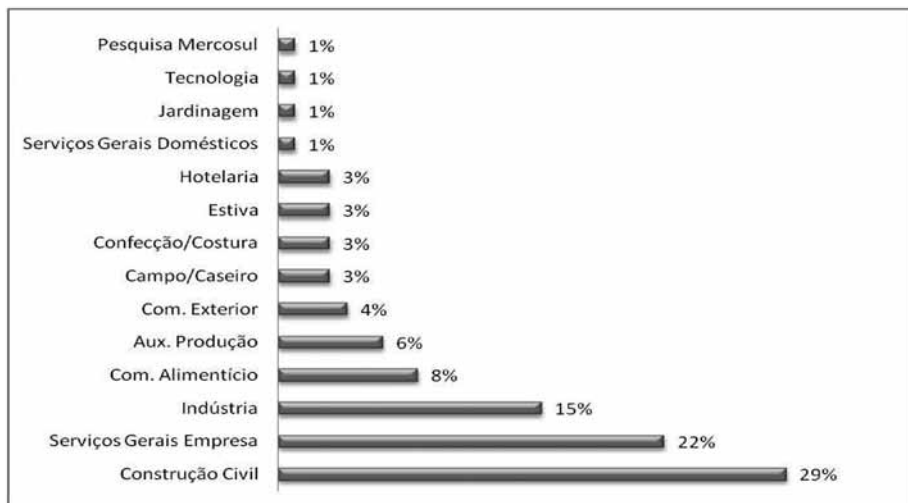
Os dois gráficos, na sequência, ilustram os ramos de interesse dos empregadores e as habilidades/interesses por parte dos imigrantes. Com relação aos gráficos, devemos informar que trazem as informações com base nos cadastros efetuados entre os dias 6/2/2012 e 24/4/2012. Importante dizer que, embora um ou dois contatos de empresas possam alterar substancialmente os percentuais, não deixam de ser o retrato de um momento.

Gráfico 1 - Distribuição percentual por ramos de atividade dos que procuraram trabalhadores no período de 6/2/2012 e 24/4/2012.



Fonte: Programa Mediação da Missão Paz.

Gráfico 2 - Distribuição percentual das habilidades e/ou área de interesse por parte dos imigrantes que se cadastraram no período de 6/2/2012 e 24/4/2012.



Fonte: Programa Mediação da Missão Paz.

Observando os dois gráficos, constata-se facilmente como é grande o descompasso entre as ofertas de emprego e o perfil dos que procuram trabalho, senão vejamos: apenas a área de Serviços Gerais Domésticos corresponde a 41% dos que buscam trabalhadores. Se a este item somarmos a procura por Serviços de Caseiro e/ou atividades no Campo, mais Jardinagem, o índice eleva-se para 60%. Por seu turno, do lado dos imigrantes, apenas 5% disseram ter interesse em trabalhar nesses serviços, sendo suas preferências a Construção Civil (29%), Serviços Gerais em Empresas (22%) e Trabalho na Indústria (15%).

O resultado, ao final do terceiro mês, demonstrou que 42% das oportunidades de trabalho são ofertadas por pessoas físicas e 58% por pessoas jurídicas. Em relação às vagas ofertadas por parte das empresas, seu número foi muito superior ao das pessoas físicas, perfazendo no período um total de 537 vagas, contra 77 vagas de pessoas físicas (com predominância para os serviços domésticos). Todavia, do total das 614 ofertas de emprego, apenas 84 vagas (13%) foram preenchidas, a maior parte como auxiliares de produção (serviços gerais). Os motivos da defasagem entre oferta e procura são vários, mas poderíamos citar alguns que têm aflorado com maior peso até o presente momento: o fato dos imigrantes não apresentarem todas as qualificações solicitadas pelos empregadores, com destaque para a barreira do idioma, mas também, inversamente, a divergência entre formação acadêmica e/ou qualificação profissional do imigrante com a vaga ofertada pelo empregador. O motivo maior, porém, parece residir no salário ofertado, nem sempre suficiente para fazer frente às suas necessidades, entre as quais a das remessas. No caso

das ofertas para serviços domésticos e/ou relacionados a casa de um modo geral, a defasagem apresenta-se maior, mas tudo é muito incipiente para se tecer maiores comentários.

Vale o registro de que no dia 16 de maio recebemos um telefonema de uma agência de empregos que deseja fazer uma ponte com nosso serviço, e nos disse ter 800 vagas em aberto, sendo grande número para a área da construção civil em Itapevi (Região Metropolitana de São Paulo). Verificamos que há procura por trabalhadores qualificados (área de exportação/importação, que exige domínio de idiomas; procura por engenheiros, entre outros), mas a demanda maior concentra-se no trabalho braçal.

Em termos de distribuição geográfica dos empregos efetivados, o maior número relativo tem sido para o Paraná, mas a Região Metropolitana de São Paulo desponta em primeiro lugar em números absolutos, seguida pelo interior do estado e Minas Gerais. Quanto ao perfil dos haitianos, dos 274 que preencheram o currículo, 85% são homens e 15% mulheres; 31% casados e 69% solteiros. No tocante à faixa etária, predominam os jovens: 23% apresentam idade entre 19 e 25 anos; 34%, entre 26 e 30 e 26% entre 31 e 35. Apenas 5% têm idade entre 41 e 45 anos e nenhum tem idade acima dos 45 anos. Quanto à escolaridade, os que têm curso superior e os com formação técnica equivalem-se, representando aproximadamente 17% cada; o mesmo verifica-se em relação ao ensino fundamental e médio, com ligeira desvantagem para os que cursaram o nível médio, cujos percentuais superam os 30%; os que têm baixa escolarização, até o momento, constituem uma minoria.

Neste balbucio de mediação para o trabalho, temos observado que nem todos os haitianos embarcam na primeira proposta que aparece. Desses, alguns acabam conseguindo inserir-se no mercado de trabalho por conta própria, enquanto outros, na medida em que o tempo vai passando (tempo que para eles é sempre longo), dão sinais de que irão se submeter ao que tiver pela frente. Em outros termos, se por um lado é verdade que há oferta de emprego, por outro, para um grande número de haitianos, a máxima de Bill Clinton de que “qualquer trabalho é melhor do que nenhum” vai se transformando em realidade. O Brasil idílico da Copa, explicitado por muitos como parte de seu imaginário, por ora ainda permanece adiado.

Também é importante informar que nem todos os encaminhamentos acabam dando certo e, outros – já estamos tendo informações – após um período no emprego, acabam desistindo. Isso aconteceu, por exemplo, numa empresa paranaense, de onde dez haitianos resolveram retornar para São Paulo e, algumas semanas antes, recebemos outros dez que estavam vindo da construção civil em Belo Horizonte, entre tantos outros casos.

A experiência é muito recente e é cedo para qualquer avaliação. Porém, o que temos percebido até o momento, nos casos em que a tentativa não dá certo, é que as razões devem-se mais ao problema do idioma (não domínio do português) e à não adaptação por parte do imigrante. Como aqui se trata de

um relato, podemos dizer que uma coisa é ouvir falar, outra é experimentar na própria pele, além, é claro, de desconhecermos as expectativas que alimentam. De todas as formas, dos encaminhamentos feitos, a maioria tem dado certo e temos, inclusive, alguns retornos em que ambos os lados estão muito satisfeitos.

Para além do programa de mediação para o trabalho

Mas os haitianos chegados a São Paulo não são apenas os que deixaram seu currículo no programa Mediação. Os primeiros foram acolhidos na Casa do Migrante. Seu número, em 2009, foi inexpressivo, 6; em 2010, 33 e em 2011, 71. Desses, a maioria conseguiu trabalho rapidamente. Mas a chegada começou a ganhar consistência no começo de 2012, não pelo volume, mas pela vinda em forma de conta-gotas, ou seja, quase diária, e num crescendo. Na Casa, neste ano, até meados de maio foram acolhidos 104. Em fevereiro, a Casa, com capacidade para 100 pessoas/dia, passou a abrigar 132 pessoas, das quais mais de 50% eram haitianos. Alguns foram abrigados num salão e outros em Paróquia distante da Casa do Migrante que ofertou 20 vagas.

Além do Programa de Mediação para o trabalho e da Casa do Migrante, a Missão Paz conta com o Centro Pastoral do Migrante (CPM). Para o imigrante na cidade de São Paulo este constitui-se, sobretudo, em importante referência no quesito documentação. Mas oferece, também, apoio face às diversas necessidades dos que o procuram. Do total de 610 atendimentos dispensados aos imigrantes de 39 diferentes nacionalidades, no período de 1º/1/2012 a 16/5/2012, 41,3% referem-se a haitianos, correspondendo a 252 casos.

A partir da nossa atuação pastoral aqui na Missão Paz e da atuação desenvolvida pela Pastoral do Migrante no âmbito nacional, além de informações da imprensa, sabemos que os haitianos – e é bom que se frise, são poucos os que ingressaram no país até o momento, pois se cotejados com o tamanho da população brasileira seria ridículo grafar o percentual –, encontram-se distribuídos por vários estados e, nesses, por vários municípios. Mas em São Paulo, nesta cidade imensa, os arredores da Missão Paz – uma periferia social cravada na região central – também vão ganhando ares de referência, em termos de moradia, para os que chegam, diferentemente de outros imigrantes que por aqui passaram e se estabeleceram em outros bairros. Resta saber, e só o tempo o dirá, se ali permanecerão.

Desde o começo foram e vão se instalando do jeito que conseguem, em pequenos quartos, pagando aluguéis que oscilam em torno de R\$ 500,00 (quinhentos reais), muitas das vezes literalmente com quatro paredes apenas. Os primeiros, com o apoio da Missão, ou por conta própria, encontraram emprego e, nos limites de suas possibilidades, vão acolhendo e auxiliando os novos.

A festa apenas começou

Em maio, no dia 18, os haitianos comemoram o dia da bandeira. Por estarem em terra estranha, aqui em São Paulo a festa aconteceu no dia 20, domingo, nas dependências da Missão Paz, aliás, espaço já acostumado às manifestações de fé, aos sotaques, sons e ritmos de outros países. A iniciativa partiu de alguns haitianos que melhor conhecem o novo chão, mais precisamente de um padre e de um seminarista scalabrinianos, com o apoio de uma missionária haitiana e de vários patrícios por eles envolvidos na organização da mesma. Teve missa em francês, almoço típico, músicas, bolo, hino nacional, parabéns e muitas fotos disparadas dos celulares, muitas das quais tentando enquadrar ao fundo a pequena bandeira haitiana. Chamou atenção, na hora de servir o almoço, a prioridade oferecida aos brasileiros.

Não menos de 150 haitianos tomaram parte, além de um número significativo de brasileiros e algumas pessoas de outras nacionalidades. Evidentemente, o centro do salão não foi tomado por eles, mantiveram-se ao fundo e nas laterais. Sentiam-se mais donos no pátio e mais à vontade nas pequenas rodas. Não poderia ter sido diferente, uma vez que ainda tateiam. Como diz um verso de um salmo bíblico, “como poderei cantar hinos em terra estranha?” Exceção apenas na hora em que foi entoado o hino nacional haitiano em comemoração ao dia da bandeira, quando, com a mão direita ao peito, eles cantaram.

Mas se o espaço ainda é estranho para festejar, a presença de alguns rostos de agentes da Pastoral do Migrante vindos de locais já palmilhados pelos haitianos, com destaque para Manaus, propiciaram momentos de reencontro com o conhecido, inclusive da parte nossa. Em breves papos, foi possível perceber como rearranjos, em termos de moradia, começam a se impor para alguns e como afloram percepções novas quanto a oportunidades de trabalho e ganho, valorizando agora, por exemplo, muito mais as ofertas que aliam emprego com moradia gratuita.

E para encerrar o relato do que apenas começou – a presença de haitianos em São Paulo – a expressão que melhor os sintetiza no momento é mesmo a da festa brevemente descrita, pois não foi uma festa dos haitianos, foi uma festa de haitianos para haitianos, mas importante ensaio para a inserção no novo espaço.

O LIVRO DA HOSPITALIDADE: ACOLHIDA DO ESTRANGEIRO NA HISTÓRIA E NAS CULTURAS

São Paulo, Editora SENAC, 2011, 1.437p.

Numa época de grande mobilidade humana e de multiplicação dos contatos interculturais, o tema da recepção e acolhida do diferente vem ganhando mais espaço, problematizando as formas estabilizadas de convivência, na interação entre os povos e no interior de uma mesma sociedade. Prova disso é o lançamento dessa obra enciclopédica pela Editora SENAC, cuja ambição é a de cobrir da maneira mais ampla possível um tema antigo, mas que cresce cada vez mais em importância: a hospitalidade. Nas palavras de seu próprio organizador, Alain Montandon, o que se procurava era produzir “um dicionário raciocinado da hospitalidade” (p.35), numa sequência de verbetes em ordem alfabética. Porém, viu-se a dificuldade em se realizar esse projeto com um tema como o da hospitalidade, que toca uma multiplicidade de campos do conhecimento humano, assim como de diferentes experiências existenciais. Pois, apesar dessa ambição totalizante, essa obra não deixa de possuir o seu viés metodológico, epistemológico e temático, que restringe de alguma maneira sua abordagem, excluindo temáticas tão importantes hoje como o turismo e a sua gestão. Essa observação é feita com bastante pertinência no prefácio à edição brasileira, por Luis Octavio de Lima Camargo, o qual, ao mesmo tempo que realça o valor dessa publicação, descreve, com várias indicações de diferentes autores, algumas linhas de estudo da chamada “hospitalidade comercial”, sobretudo na “gestão do receptivo turístico” e na “recepção hoteleira” (p. 18-27). Enfim, esses campos de estudo da hospitalidade na prática da gestão comercial são os que melhor explicam que seja uma editora como a do Serviço Nacional do Comércio (SENAC) a que se tenha interessado pela publicação desta obra.

Assim, os trabalhos reunidos nessa publicação possuem em comum uma exploração ampla no terreno da filosofia, da história, do estudo das religiões, da etnografia, da antropologia, das várias artes e das ciências políticas, pelos vários significados que vem assumindo a prática da hospitalidade, e suas principais temáticas correlatas. Nesse sentido, reflete uma linha de estudos caracteristicamente francesa, o que se percebe pela quase totalidade dos autores que contribuíram para a realização do projeto. Apesar da pretensão de ser uma obra que reúne autores “de diversos países”, a esmagadora maioria ou são franceses ou se encontram na França. Por outro lado, existe uma determinada instituição que a patrocina e que imprime um modo muito próprio de abordar as questões da hospitalidade, apesar de construída coletivamente. É isto que frisa o seu organizador, ressaltando “as reuniões de entendimento e diálogo na Maison de La Recherche de l’Université Blaise-Pascal, já que o empreendimento era dirigido pelo Centre de Recherches sur les Littératures Modernes et Contemporaines (CRLMC)” (p. 36). Nada disso desabona o projeto da publicação, ao contrário, apenas demonstra como é amplo o campo de estudo desenvolvido sobre a hospitalidade, mesmo em se considerando uma determinada perspectiva. Aliás, essa perspectiva deve muito à inspiração de Marcel Mauss e seu “ensaio sobre a dádiva”, ressaltado pelo próprio organizador e em vários outros artigos ao longo da obra, sobretudo no seu primeiro bloco dedicado às “definições” de hospitalidade. É essa perspectiva que permite tratar a hospitalidade como “fato social total”, na tradição do pensamento sociológico de Mauss.

Dentro dessa perspectiva é que a organização do conjunto dos trabalhos reunidos, em tantas disciplinas de estudo, se encaminhou para um agrupamento em cinco grandes blocos temáticos, ou “partes”: 1) “definições”; 2) “civilizações”, o qual se subdividiu em “religiões”, “culturas”, “história”; 3) “lugares, instituições e espaços simbólicos”, subdividido segundo essas três temáticas nomeadas; 4) “mitos, figuras e representações”, subdividindo-se em “personagens”, “figuras da inospitalidade”, “arte e literatura”; 5) “filosofia, política e sociedade”, se subdividindo em duas partes, “filosofia e política” e “sociedade”. As outras partes no final do volume trazem: uma listagem dos autores que colaboraram, com referências sobre sua formação, área de atuação e principais trabalhos realizados; uma que reúne três listas com referências bibliográficas, “geral”, “por artigo” e “alguns títulos publicados em português”; a última parte reúne três tipos de índices para orientar o leitor na consulta do volume: “temático”, “onomástico” e de “obras citadas”.

O primeiro bloco, “definições”, como já mencionado, evidencia bem a qual tradição sociológica e filosófica esse empreendimento se reporta, pois praticamente todos os temas dizem respeito à prática da etnologia, e, sobretudo, à abordagem de Marcel Mauss. É em torno da lógica da “dádiva”, que a tensão entre a hospitalidade e a hostilidade frente ao “outro”, o “desconhecido”, o “estranho”, se desenlaça. A análise histórica, lingüística e antropológica dá corpo à compreensão sobre a ambigüidade que cerca a prática da hospitalidade, e as categorias de Mauss ajudam a perceber como ela está no fundamento mesmo de todas as relações humanas. Dessa forma, a própria reflexão sobre a metodologia do trabalho de campo na área da etnologia deve muito a uma melhor compreensão sobre a lógica implícita nas práticas de hospitalidade. Enfim, o bloco termina com um artigo trazendo considerações sobre a prática da hospitalidade na França contemporânea.

No segundo bloco, intitulado “civilizações”, pode-se acompanhar uma vasta panorâmica sobre a diversidade da prática da hospitalidade na tradição das grandes religiões, em diferentes áreas culturais espalhadas pelo globo terrestre, e ao longo da história do Ocidente. Um primeiro sub-bloco temático expõe de maneira relativamente longa a centralidade da hospitalidade na tradição religiosa de origem bíblica e islâmica. O artigo sobre a “acolhida na Bíblia” demonstra como a hospitalidade está no centro do código da Aliança, implicando no dever da reciprocidade, o que haverá de ter uma influência importante no Novo Testamento, para moldar o princípio da “caridade”. Os textos sobre o judaísmo e o islamismo também demonstram a centralidade da hospitalidade, seja por meio de uma benevolência gratuita, seja na forma de um imperativo quanto à partilha dos bens concedidos por Deus. A seguir, ao tratar de áreas culturais tão diversas, em que se incluem a Albânia, os povos da Rússia e do Cáucaso, da Noruega, Romênia e Madagascar, do Extremo Oriente, no caso a China, Japão e Vietnã, ou da Índia, surge de maneira clara a forma pelas quais diferentes leituras sobre a hospitalidade expõem contradições relativas a um mesmo fenômeno, em sua prática e representações culturais. Em todos eles, a hospitalidade surge como uma maneira pela qual o grupo social manifesta o seu modo de administrar a intrusão e ingerência do outro, do estrangeiro, em seu cotidiano. Numa perspectiva não mais das diferentes tradições étnicas e culturais, mas da história ocidental, três textos mostram faces muito diversas sobre o desenvolvimento histórico da hospitalidade no Ocidente. Um primeiro trata das origens da hospitalidade na Grécia antiga, ao estudá-la na epopeia escrita por Homero; a seguir, estuda-se a

figura do “homo viator”, o peregrino na Idade Média, objeto de caridade e generosidade cristã, frente a quem se desdobra todo um cerimonial da hospitalidade; e, por último, o modo muito particular pelo qual se vivia a hospitalidade aristocrática, na Corte de Versalhes, na França do século XVII e XVIII.

O terceiro bloco trata da expressão da hospitalidade no âmbito de diferentes “lugares, instituições e espaços simbólicos”, ou o modo pelos quais a hospitalidade organiza o espaço para acolher (ou se defender) do hóspede, ou do outro, desconhecido e estrangeiro. Assim toda a primeira parte se estende em textos que tratam da arquitetura dos prédios e seus espaços, mas também da disposição dos objetos; trata em seguida da forma pela qual a hospitalidade é pensada no espaço da casa, seja ela um castelo, seja ela uma choupana; estuda a hospitalidade em lugares como jardins e montanhas; nas estruturas dos espaços urbanos, no caso das cidades refúgio medievais (incólumes a toda ameaça), ou em lugares surpreendentes como o metrô, “não-lugar” do intenso fluxo urbano, em que milhares de pessoas convivem diariamente. Na segunda parte, os artigos tratam longamente de vários lugares institucionalizados para alguma forma de hospitalidade, sendo, por isso, tão fortemente marcados por regras próprias de co-habitação: os albergues, hospedarias e hotéis; os “hospícios”, com suas funções médicas e de “correção moral e social”, e que foram tradicionalmente tratados na qualidade de instituições de proteção social de pobres, órfãos, enfermos, inválidos, doentes mentais, moças abandonadas e velhos; as instituições psiquiátricas; os hospitais e sanatórios; contemporaneamente, os centros de alojamento e reinserção social; as casas de misericórdia; além de experiências históricas, exemplificadas por um texto sobre a Ordem do Espírito Santo, ou “hospitalários”, e outro sobre a “tragédia da roda” em relação às crianças abandonadas na Europa ocidental, ou ainda outro tratando sobre o desenrolar da hospitalidade cortesã dos salões parisienses no século XVIII e XIX. Os últimos textos fazem uma digressão em relação a “espaços simbólicos”: o diário íntimo, a experiência da tradução como acolhida de um texto estrangeiro, a intertextualidade enquanto expressão da relação entre diferentes textos e práticas de leitura, e por fim a acolhida dos mortos, num artigo tratando de cemitérios e rituais funerários.

O quarto bloco trata do vasto imaginário que foi se criando em torno da hospitalidade, ou da falta dela, ou mesmo de seu contrário, a hostilidade. Nos “mitos, figuras e representações” da hospitalidade, toda a riqueza e diversificação do pensamento ocidental sobre esse tema vem à

tona. Os personagens míticos, oriundos da Grécia antiga lançam as bases do imaginário da hospitalidade, com figuras como o Anfitrião, Filêmon e Baucis. Outros mitos foram explorados literariamente, por exemplo, na figura de santos, exemplificados em Marta, os Reis Magos, Santo Aleixo, São Julião; outros de caráter profano, destacando-se Don Juan, o hóspede abusador da gentileza do hospedeiro; ou o “judeu errante”, o paradoxo da hospitalidade, o hóspede inoportuno que não conhece os modos para receber alguém. A segunda parte desse bloco traz vários textos elencando as “figuras do inóspito”, ou seja, aqueles que não são recebidos ou a quem se teme receber. São figuras tipificadas da inospitalidade: o desconhecido ou não familiar, que foge a qualquer classificação; o fantasma ou a assombração que irrompe no mundo dos vivos; o judeu novo rico do século XIX, considerado um parasita social, usurpador e aproveitador, o “bode expiatório” forjado socialmente e que daria origem à onda política do antissemitismo; o vampirismo, ou a intrusão, o “sanguessuga” que se aproveita do corpo que lhe hospeda; o parasitismo; o fantástico, ou a figuração imaginária do inóspito e do impensado incontrollável. Por fim, na parte seguinte, sobre “arte e literatura”, vários artigos tratam de artistas representativos, mas não os únicos, de formas originais de se pensar a hospitalidade. O primeiro é Veronese, cuja pintura abriga várias e insólitas imagens da hospitalidade. A seguir vários escritores são tratados, desde o historiador Tito Lívio, que trata da prática da hospitalidade na “res publica” da Roma antiga, até a poesia de Edmon Jabès, que faz o elogio do nomadismo, enquanto reflexão sobre a hospitalidade. A lista contém outros escritores: Christian Hirschfeld, Charles Dickens, Balzac, Marcel Proust, Thomas Mann, Ismail Kadaré, Klossowski, além de um texto tratando de autores da literatura nórdica. Em todos eles fica expressa a riqueza inesgotável do imaginário sobre a hospitalidade para todas as artes.

O quinto bloco debruça-se sobre temas de “filosofia, política e sociedade”. Aqui, fica mais uma vez expressa a grande influência que esta obra recebeu da filosofia francesa. Se Marcel Mauss desde o início representa a grande referência, em vários outros textos se reporta intensamente ao pensamento de Jacques Derrida. No primeiro artigo deste bloco, dedicado a ele, se ressalta a sua radicalidade, ao colocar a dimensão ética da hospitalidade, sendo considerado um princípio absoluto e incondicional. Para Derrida, “ética é hospitalidade” (p. 1002), que concomitantemente se realiza e se nega no seu condicionamento a regulamentos, leis, costumes, rituais. Assim, a hospitalidade possui uma

relação contraditória com as normativas éticas e com todas as formas de direito. A riqueza desse pensamento político sobre a hospitalidade emerge também nos outros textos que se seguem, ao tratar a “acolhida” na forma de um problema para se pensar o direito à Polis, ou o direito à “cidadania” como hospitalidade, expondo um conflito intrínseco ao direito e às leis não escritas. Em torno de conceituações sobre o “exílio”, a “migração” e a “exclusão”, outros textos tratam do desenvolvimento desses conceitos desde a antiguidade até a forma pelas quais foram problematizadas contemporaneamente na França e na Comunidade Europeia. Outros textos políticos e filosóficos tratam da experiência da franco-maçonaria e do transcendentalismo norte-americano, das contradições entre o ideal humanista da hospitalidade e as ambiguidades do discurso dos direitos humanos. E se a parte filosófica começou com um texto dedicado ao pensamento de Derrida, outro termina essa seção tratando daquele que é considerado sua principal influência, Emmanuel Lévinas: o rosto e a epifania do outro, ou das relações entre ética e hospitalidade. Esse bloco se encerra com estudos sobre alguns fenômenos de sociedade em que está implícita a prática da acolhida e da hospitalidade, por exemplo, nos rituais de vida pública que assumem a forma de espetáculos performáticos, e os banquetes públicos em que se expressam rituais encenando a civilidade, criando pontes entre o ambiente privado e o universo público. Outros artigos tratam de vários fenômenos da vida cotidiana que têm esse sentido: a comensalidade, os animais, o comércio, a amizade, o diálogo, a caridade, risos e sorrisos, as visitas, o “livro de ouro”.

Percebe-se, então, que a riqueza do pensamento sobre a hospitalidade vai muito além da problemática da migração, embora sempre pareça se reportar à questão da alteridade, do estranhamento frente ao estrangeiro, dos contatos interculturais. No entanto, é sempre bom destacar que a atualidade desse tema talvez venha justamente dos problemas que a mobilidade humana vem colocando para o homem contemporâneo. Nesse sentido, mais uma vez, quando os textos tentam se reportar a esse momento contemporâneo com casos concretos, os exemplos oriundos da realidade francesa parecem predominar. É o caso de dois grandes artigos, dos mais longos de todo o volume, que discutem a imigração a partir da realidade da França e da Europa. Mesmo sendo o caso europeu e francês um exemplar extremamente rico, e tendo presente que o autor procura realizar o que seria um “mapa geopolítico da hospitalidade” ao estudar sua forma de expressão nas leis e políticas migratórias da Comunidade Europeia, não há como esgotar esse tema unicamente com essa perspectiva. Em todo o

volume, o tema da imigração e do estrangeiro surge com maior ou menor ênfase em vários artigos, mas na maioria dos textos geralmente é outro o foco de interesse. Assim, ele surge com destaque no texto sobre Derrida, mas, ao contrário do que se poderia esperar, ele está praticamente ausente no artigo que trata da experiência francesa dos Centros de Alojamento e Reinserção Social. Por fim, há estudos que surpreendem, de maneira especial aquele dedicado ao metrô parisiense, em que o autor, além de tratar de questões ligadas à relação entre uma empresa de transporte público e um ideal institucional de hospitalidade, expõe uma reflexão sobre o que seria uma “trans-hospitalidade” no cotidiano desse transporte urbano, enquanto forma de se praticar o “direito à cidade”, “no tempo curto, intensivo, da duração breve do deslocamento” (p. 522).

Por fim, se o peso e a quantidade de folhas impressionam nesse livro, ao tratar de um tema nem sempre em evidência, a hospitalidade, a verdade é que ele está longe de esgotar essa temática. É desde já um instrumento bastante útil, e um referencial importante para aqueles que desejam se introduzir e aprofundar no tema. Porém, para um estudo mais aprofundado sobre as relações sobre a migração e a hospitalidade, e o amplo leque de questões correlatas que poderiam ser levantadas, muito ainda está para ser buscado.

Sidnei Marco Dornelas

Assessor da Comissão Especial para a Missão Continental e do
Setor Pastoral da Mobilidade Humana – CNBB.

TRAVESSIA agora também ON LINE

Um acervo sem data de vencimento

Já são 70 edições lançadas, com conteúdos para estudo, informação e pesquisa que jamais perdem sua validade. Para aquisição de números anteriores, o valor unitário baixa de acordo com a quantidade solicitada. Aproveite a promoção e pague praticamente a valor da postagem. Entre diretamente em contato conosco.

Valor da assinatura

(2 números por ano)

Nacional

- por 1 ano.....R\$ 20,00
- por 2 anos.....R\$ 35,00
- por 3 anos.....R\$ 45,00

Exterior

- por 1 ano.....U\$ 20,00
- por 2 anos.....U\$ 35,00

Forma de pagamento

Depósito nominal à: **Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos**

Banco Bradesco; Agência 515-0; c/c 23083-9

Após efetuar o depósito, informe por e-mail o valor, a data do depósito, finalidade do mesmo, seu endereço atualizado, sua profissão e/ou área de atuação.

Entre em contato conosco através do novo e-mail
cem@missaonspaz.org ou através
do novo portal acesse os últimos números
da revista **TRAVESSIA**

www.missaonspaz.org

Normas para apresentação de textos

Travessia – Revista do Migrante deixou de ser monotemática e os artigos podem ser enviados a qualquer momento.

Tamanho: 400 linhas, fonte *times new roman*, tamanho 12, com breve resumo e três palavras-chave (em inglês e português ou espanhol). A *Travessia* publica textos em espanhol.

No título, não colocar nota, e para a identificação do autor, utilizar asterisco; quando houver mais de um autor, a revista respeitará a ordem constante no texto recebido.

Não transformar em nota o que é fonte bibliográfica, inserir no próprio texto (sobrenome do autor, data e, quando necessário, a paginação).

Nas referências bibliográficas, relacionar apenas as fontes citadas no artigo, em ordem alfabética e se houver repetição de um mesmo autor, obedecer a ordem cronológica.

Seguir as normas da ABNT, destacando os títulos em itálico; no caso de artigos em revistas, fazer constar: local, volume, número, páginas, mês, ano (nesta ordem). Na citação de fonte eletrônica, colocar o endereço entre <...> e a data de acesso.

Os textos devem ser inéditos e seu envio implica na cessão de direitos autorais e de publicação à revista *Travessia*; o conteúdo é de inteira responsabilidade dos autores, porém, o Conselho Editorial reserva-se o direito de selecionar os que serão publicados, efetuar correções de ordem normativa, gramatical e ortográfica, bem como sugerir alterações.

Podem ser organizados dossiês e enviados à *Travessia*.

Além de artigos, a revista recebe resenhas, relatos, crônicas, contos...

Texto publicado dá direito a dez exemplares da edição.

REMHU

Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana

Ano XX, Nº 38, jan./jun. 2012

DOSSIÊ: “CONVIVER COM O DIFERENTE ”

Multiculturalismo e convivência. Uma introdução

Paolo Gomarasca

El desafío de la convivencia intercultural

Maria José Aguilar Idáñez e Daniel Buraschi

La utopía multicultural

Daniel Loewe

Da coexistência à convivência com o outro: entre o multiculturalismo e a interculturalidade

Ana Maria D'Ávila Lopes

A questão migratória e as estratégias de convivência entre culturas diferentes em Portugal

Bárbara Bäckerström e Sofia Castro-Pereira

Convivere con il “differente”. Il modello italiano alla prova dell’immigrazione

Laura Zanfrini

Ressignificando identidades: um estudo antropológico sobre experiências migratórias dos estudantes africanos no Brasil

Dulce Maria Domingos Chale João Mungoi

Famílias imigrantes e escolas em Barcelona: expectativas e realidades

Graça dos Santos Costa

Estrangeiro familiar: o cuidado do outro na instituição geriátrica

Irene Carrano e Paola Grifo

O imprescindível desafio da diferença religiosa

Faustino Teixeira

ARTIGOS

Dezenraizamento e acolhida: fundamentos para uma pastoral migratória

Francis-Vincent Anthony, sdb

Migração como indicador de democracia, sobrevivência econômica e necessidades básicas especiais

Ralfo Matos e Carlos Lobo

Crise econômica e retorno dos imigrantes brasileiros em Portugal

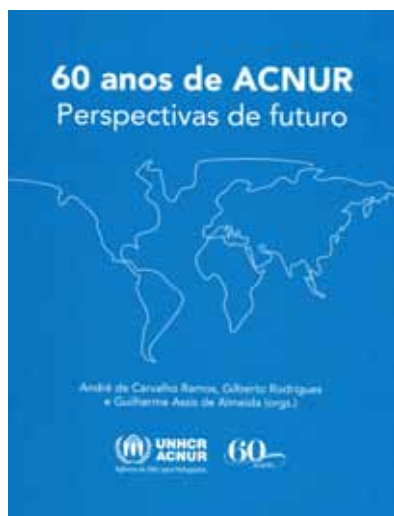
Carolina Nunan

Site oficial: www.csem.org.br/remhu

E-mail: remhu@csem.org.br

Espaço aberto à divulgação de livros doados à Biblioteca do CEM

Serão divulgados apenas os livros que se enquadram nos critérios de catalogação da Biblioteca do CEM, especializada em migrações.



O tema dos refugiados, deslocados internos e apátridas tem despertado crescente interesse no Brasil, especialmente a partir da promulgação da Lei 9.474/1997, que regulamentou a aplicação do Estatuto do Refugiado no país. Este livro pretende fornecer ao leitor perspectivas novas, resultado de pesquisas e análises atuais e ainda pouco conhecidas, inclusive do público especializado.

Trata-se de uma coletânea de artigos, divididos em duas partes: A primeira discorre sobre *Conceitos e Instituições*; a segunda sobre os *Desafios Contemporâneos*, destacando a característica da interdisciplinaridade do tema do refúgio, envolvendo por isso várias áreas do conhecimento e distintos profissionais.

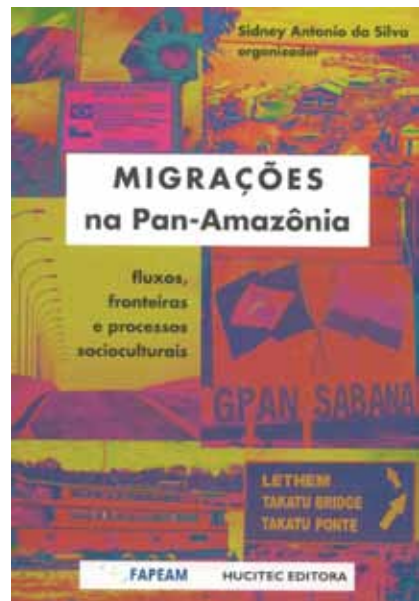
O livro é resultado de tese de doutoramento de Ubiratan Silva Alves, na área da Educação Física, porém, em virtude do autor ter enveredado, anteriormente, por outras disciplinas, fundamenta-se na inter-relação de conhecimentos da Educação Física, da Sociologia e da Antropologia. Tem como foco a Praça Kantuta, mas vai além dela, ao abordar a trajetória de pessoas advindas da Bolívia para o coração da cidade de São Paulo. São imigrantes esperançosos por uma vida melhor e mais digna. E apesar de encontrarem condições desumanas de trabalho, moradia e enfrentarem preconceitos, conseguem buscar forças para sair dessas condições, seguindo o lema que está no Hino Nacional da Bolívia "morir antes que escravos viver!"





Samira Adel Osman não escreve uma história a mais sobre a imigração árabe em nosso país, ela traz a história oral de vida de homens e, sobretudo, de mulheres que fizeram do Brasil seu novo lar. Deixando para trás *al bilad* – a terra natal – essa comunidade enfrentou os desafios de inserção na nova sociedade ao mesmo tempo em que esteve preocupada com o destino das tradições culturais, como língua, religião e costumes nas gerações vindouras. Foi fundamental o papel dos homens nesta jornada, ao darem início ao processo e se responsabilizarem pela vinda de mães, irmãs, esposas e filhas, mas não há como desconsiderar o papel das mulheres, verdadeiras Sherazades do mundo moderno.

Mais do que um conjunto de textos acadêmicos, este livro, organizado por Sidney Antonio da Silva, é um convite à reflexão sobre realidades ainda pouco estudadas e conhecidas por um público mais amplo, como a circulação de jogadores de futebol pelo globo; indígenas em contextos fronteiriços; brasileiros nos garimpos da Guiana e Suriname; mulheres guianenses que cruzam fronteiras para buscar uma vida melhor em Boa Vista (RR) ou brasileiras que tentam a mesma sorte na Venezuela ou na Guiana; refugiados colombianos em Manaus; peruanos que transitam por várias cidades amazônicas e os recém-chegados haitianos. Estes são os sujeitos tratados pelos autores, a partir de diferentes ângulos, instigando interpretações sobre as migrações, as quais desafiam a capacidade de respostas tanto do governo, quanto dos movimentos sociais.



Seja um(a) Colaborador(a)

Pensou migrante, pensou *Travessia!*

Pensou diferente, pensou *Travessia!*

De estrada palmilhada, por um Conselho Editorial atuante, lá se vão de vinte anos mais.

A temática para a qual você estendeu o seu olhar, é mais do que candente: Os **migrantes**

Politicamente..... || ora desejados, ora indesejados - sempre estiveram na ordem do dia e, na atualidade, transformaram-se em tema das agendas internacionais de governos;

Culturalmente..... || alguns são homenageados, vangloriados; outros, a maioria, discriminados, vítimas de preconceito, quando não de xenofobia;

Economicamente.. || são integrantes, como fator de maior visibilidade, de um dos eixos constitutivos da modernidade - a mobilidade do trabalho;

Teoricamente..... || abordados a partir de diferentes enfoques, nem sempre conseguem ser suficientemente abarcados.

Se seu horizonte não míngua nos limites do acadêmico, dispute este espaço, pois a *Travessia* transita para além das estantes.

Você encontra aqui um espaço ágil e flexível para socialização

dos seus estudos acadêmicos

da sua produção literária

da sua atuação militante.

A qualquer momento você pode enviar a sua colaboração.

*Dos/as migrantes cabem,
na gíngua da Travessia,
as amostras da empiria,
os embates da teoria,
as lutas do dia a dia,
os sonhos da poesia.*

cem@missaonspaz.org

www.missaonspaz.org

Sumário

Apresentação
Helion Póvoa Neto

Dossiê - Emigração e Retorno

Migrações e segmentação do mercado de trabalho: O caso da migração brasileira para Portugal

João Peixoto
Catarina Egreja

Crise econômica e retorno dos emigrantes da microrregião de Governador Valadares

Sueli Siqueira
Mauro Augusto Santos

El papel de las redes migratorias en los procesos de reordenación de los flujos de bolivianos entre España y Brasil

Luisa Belchior Moskovics
Paloma Moré Corral

Cenas de um encontro desencontrado (crônica)

Dirceu Cutti

O parangolé e a expressão da identidade migrante

Vera Horn

Relações familiares - Parentesco, compadrio e migrações na modernidade capitalista no Brasil dos anos 1970:

reflexões por meio da história e música

Victor H. de Resende

Haitianos - Primeiros relatos

Haitianos em Manaus: Dois anos de imigração - e agora!

Pe. Gelmino A. Costa

Apontamentos sobre o processo de inserção social dos haitianos em Porto Velho

Geraldo Castro Cotinguiba
Marília Lima Pimentel

Só viajar! Haitianos em São Paulo: Um primeiro e vago olhar

Ana Paula Caffeu
Dirceu Cutti

Resenha

www.missaonspaz.org

ISSN 0103-5576



0103-5576